UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

FERNANDO PINHEIRO SCHUBERT

PRÁTICAS DE MILITÂNCIA NÔMADE:
Experimentações Rebeldes e Novas Estéticas de Luta no Contemporâneo

VITÓRIA
2014

FERNANDO PINHEIRO SCHUBERT

PRÁTICAS DE MILITÂNCIA NÔMADE:
Experimentações Rebeldes e Novas Estéticas de Luta no Contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Lucia Coelho Heckert.

VITÓRIA
2014

FERNANDO PINHEIRO SCHUBERT

PRÁTICAS DE MILITÂNCIA NÔMADE:
Experimentações Rebeldes e Novas Estéticas de Luta no Contemporâneo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 30 de Outubro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof.ª Dr.ª Ana Lucia Coelho Heckert (Orientadora)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL/UFES

_____
Prof.ª Dr.ª Cecília Maria Bouças Coimbra
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA/UFF

_____
Prof.ª Dr.ª Maria Elizabeth Barros de Barros
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL/UFES

Às forças que nos transformam.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que me ensinaram a (r) existir com afeto e coragem, olhando para além de si, com gestos, exemplos e palavras. Sempre ao lado, quando não consegui voar. Ao meu irmão, pelo companheirismo e alegria, (e) terna conexão.

À minha querida orientadora Ana Heckert, sempre gentil e cuidadosa, pela sua firmeza e aposta incansável nos movimentos de resistência. Admiração por fazer da Academia plataforma de lutas e nó constituinte de alianças e insurgências rebeldes. Grato pelo meu retorno se dar pela via desse encontro. Contigo aprendi a olhar, cada vez mais, a grandeza do ínfimo.

À Beth Barros, pela inspiração guerreira ao longo do meu percurso acadêmico. Por topar esse reencontro. Quantas ferramentas aprendidas no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Subjetividade e Política serviram como armas de guerra para os combates travados dos/nos movimentos sociais.

À Cecília Coimbra, por abrir como uma navalha o caminho para uma rebeldia. Suas intervenções inspiraram coragem e ousadia para esta produção.

À Claudia Abbes, pela leitura fina e contribuições valiosas.

Ao Ppgpsi, pelas possibilidades e pelos encontros. Agradeço aos professores, alunos e funcionários com quem tive a oportunidade de compartilhar esse momento, ainda que distante pelos acasos da vida. Às alianças que tornaram possível a concessão da bolsa CAPES/CNPQ para todos(as) que dela precisam.

Aos coletivos rebeldes que experienciei no movimento estudantil, no Centro Acadêmico de Psicologia e no Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo, na ONG FASE-ES, no movimento dos povos indígenas Tupinikim e Guarani, na Rede Alerta Contra o Deserto Verde, na Brigada Indígena, no Movimento Sem Terra, no Movimento dos Pequenos Agricultores, no movimento quilombola do Sapê do Norte, no Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa de Souza, na Consulta Popular, na Assembleia Popular, no Fórum Municipal dos Psicólogos da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória, no Sindicato dos Psicólogos do ES, no Fórum Capixaba dos Trabalhadores do SUAS e tantas outras movimentações anônimas que me ensinaram diferentes modos de lutar e (r) existir. Quantas posturas, amigos e amigas constituíram-se nessa caminhada... A todos minha gratidão por tornar essa aposta possível!

À Ligia, pela parceria na vida e aprendizados nestes oito anos de convivência.

Ao meu grande companheiro e amigo Joaquim, “fruto da luta pela terra”, como dizia o cacique guarani Wera D´jekupe. Quatro anos de uma presença transformadora. Sua existência fortalece uma aposta militante neste mundo, para que caibam outros mundos nos quais você, seus amigos, sua geração, possam travar suas batalhas em condições de liberdade. A você, meu filho, meu amor e gratidão maior. Papai ama!

À Euzilene... Amor que brota com força revolucionária.

RESUMO

A presente dissertação, realizada no âmbito da experiência de militância deste pesquisador em três coletivos distintos, Brigada Indígena (2005-2008), Assembléia Popular (2009) e Fórum Municipal dos Psicólogos da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória (2009-2011), se propõem a discutir os modos de funcionamento e as formas de organização dos movimentos sociais na invenção de estéticas de luta problematizadoras das redes de poder e resistência instituídas no contemporâneo. Por meio da narrativa dessas experiências, procura-se evidenciar, no interior dessas movimentações, a gestação de práticas de militância (pré) ocupadas não apenas com a concretização de projetos, mas principalmente, com a experimentação de novos modos de existência avessos à lógica de funcionamento do aparelho estatal. Vamos, ao longo do texto, mostrar como esses coletivos caracterizam-se pela insubmissão às condutas regradas de espaços institucionalizados, exercitando levantes provisórios, anônimos, situados e descentralizados, instituídos por e instituinte de ecossistemas afetivos-políticos-sociais autônomos. As análises aqui empreendidas se fizeram no entrecruzamento dos aportes teóricos advindos dos trabalhos de Foucault, Lourau, Lapassade, Deleuze e Guattari, Hakim Bey, Michel Hardt e Toni Negri. Ao final, a pesquisa sinaliza a possibilidade de pensarmos uma antropologia rebelde, no qual grupos de afinidade com padrão horizontalizado de funcionamento interpelam relações hierárquicas e centralizadoras que marcam o modo de funcionamento da máquina administrativa do Estado e dos próprios movimentos sociais, potencializando agenciamentos nômades implicados na construção de espaços auto-gestionados.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Militância. Estado. Resistências. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present dissertation, carried out in the militancy experience of this researcher in three distinct collectives, Municipal Indigenous Brigade (2005-2008), People's Assembly (2009) and the Psychologists Department of Social Services of Victoria Forum (2009-2011) , proposes to discuss modes and organization forms of social movements throught resistance in contemporary instituted power network´s. Through narrative of these experiences, we seek to demonstrate, within these movements, the gestation of militancy practices, not only with projects completion, but mainly experimentation of new averse functioning existence logic modes of state apparatus. Throughout the text we demontrate how these collectives, characterized by refusal to institutionalized conformed spaces and ruled behaviors, exercising temporary anonymous uprisings, located and decentralized, instituted by instituting autonomous affective-political-social ecosystems. The analyzes undertaken here became the intersection of theoretical issues arising from the work of Foucault, Lourau, Lapassade, Deleuze and Guattari, Hakim Bey, Michel Hardt and Toni Negri. At the end, the research points to the possibility of a rebellious anthropology think, in which affinity groups with horizontalized standard operations interpellate centralizing and hierarchical relationships that characterize the mode of functioning of state administrative machinery and social movements themselves, enhancing implicated nomadic assemblages the construction of self-gestionados spaces.

Keywords: Social Movements. Militancy. State. Resistances. Public Policies.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Brigada Indígena.....33
Imagem 02 – Volume doações.....56
Imagem 03 – Farsa do Verde.....60
Imagem 04 – XVII Farsa do Verde.....67
Imagem 05 – MST volta a ocupar fazenda da Aracruz Celulose.....68
Imagem 06 – Tribos indígenas invadem prédio da Aracruz Celulose.....69
Imagem 07 – Ocupação da fábrica.....70
Imagem 08 – Destruição das aldeias.....70
Imagem 09 – Índios desafiam a Justiça e reconstroem aldeias.....71
Imagem 10 – O grupo do contra.....71
Imagem 11 – Ministro enfrenta protesto.....72
Imagem 12 – Ocupação reitoria da Ufes.....72
Imagem 13 – Ocupação reitoria da Ufes.....72
Imagem 14 – Pancadaria em confronto entre índios e funcionários da Aracruz.....73
Imagem 15 – Estudantes tentam ocupar Palácio da Fonte Grande em apoio aos índios.....73
Imagem 16 – Camponesas destroem horto florestal da Aracruz.....75
Imagem 17 – Seminários.....75
Imagem 18 – Seminários.....75
Imagem 19 – Os índios do ES.....78
Imagem 20 – Outdoors.....78
Imagem 21 – Outdoors.....78
Imagem 22 – Outdoors.....78
Imagem 23 – Movimento de apoio a Aracruz Celulose.....79
Imagem 24 – Movimento de apoio a Aracruz Celulose.....79
Imagem 25 – Cresce apoio à Aracruz.....79
Imagem 26 – Notas de apoio à Aracruz Celulose.....80
Imagem 27 – Notas de apoio à Aracruz Celulose.....80
Imagem 28 – O Brasil assusta e amedronta o mundo.....80

LISTA DE SIGLAS

AGB - Associação Brasileira de Geografia

AITG - Associação Indígena Tupinikim-Guarani

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

AP - Assembleia Popular

AIA - Área de Interesse Ambiental

CADH – Centro de Apoio aos Direitos Humanos

CDDH - Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra

CFP – Conselho Federal de Psicologia

CLAS - Comissão Local de Assistência Social

CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil

COFAVI - Companhia de Ferro e Aço de Vitória

COMASV - Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória

CMI – Centro de Mídia Independente

CP – Consulta Popular

CPV - Conselho Popular de Vitória

CRAS - Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas

CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão

DCE - Diretório Central dos Estudantes

ENFF - Escola Nacional Florestan Fernandes

EZLN - Exército Zapatista de Libertação Nacional

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional

FSM - Fórum Social Mundial

FOMPSI - Fórum dos Psicólogos da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

GT - Grupo Técnico

HIJOS – Hijos por la Identidad y Justicia el Olvido y el Silencio

IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano

KKK – Ku Klux Klan

LABIC - Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social

MMC - Movimento Mundial de Mulheres

MNLM - Movimento Nacional de Luta por Moradia

MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores

MPL - Movimento Passe Livre

MTD - Movimento dos Trabalhadores Desempregados

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NOB/RH – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OP – Orçamento Participativo

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PROVITA – Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas de Morte

PT – Partido dos Trabalhadores

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

TAZ - Zona Autônoma Temporária

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 12

2 EXPERIÊNCIAS REBELDES: A LUTA INDÍGENA TUPINIKIM-GUARANI 19
2.1 DISTENDENDO O ARCO CONTRA O APARELHO DE ESTADO 19
2.2 PINTADOS PARA A GUERRA 24
2.3 A LUTA PELA TERRA 27
2.4 A EXPERIÊNCIA DA BRIGADA INDÍGENA 33
2.5 PREPARANDO AS FLECHAS 38
2.6 ESTÉTICAS DE LUTA 47
2.7 LEVANTES E INSURREIÇÕES: QUANDO A *UBÁ* CHEGA À CIDADE 51
2.8 TÉCNICAS DE CONTRA-INSURGÊNCIA 58
2.9 REDES INSURGENTES E AS NOVAS MORFOLOGIAS REBELDES 64
2.10 REDES CONTRA-INSURGENTES: MOLECULARIZAÇÕES FASCISTAS 77
2.10 QUANDO O ARCO DISTENSIONA: COLETIVO-BOMBA 84

3 ACAMPAMENTOS REBELDES CONTRA A MÁQUINA ESTATAL 89
3.1 PRÁTICAS DE MILITÂNCIA 91
3.2 MODO MILITÂNCIA-VANGUARDA 94
3.3 POR UMA MILITÂNCIA NÃO-FASCISTA 95
3.4 MOVIMENTAÇÕES 98
3.5 O QUE PODE UMA MILITÂNCIA “POR DENTRO” DO APARELHO DE ESTADO? 100
3.6 PRÁTICAS ESTATAIS 104
3.7 BANDOS, MALTAS, CONFRARIAS, ASSEMBLEIAS E FÓRUNS 109
3.8 MOVIMENTOS DE SEDENTARIZAÇÃO - A EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO LOCAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 113
3.9 MOVIMENTAÇÕES NÔMADES E EXPERIMENTAÇÕES REBELDES 118
3.10 A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA POPULAR 119
3.11 DISPOSITIVOS DE GOVERNO E SEDENTARIZAÇÃO 132

3.12 ACAMPAMENTOS REBELDES “POR DENTRO” DO APARELHO DE ESTADO: ZONAS DE SUBVERSÃO DAS FERRAMENTAS DE TRABALHO 138
3.13 BANDOS, MALTAS, CONFRARIAS DE TRABALHADORES: A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE PSICÓLOGOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE VITÓRIA 141
3.14 FORMA-FÓRUM DE MILITÂNCIA 145

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA O ESTUDO DE UMA ANTROPOLOGIA REBELDE 152

5 REFERÊNCIAS 155

1 INTRODUÇÃO

> Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram do mundo. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos (DELEUZE, 1992, p. 218).

A forma que encontrei para introduzir esse trabalho foi recorrer a um exemplo da teoria dos jogos, utilizado por Deleuze e Guattari (2012) no texto Tratado de Nomadologia. Apesar de limitado em sua incomplexidade, esse exemplo tem o mérito de condensar, em imagens e metáforas, uma discussão que percorre o corpo desta dissertação: a relação entre *máquina de guerra*[1] e *aparelho de Estado* no cerne dos movimentos sociais contemporâneos.

Pois bem. Afirmam os autores que

> O xadrez é um jogo de Estado, ou de corte; o imperador da China o praticava. As peças do xadrez são codificadas, têm uma natureza interior ou propriedades intrínsecas, de onde decorrem seus movimentos, suas posições, seus afrontamentos. [...] Os peões do go, ao contrário, são grãos, pastilhas, simples unidades aritméticas, cuja única função é anônima, coletiva ou de terceira pessoa [...]. Os peões do go são os elementos de um agenciamento maquínico não subjetivado, sem propriedades intrínsecas, porém apenas de situação. [...] O xadrez é efetivamente uma guerra, porém uma guerra institucionalizada, regrada, codificada, com um fronte, uma retaguarda, batalhas. O próprio do go, ao contrário, é uma guerra sem linha de combate, sem afrontamento e retaguarda, no limite sem batalha: pura estratégia [...]. Enfim, não é em absoluto o mesmo espaço: no caso do xadrez trata-se de distribuir-se um espaço fechado, portanto, de ir de um ponto a outro, ocupar o máximo de casas com o mínimo de peças. No go, trata-se de distribuir-se num espaço aberto, ocupar o espaço, preservar a possibilidade de surgir em qualquer ponto: o movimento já não vai de um ponto a outro, mas devém perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada. [...] um outro espaço-tempo (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 13-14).

A comparação supracitada confere uma clareza incomum, apesar de (e por isso mesmo) simplificada, para uma relação travada no seio dos movimentos sociais contemporâneos, colocando-os a experimentarem questões que moldam seu funcionamento e organização e produzem efeitos variados no campo de forças em que emergem. No limite, a relação entre *máquina de guerra* e *aparelho de Estado* os

[1] As palavras destacadas em itálico nesta Introdução consistem em conceitos que serão aprofundados ao longo da dissertação.

coloca diante de dois tipos dessemelhantes de movimento e espaço entrecruzados, caracterizados por modos de vida nômade ou sedentária.

Esses elementos serão desenvolvidos e suas relações complexificadas ao longo do texto. Nosso intuito, no momento, é suscitar uma curiosidade, despertar um interesse para questões que, com força exponencial, têm balizado mutações na morfologia desses movimentos. As formas provisórias de organização coletiva que emergem nesse cenário pautam-se não somente no êxito das lutas específicas em que esses corpos rebeldes performam suas ações, mas, fundamentalmente, no tipo de relação que estabelecem e colocam em funcionamento para efetuá-las.

Como no go, [2] esses coletivos mutantes têm o potencial de instituir *movimentações* temporárias, não codificadas, anônimas, situadas, descentralizadas, num movimento ilimitado que não se reduz a ir "de um ponto a outro, mas devém perpétuo, sem alvo nem destino, sem partida nem chegada" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 14). Em seu interior, *afectos nômades* gestam *práticas de militância* (pré) ocupadas não apenas com a concretização de projetos sintetizados em bandeiras e reivindicações, mas, principalmente, com a *experimentação* de novos modos de existência avessos à lógica de funcionamento do aparelho estatal.

"A vida do nômade é intermezzo", afirmam Deleuze e Guattari (2012, p. 53). Está localizada entre dois pontos, seja de água, habitação, assembleia, etc, acessados somente quando uma necessidade exige e abandonados logo que estão satisfeitas. O modo de *movimentação nômade,* portanto, é insubmisso às condutas regradas de espaços institucionalizados: seus movimentos, posições e afrontamentos não se baseiam em elementos, condições ou funções pré-determinadas, mas irrompem, imprevisivelmente, a partir de cada situação. Caracterizam-se, assim, por serem levantes temporários que emergem alisando espaços fechados, conjurando a emergência de um aparelho de Estado em seu interior e escapando das suas tentativas de captura e integração num modo de funcionamento hierárquico, descendente e centralizador.

Por sua vez, os movimentos sociais tradicionais, de estrutura piramidal, tendem a submeter suas posições e afrontamentos às regras de uma guerra codificada, como

[2] O **Go** é um jogo de tabuleiro.

no jogo de xadrez. Seus deslocamentos têm uma “essência” migratória: caminham “de um ponto a outro, ainda que este outro ponto seja incerto, imprevisto ou mal localizado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 53-54). Seus movimentos expressam um desejo de fixação em *espaços estriados,* marcados “por muros, cercados e caminhos entre os cercados” (p. 55). Trata-se, em suma, de um deslocamento em/para modos codificados de existência, constituinte de uma vida sedentária.

O nômade não tem a mesma relação do migrante com o espaço e com o movimento. Sua “essência”, sua “determinação primária”, afirmam Deleuze e Guattari (2012), é a ocupação e manutenção de um *espaço liso* (p. 98), “marcado apenas por ‘traços’ que se apagam e se deslocam com o trajeto” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 55).

A clareza proporcionada pelo exemplo comparativo entre os jogos de xadrez e do go na visualização da relação entre *máquina de guerra* e *aparelho de Estado* não se dá em si mesma. Ao contrário, tornou-se possível, para mim, somente após uma série de experiências de participação em *movimentações nômades e experimentações* rebeldes. São essas lutas, portanto, que disparam e realizam, efetivamente, as análises contidas nesse trabalho. Como amplificador daquilo que vivi e experienciei e para o fortalecimento das mesmas é que me proponho aqui a exprimi-las. Para esta finalidade manuseio alguns conceitos de René Lourau e Georges Lapassade (*analisador*, *instituído*, *instituinte*, *institucionalização)*; de Michel Foucault (*poder* e *resistência)*; de Deleuze e Guattari (*máquinas de guerra, aparelho de Estado, espaço liso e estriado, ciência régia e ciência nômade, afectos, ferramentas, ação livre e trabalho*); Hakim Bey (*zona autônoma temporária);* Toni Negri e Michael Hardt (*povo, multidão, rede, sociedade mundial de controle*); como *armas de guerra*, utilizando-os como flechas conceituais das análises aqui contidas.

O trabalho foi dividido em duas entradas: na primeira, procuro discutir os efeitos do nomadismo na invenção de novas estéticas de luta, bem como sua potência de problematização das *relações* de *poder* e *resistências instituídas* no contemporâneo. Apresento, para isso, narrativas da minha participação na luta dos povos indígenas Tupinikim e Guarani da região norte do Espírito Santo, ocorrido no ano de 2005, no município de Aracruz. Frente à morosidade do Estado brasileiro, esses povos realizaram a autodemarcação de suas terras a partir de ações rebeldes articuladas

em *rede,* chocando-se diretamente contra os interesses de uma empresa multinacional. Esse acontecimento e seus desdobramentos são apresentados como o ingresso, deste que escreve, no campo da militância, por meio de sua participação nas ações do coletivo Brigada Indígena.

Essa experiência-acontecimento foi carregada de intensidades e marcou minha vida como se houvesse um “antes” e um “depois”. A partir deste evento, algo mudou, uma diferença foi produzida. Bondía (2002), escavando os sentidos etimológicos do termo experiência, define-a como aquilo que nos passa, que nos acontece, que nos toca: “é incapaz de experiência aquele a quem nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre” (p. 25). A experiência, portanto, abre territórios de passagem para aquilo que afeta, que deixa vestígios e que marca. Abre espaço, sobretudo, para os acontecimentos e sua potência de transformação.

> É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada (FOUCAULT, 2013, p. 28).

A ousadia coletiva dos povos Tupinikim e Guarani ensinou-me a acreditar na possibilidade de coletivos auto-organizados e autogestionados suscitarem acontecimentos revolucionários, inventores de outros espaços-tempos, outros mundos. Suas ações conectaram-me, de fato, com um *afecto nômade* propulsor de *experimentações rebeldes*.

As discussões travadas a partir das ações do coletivo Brigada Indígena possibilitam a visualização, com maior nitidez, da relação entre *máquina de guerra* e *aparelho de Estado*. Por partir, fundamentalmente, de uma luta com posições e oposições bem definidas. A insurgência destes povos, sua articulação e forma de organização evidenciaram a produção de fissuras numa rede de poder ocupada por diversas instâncias do Estado (executivo, legislativo, judiciário) e setores empresariais, midiáticos, educacionais, acadêmicos e eclesiáticos. Ao mesmo tempo, elas questionaram modos de funcionamento político estereotipados que tecem não apenas a máquina administrativa do Estado, mas os próprios movimentos sociais. A emergência de dinâmicas e estéticas de luta dissidentes aos modos hegemônicos e

regulamentares de protesto fica expressa nos afrontamentos entre redes de *insurgência* e *contra-insurgência* que evidenciam uma *sociedade mundial de controle* na qual *relações de poder e resistência* espraiam-se por todo o tecido social.

A relação entre o Estado e a máquina de guerra, o sedentário e o nômade, o estriado e o liso, aparece muito bem contrastada na luta indígena e pode, erroneamente, passar a impressão de uma oposição dicotômica entre os termos. Na segunda entrada desta dissertação essas relações são complexificadas por duas *experimentações* rebeldes (Assembleia Popular e Fórum dos Psicólogos da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória), processadas por coletivos de funcionários públicos. Hardt (2012, ?), comentando a obra Mil Platôs volume V, de Deleuze e Guattari, afirma que esses termos "não estão em oposição absoluta um com o outro".

> Ao analisarmos cada par mais de perto, descobrimos que nenhum termo é puro, ou exclusivo de seu outro. [...] as próprias fronteiras que separam os termos emparelhados são, em outras palavras, vagas, continuamente em fluxo. [...] Isto significa apenas que o pensamento político e a ação política não podem prosseguir ao longo de uma linha reta. A política de Deleuze e Guattari é melhor concebida como uma zigue-zague que se move em diferentes ângulos de acordo com as contingências locais e em mudança.

É preciso enfatizar que este trabalho transformou-se bastante ao longo da pesquisa. Inicialmente ele se propunha a analisar os "movimentos de resistência dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na construção de espaços coletivos de problematização"; [3] tendo como objetivo a potencialização de novos modos de fazer e pensar esta Política. Para isto, havia me proposto a "acompanhar o processo de constituição do Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS do Espírito Santo", que ajudei a instituir na condição de trabalhador (no final de 2009) e do qual participei efetivamente até a sua dissolução (no segundo semestre de 2012).

Ao longo do processo de acompanhamento das reuniões/atividades mensais deste coletivo e, principalmente, a partir das intervenções e problematizações levantadas pela banca de qualificação, o trabalho, contudo, sofreu uma grande torção. As

[3] Trabalho de qualificação.

sinalizações da banca e as tentativas de institucionalização do Fórum – na busca de legitimá-lo como *ferramenta* de interlocução para as demandas dos trabalhadores perante o Estado – passaram a evidenciar um movimento potencialmente subserviente a um modo hegemônico de se fazer *Política*, grafada com “P” maiúsculo justamente por se referir a uma Política oficial, maior, executada pelo aparelho do Estado.

Entretanto, as práticas de militância processadas na condição de funcionários públicos indicavam que as intervenções mais críticas desses trabalhadores eram capturadas numa lógica de funcionamento estatal que tendia sempre a regulá-las, integrá-las, limitá-las ou impedi-las. E a motivação para ingressar no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) advinha precisamente de um movimento contrário: fortalecer esses coletivos críticos de trabalhadores que, em sua prática cotidiana, se deparavam com relações autoritárias e normativas efetivadas de modo a constranger espaços dialógicos de exercício da autonomia e de criação de possibilidades de *experimentação*.

O trabalho desloca-se, assim, da análise dos modos potenciais de se fazer *Política* para a análise de uma *máquina de guerra* efetuada nessas *movimentações*, produtora de *políticas* de relações lateralizadas, acentradas, que conjuram o Estado como forma universal de organização e funcionamento.

Não fazia mais sentido, portanto, procurar fortalecer um modo hegemônico de se fazer *Política* se nossas práticas cotidianas, por experiência, só haviam produzido diferença a partir de ações clandestinas, operadoras de *políticas* menores, grafadas com “p” minúsculo pelo seu caráter de prática oficialmente não reconhecida, não totalizável por meio de leis, portarias, decretos, ou em qualquer outra parafernália estatal. Para Deleuze e Guattari (1995, p. 53), as *políticas* que desviam de uma “constante”, de um “metro padrão” que configura a *maioria*, podem ser consideradas “como germes, cristais de devir, que só valem enquanto detonadores de movimentos incontroláveis e de desterritorializações da média [...]”. Para os autores, “minoria e maioria não se opõem apenas de uma maneira quantitativa [...]. A maioria supõe um estado de poder e de dominação” (p. 52). O exercício da *política* sempre manifesta, assim, um potencial criativo, imprevisível, autônomo e revolucionário, quando utiliza,

conecta e conjuga muito dos elementos de *minoria*.

Nossa proposta de analisar as *experimentações* dos coletivos de funcionários públicos, os trabalhadores sociais, em suas formas provisórias e mutantes – no entrecruzamento da militância, trabalho e máquina estatal – compõe, enfim, o desejo de alimentar uma mitologia rebelde, apontando a possibilidade de agentes (rebelados) no Estado estabelecerem alianças clandestinas, secretas, conspiratórias com um "lado de *fora"* nômade, sinalizando atalhos por entre os caminhos que compõem os espaços estatais; cavando buracos em seus muros; construindo túneis sob suas cercas; sabotando trancas e cadeados de celas e portões; facilitando fugas e invasões, dando visibilidade aos curtos "instantes revolucionários" em que "o Estado se vê em apuros com seus próprios corpos" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 34).

2 EXPERIÊNCIAS REBELDES: A LUTA INDÍGENA TUPINIKIM-GUARANI

2.1 DISTENDENDO O ARCO CONTRA O APARELHO DE ESTADO

Era maio de 2005, madrugada de uma segunda feira, dia 17. Despertei com os primeiros raios de sol de um dia que se tornaria um dos mais intensos e marcantes daquele período da minha vida.

Aproximadamente 400 (quatrocentos) Tupinikim e Guarani, habitantes de seis aldeias no município de Aracruz (região norte do Espírito Santo) insurgem-se contra a morosidade da burocracia do Estado Brasileiro e deflagram o movimento de autodemarcação[4] de 11.009 hectares de terras que se encontravam há mais de duas décadas em processo de reconhecimento pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Saindo da cidade de Vila Velha – após percorrer 80 (oitenta) quilômetros de um agradável trajeto pela rodovia ES-010, estrada que margeia as belas praias do litoral norte *capixaba*[5] – chego à aldeia Tupinikim de *Irajá.* [6]

Na subida de um barranco, após alguns minutos percorridos em meio à paisagem monótona da monocultura do eucalipto, avisto uma escola. Na frente da pequena casa estão reunidos, em silêncio, centenas de indígenas. Muitos sem camisa, usando bermudas ou calças jeans. Alguns estão pintados com grafismos de guerra, desenhados com a tinta vermelha do *urucum*[7] e o preto do *jenipapo.* [8]

---

[4] Neste tópico o processo de autodemarcação será descrito nos termos da experiência desse pesquisador, ou seja, em ato, em ação. Num segundo momento, será abordado em sua genealogia e sentido tático e histórico, como arma/ferramenta de combate. Por ora, vale ressaltar que todo procedimento demarcatório de terras indígenas constitui-se numa prerrogativa exclusiva do aparelho de Estado; apesar de assumir variações procedimentais de acordo com as diferentes leis e interesses políticos e econômicos dos governos de plantão. A autodemarcação, nesse sentido, configura um ato de desobediência civil, expediente de luta utilizado para pressionar o Estado a sair de uma conveniente e ativa burocracia. Em suma, as autodemarcações aconteceram sempre que os povos indígenas Tupinikim e Guarani, em determinados picos de tempo e por meio de complexos organizacionais, se apropriaram temporariamente dessa prerrogativa do Estado e demarcaram, autonomamente, os limites físicos do seu território de acordo com métricas pré-estabelecidas por estudos técnicos da Fundação Nacional do Índio.

[5] Na língua tupi, *capixaba* significa, roça, roçado, terra limpa para plantação. Os índios que viviam no território hoje conhecido como Vitória chamavam de capixaba sua plantação de milho e mandioca. Por isso, os portugueses se referiam aos índios dessa região como capixabas. Ao longo do tempo o nome passou a denominar todos os moradores do Espírito Santo.

[6] Irajá em tupi-guarani significa: ninho de abelha; colméia; lugar onde há mel.

[7] O urucum é uma árvore que pode atingir até 6 metros de altura, sendo nativa da América tropical. A polpa de seu fruto produz uma tintura de cor avermelhada muito usada por diversas etnias para a

São homens e mulheres de todas as idades. Uns portam motosserras, outros facões, uns *bordunas* e *tacapes*, [9] outros arcos e flechas. Muitas crianças e jovens circulam no local. O dia está ensolarado, céu azul. Não há medo nos olhares. Ao contrário, corpos orgulhosos expressam força e dignidade.

Alguém do outro lado da rua a todos convoca. Indígenas e apoiadores recém chegados se reúnem para falar sobre o motivo e o sentido daquele ato. Com calma e convicção falam os mais velhos, rememorando em suas narrativas a história do seu povo, os embates já travados. Com a sabedoria da experiência, afirmam que essas lutas garantiram seu atual território de vida.

Momento para acertar os últimos detalhes, sintonizando as orientações para o primeiro dia de trabalho coletivo.

Alguns dedos apontam na direção dos monocultivos, mirando uma linha imaginária, buscando uma exatidão. Um momento de suspensão no tempo... Como que indagando: então, esse é o momento...? Tomo a história em minhas mãos?

Obviamente sem respostas, no meio do mato adentramos. Descemos um terreno íngreme segurando em galhos de pequenas árvores e arbustos, até chegarmos adiante, nos primeiros eucaliptais, plantados numa disposição homogênea e disciplinada.

De repente, um susto!

O som estridente das motosserras sobressai e se impõe aos outros sentidos. Bastam alguns segundos até que as primeiras árvores caiam. O cruzamento de troncos em queda livre assemelha-se aos passos sincronizados de um balé. Gritos de alegria irrompem em meio ao ronco dos motores. Um sentimento coletivo de euforia, como num festejo, preenche nossos corpos. Medo e coragem se

---

pintura corporal. "Urucu" e "urucum" originam-se do tupi transliterado *uru'ku*, que significa "vermelho", numa referência à cor de seus frutos e sementes. É mundialmente usado na culinária e também serve como repelente e filtro solar.

[8] Fruto do jenipapeiro, árvore que pode atingir até 20 metros de altura. É encontrado nas matas mais úmidas da América tropical, principalmente próxima a rios. Em guarani, *jenipapo* significa "fruta que serve para pintar". Isso porque, do sumo do fruto verde, se extrai uma tinta com a qual se pode pintar a pele, cerâmicas, etc. O jenipapo é usado por muitas etnias da América do Sul para pintura corporal e, diferentemente do urucum, permanece no corpo por aproximadamente duas semanas.

[9] Do tupi *taka'pe*, é uma arma indígena utilizada para ataque, defesa ou caça. É uma espécie de clava cilíndrica e alongada, de madeira. Serve para desferir golpes.

entrelaçam. Contudo, a ousadia daquele levante contamina e se transforma num elixir poderoso para a ação.

Sensação de nos conectarmos a um fio rebelde da história.

***

Nunca imaginei beleza em árvores caindo... Sentença que escrevo com reticências. Parecem reverberar certa dissonância com a vida. No entanto, não se trata de uma metáfora. Nessa circunstância, a queda do eucalipto se torna o símbolo mais evidente da reconquista do território. É, por isso, a afirmação mais clara e sensível para expressar a experiência estética, visual e política ali vivenciada.

Há cerca de 40 anos o cotidiano desses indígenas é construído nos interstícios dessas imensas plantações, [10] impondo ao seu redor um estado de privações. Não fossem os movimentos autodemarcatórios, poderíamos supor que esses povos seriam engolidos pela sanha da empresa. Até a década de 1970, por exemplo, (quando se utilizaram pela primeira vez desse expediente de luta), os Tupinikim viviam ilhados num enclave de apenas 40 (quarenta) hectares e eram considerados etnia extinta pela historiografia oficial.

Símbolo da arbitrariedade e da violência, o corte do eucalipto é, assim, a afirmação concreta do direito à autodeterminação.

***

O pensamento formula autonomamente, ou, melhor, automaticamente, algumas questões: o traçado está correto? Não estaremos adentrando a propriedade da empresa? Ou saindo dos limites estabelecidos pela FUNAI? Uma certa (pré) ocupação patrimonial me acomete... Entretanto, o ato dos indígenas e suas histórias me ajudam a elaborar outras questões... Uma senhora indaga: “Com qual autoridade esta empresa e a polícia querem tirar nossas terras? Se nenhum deles a criou...”. Seria a noção de propriedade privada a fundação, ou o fundamento, desta produção de subjetividades desconfiadas, deste clima de suspeição?

---

[10] A Aracruz Celulose (atual FIBRIA) possui praticamente 500 (quinhentos) mil hectares de terra com monocultivo de eucalipto, distribuídos em estados como ES, BA, RS, RJ e MG.

***

As árvores a serem cortadas estão marcadas com fitas coloridas, amarradas nos dias anteriores por indígenas e estudantes de geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e geógrafos da Associação Brasileira de Geografia (AGB). O conhecimento empírico do território e o manuseio dos aparelhos de GPS conferem a exatidão métrica necessária para o corte. Nesse processo, é tecida uma rica troca de saberes e experiências.

O corte abre uma clareira de aproximadamente quatro metros de largura, por onde caminhamos. A retirada de duas fileiras paralelas de eucalipto talha um caminho retilíneo, efeito do cultivo da árvore em posições equidistantes, resultado da ordenação do espaço a partir de uma finalidade economicamente lucrativa. [11]

Grupos de indígenas se revezam no manuseio das motosserras e no transporte do combustível, outros carregam água para saciar a sede, alguns tiram fotos ou filmam.

Ao longo do percurso os mais velhos (re) constituem a memória de tempos idos – para ouvidos atentos dos mais novos. A história de um povo (in) surgindo transmite-se no processo da luta, produzindo novos sentidos para/pelas novas gerações.

O pajé guarani de nome *Wera Tupã*, da aldeia Boa Esperança, segue a multidão com passos largos e calmos, sem tocar numa única árvore. Fuma o seu *petynguá*[12] e baforeja fumaça por onde passa. Parece-me que apenas observa a situação.

Ledo engano. Nas andanças pela trilha que se fende, nos conta: “o *eucalipio* é uma árvore venenosa! Não foi criada por *Nhãnderu*[13]... É uma árvore sem espírito!”. [14]

---

[11] Essa arquitetura do plantio compõe uma estética economicamente traçada com vistas à mecanização da colheita, facilitando, desta forma, a substituição da “mão-de-obra” humana por grandes máquinas. Esse processo acarretou uma drástica redução dos “postos de trabalho” da empresa, já que o setor de corte e plantio era o que mais (sub)empregava. Vila do Riacho é um bairro próximo à fábrica onde muitos desses ex-trabalhadores vivem em condição de extrema pobreza.

[12] A palavra guarani para "cachimbo" é petynguá e o termo tupi para tabaco é *petyma*, o que originou o verbo em português "pitar", que significa "fumar".

[13] Figura primária na maioria das lendas guaranis. É o deus trovão, realizador de toda criação. Também conhecido como *Iamandu* ou *Tupã*.

[14] O eucalipto é uma árvore originária da Austrália, modificada geneticamente para crescimento rápido em terras brasileiras, africanas e asiáticas. Em seu estado natural, leva de 30 (trinta) à 40 (quarenta) anos para atingir a fase adulta. A espécie geneticamente modificada nos laboratórios da empresa e aqui plantada em larga escala atinge o estágio de corte em 6 (seis) anos, consumindo mais água para seu desenvolvimento acelerado.

Seu trabalho desenvolve-se numa outra dimensão, invisível aos nossos olhos. Baforando fumaça no ambiente e no próprio corpo, garante a proteção necessária para aqueles que desafiam as forças mundanas, travando suas batalhas no mundo espiritual.

***

Pausa para o almoço.

O alimento que fora preparado pelas mulheres indígenas é distribuído a todos. Momento de sentar no chão, na beira da estrada, no toco de uma árvore, numa casa de cupim, qualquer lugar em que uma pequena sombra sirva de abrigo. Em roda, comemos e conversamos, quebrando a monotonia da paisagem e o seu silêncio ensurdecedor. [15]

Saciados, retomamos as atividades. Vejo que, por entre os eucaliptais, uma pequena faixa de mata resiste, margeando um alagado, resquício provável de um rio. [16] Em seu entorno, alguns poucos exemplares de *embaúba.* [17] Do tronco desta árvore o cacique guarani de nome *Wera Djekupe,* da aldeia Três Palmeiras, demonstra como retirar um pedaço de fibra. Com essa fibra encena o processo artesanal de feitura de cordas. Em sua espontaneidade, expressa cuidado e respeito pela planta, fruto de um saber tradicional não predatório, em que delimita com as mãos as margens de um corte permitido para a regeneração daquele ser não humano. Expressão de um outro modo de relacionar-se com a Vida.

O toque acidental numa casa de marimbondos provoca uma correria generalizada, motivo de gargalhadas e algumas dolorosas ferroadas.

À tarde, uma delegação do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) [18] se aproxima com suas bandeiras vermelhas. A cena é, no mínimo, inusitada. Homens e

---

[15] Ao longo do trajeto raramente vimos aves ou outros animais. Em contraste, muitas formigas e cupins habitam aquela paisagem, denominada pelo biólogo Augusto Ruschi de “Deserto Verde”, numa forma de afirmar sua pobre biodiversidade.

[16] Centenas de rios secaram após a chegada da empresa.

[17] Árvore da mata atlântica que pode atingir até 15 metros de altura. Também conhecida pelo nome "embaúva", "imbaúba", "imbaúva", "umbaúba", "umbaúva", "ambaúba", "embaíba" e "imbaíba", todos originários do termo tupi *ãba'ib*, que significa "árvore oca". Devido esta característica, seu tronco é utilizado pelos indígenas para confecção dos tambores de congo, manifestação cultural típica do Espírito Santo.

[18] De acordo com informações disponíveis no sítio eletrônico do MPA: “O Movimento dos Pequenos

mulheres – brancas, loiras, de olhos azuis, com chapéus de palha e trajes camponeses – descem dos ônibus com presentes que alimentarão aquele ato de rebeldia. Trazem suas produções agroecológicas (inhame, mandioca, batata doce, feijão, hortaliças), frutos de sua resistência coletiva.

Até serem recepcionados pelos sete caciques, [19] passam por um "corredor" humano formado por dezenas de guerreiros indígenas. Uma primeira impressão de hostilidade logo se dissipa com os cumprimentos e sorrisos que seguem. Fico imaginando aquela cena como uma espécie de ritualística, selando a acolhida e a aliança entre povos pela defesa e proteção de seus territórios e modos de vida.

Ao entardecer, retorno para casa carregado de imagens. Algo me toca...

2.2 PINTADOS PARA A GUERRA

Ainda que na eminência de uma reação da Polícia Federal, o processo de autodemarcação se estende ininterruptamente por quatro dias e uma noite. A delimitação coletiva e autônoma – à revelia dos trâmites burocráticos do aparelho estatal – de um território identificado pelos indígenas e pela FUNAI como de ocupação tradicional, necessário à sua sobrevivência física e cultural, é o que sintetiza, portanto, esse ato.

Os conflitos que ele produz e/ou acirra, alcançam repercussão em nível local e internacional, envolvendo diretamente, além dos atores supracitados, uma empresa de capital transnacional, líder mundial do setor de papel e celulose. [20]

Agricultores (MPA) é um movimento camponês, de caráter nacional e popular, de massa, autônomo e de luta permanente, constituído por grupos de famílias camponesas. Seu principal objetivo é a produção de comida saudável para as próprias famílias e também para todo o povo brasileiro, garantindo assim, a soberania alimentar do país. Além disso, busca o resgate da identidade e da cultura camponesa, respeitando as diversidades regionais. O MPA integra a Via Campesina, articulação internacional de movimentos camponeses, e junto com outros movimentos e setores da sociedade luta por um Projeto Popular para o Brasil. Atualmente, o movimento está organizado em 17 estados do Brasil". Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>. Acesso em: 5 out. 2014.

[19] Neste momento da autodemarcação havia 7 (sete) aldeias: 3 (três) Guarani – Boa Esperança, Três Palmeiras e Piraqueaçu; e 4 (quatro) Tupinikim: Irajá, Comboios, Pau Brasil e Caieiras Velha. Durante o conflito foram reconstruídas 2 (duas) aldeias antigas nas terras em litígio: Olho D´Água e Córrego D´Oro. Posteriormente à conquista da terra, a aldeia de Areal também foi reconstruída.

[20] Desde o final da década de 1960 e até aquele momento, a multinacional Aracruz Celulose,

Discursos afinados com os interesses do mercado não tardam a brotar, repudiando a "invasão" das terras, duvidando da "autenticidade" étnica dos manifestantes, condenando os "Atos de Violência Contra o Patrimônio e a Ordem Pública", [21] prestando "Solidariedade Contra a Barbárie e a Desordem". [22]

O conflito provoca e institui, por conseguinte, redes de solidariedade não somente aos povos Tupinikim e Guarani, expondo inúmeras forças em disputa. A exposição dessas forças evidencia um complexo campo de batalha, apontando a necessidade de desdobramentos táticos que expandam as ocupações para outros *territórios-latifúndio,* [23] que não somente o agrário.

À medida que essas intervenções se multiplicam e os movimentos se constelam, os abalos provocados no projeto da empresa obrigam-na a deslocamentos que apontam para estratégias e relações de poder espraiadas por todo o tecido social. Nesse cenário, emerge uma intensa disputa por legitimidade. Não somente da posse da terra, mas, principalmente, dos modos de dispor e usar a Vida.

> Para ganhar a simpatia da população, a indústria da celulose investe pesadamente em publicidade e espaços de divulgação em diferentes meios de comunicação (televisão, rádio, jornais e revistas), patrocina campanhas políticas, apóia ações de assistência social, financia projetos de ONGs, incentiva entidades e patrocina eventos de engenharia florestal, firma convênios com universidades e incentiva pesquisas em seu campo de interesse, patrocina eventos (inclusive de educação ambiental) nas escolas (SILVESTRE; RODRIGUES, 2007, p. 25).

Na capital do Espírito Santo (Vitória), em razão do boicote pela imprensa, um grupo de pessoas se reúne para pensar atividades de divulgação e de apoio à luta pela terra. Paulatinamente essas atividades constituem um corpo coletivo denominado Brigada Indígena, que passa a exercer uma função conectiva entre movimentos sociais do campo e da cidade.

---

atualmente denominada FIBRIA, utilizava as terras em disputa para a plantação, em larga escala, de árvores de eucalipto (matéria-prima de sua produção).

[21] Título de nota publicada no jornal A Gazeta pela ONG empresarial "Espírito Santo em Ação" (p. 8, 14/09/2006).

[22] Título de nota publicada no jornal A Gazeta, reproduzido na página 81 desta dissertação.

[23] Com essa noção procuro enfatizar a existência autoreferente de extensos campos de relações políticas, econômicas, sociais, comunicativas, afetivas, que tem o uso disputado e controlado por meio da propriedade privada de indivíduos, famílias, partidos, empresas e que se caracterizam pela exploração intensiva de suas redes de produção. Essa noção procura enfatizar o avanço de um processo semelhante ao do cercamento das terras, ocorrido na Inglaterra do século XVII, porém agora sobre o campo de produção de bens imateriais como a informação, a comunicação, o lazer, a cultura, o conhecimento, as relações afetivas, etc.

Operações de intercambio étnico e ações simultâneas nos territórios da *urbis* e da *ruris* fazem ressoar a voz indígena em espaços ativamente organizados para silenciá-la. A abertura criativa, *forçada* e imprevisível desses espaços incita articulações difusas e estratégias de controle que constituem o terreno social e visam uma produção de consensos em torno de projetos e estilos de vida monoculturais.

Os modos experimentais de (r) existência desse coletivo parecem, então, abrir fissuras[24] no cotidiano de vida das pessoas, ventilando outras possibilidades e conexões.

Interessa-me, assim, analisar como esses lampejos puderam problematizar relações de poder no contemporâneo e, principalmente, questionar modos de funcionamento político estereotipados, que tecem não apenas a máquina administrativa do Estado, mas os próprios movimentos sociais.

Para essa empreitada se faz necessário, antes, desenhar o campo de emergência da Brigada e apresentar alguns dos processos que constituíram parte da gênese deste conflito pela terra. Convido, então, para um breve percurso pela *Terra Sem Males*, lugar sagrado que o povo Guarani encontrou em 1967, no município de Aracruz, após uma longa caminhada mítico-religiosa.

Nesta viagem, alguns indígenas, pesquisadores, cronistas e viajantes de outros tempos servirão de guia, nos conduzindo pelas matas, rios e manguezais dessa "terra de liberdade", [25] na qual os Tupinikim praticavam seus modos de vida a partir de uma autodeterminação coletiva.

Fiquemos atentos para perceber o movimento da brisa, o toque da chuva, os sabores dos frutos dessa *terra prometida*. Quando as florestas forem derrubadas, sentiremos a ausência de suas cores, cheiros e sons. Pise na lama enquanto houver tempo. Logo o solo sob nossos pés reclamará por umidade e as lágrimas de indignação que brotarão poderão ser insuficientes para regá-lo.

---

[24] "As fissuras são sempre perguntas, não respostas" (HOLLOWAY, 2013, p. 22).

[25] "Nossa Terra, Nossa Liberdade" foi como os indígenas denominaram a Assembleia Geral dos Povos Tupinikim e Guarani de 2005, na qual decidiram, unanimemente, iniciar a terceira autodemacação.

A luta desses dois povos, contudo, encherá nossos corações de alegria e nosso espírito de imaginação. Sonharemos com borboletas. Ao despertar tomaremos a primeira *ubá*[26] pelo rio resistente e, finalmente, nos juntaremos nesta invenção coletiva que ficou conhecida como Brigada Indígena, fazendo desse navegar um fluxo de experiências para a construção de *novos espaços de liberdade.* [27]

2.3 A LUTA PELA TERRA

O Tupinikim foi o primeiro povo indígena com o qual os portugueses travaram contato. Nos primórdios da colonização, habitavam o litoral brasileiro em pontos hoje nomeados de Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Sua presença está registrada na obra de inúmeros cronistas e viajantes, tais como Hans Staden, [28] Gabriel Soares de Sousa[29] e Jean de Léry. [30]

---

[26] Na língua Tupi-guarani, *Ubá* significa "canoa de uma só peça escavada em tronco de árvore".

[27] Referência ao livro de Felix Guattari e Antonio Negri (1987), intitulado “Os Novos Espaços de Liberdade”, no qual discutem o comunismo como “expressão singular do devir produtivo de colectividades” (p.10), que consiste em “criar condições de emergência de uma renovação permanente da atividade humana e da produção social através da promoção de processos de singularização, de auto-organização, de auto-valorização” (p. 8).

[28] STADEN, H. Duas viagens ao Brasil. Porto Alegre: L&PM, 2010. “Hans Staden (Homberg (Efze), c. 1525 — Wolfhagen, c. 1579) foi um aventureiro mercenário alemão do século XVI. Por duas vezes, Staden esteve no Brasil, onde participou de combates nas capitanias de Pernambuco e de São Vicente contra navegadores franceses e seus aliados indígenas e onde passou nove meses refém dos índios tupinambás. De volta à Alemanha, Staden escreveu "História verdadeira e descrição...": um relato de suas viagens ao Brasil que se tornou um grande sucesso editorial da época. [...] (No livro, relata que) Enquanto caçava sozinho fora dos limites do forte, Staden foi feito prisioneiro por uma tribo tupinambá [...] a intenção dos seus captores era devorá-lo. Pouco tempo depois, os tupiniquins, aliados dos portugueses, atacaram a aldeia onde ele era mantido prisioneiro. [...] Foi, enfim, resgatado pelo navio corsário francês Catherine de Vatteville, comandado por Guillaume Moner, depois de mais de nove meses aprisionado. [...] De volta à Europa, redigiu um relato sobre as peripécias em suas viagens e aventuras no Novo Mundo, uma das primeiras descrições para o grande público acerca dos costumes dos indígenas sul-americanos. O livro, [...] foi publicado em Marburgo, na Alemanha, por Andres Colben em 1557. Tal livro conheceu sucessivas edições, constituindo-se num sucesso editorial devido às suas ilustrações de animais e plantas, além de descrições de rituais antropofágicos e costumes exóticos”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hans_Staden>. Acesso em: 5 out. 2014.

[29] Sousa, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989. “Foi para o Brasil entre os anos de 1565 e 1569. Na Bahia estabeleceu-se como colono agrícola. Ali casou e prosperou a ponto de nos 17 anos de estada se fazer senhor de um engenho de açúcar [...] redigiu nos quatro anos de 1584 a 1587 o longo memorial, como ele próprio lhe chamou, que conservado inédito até o século XIX, foi nele publicado sob títulos diferentes, o qual constitui uma verdadeira enciclopédia do Brasil à data da sua composição”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Soares_de_Sousa>. Acesso em: 6 out. 2014.

[30] “Jean de Léry (Côte-d'Or, c. 1536 - Suíça, c. 1613) foi um pastor, missionário e escritor francês e membro da igreja reformada de Genebra durante a fase inicial da Reforma Calvinista. [...] em 1556, tomou a decisão de acompanhar um grupo de ministros e artesãos protestantes em uma viagem à França Antártica, colônia francesa estabelecida na baía de Guanabara, atual cidade do Rio de

Todavia, em decorrência dos conflitos e das doenças advindas do contato com o colonizador e da política de aldeamentos, o território e sua população foi drasticamente reduzido. No século XIX a vastidão de terras habitadas por esse povo restringir-se-á ao solo capixaba, onde se reconhece sua presença por meio dos registros feitos pelo Príncipe Maximiliano Wied Neuwied, [31] Auguste de Saint-Hilaire, [32], D. Pedro II, [33] Kurt Niumendaju[34] e John Hemming. Segundo estimativas deste último, cerca de 55.000 Tupiniquins habitavam a região compreendida somente entre o Espírito Santo e a Bahia.

Apertados nessas fronteiras, seus remanescentes buscam refúgio no município de Aracruz (ES), onde extensões territoriais encontram-se ainda preservadas, possibilitando a prática dos seus modos de vida. Aproximadamente trinta e sete aldeias distribuem-se numa região de mata virgem, articulando-se e comunicando-se por trilhas no meio da floresta.

> A forma como as famílias ocupavam o espaço e as trocas comerciais tornavam duas localidades quase que uma área só [...] fortalecendo os laços comunitários que se manifestavam nos rituais religiosos, ou na

---

Janeiro.[...] A França Antártica foi conquistada pelos portugueses em 1567. Em seu lugar criaram a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. André Thévet, um frade franciscano francês, acusou os protestantes pelo fracasso da colônia em seu livro 'Cosmografia Universal'. Em resposta a essa acusação e atendendo a pedidos de amigos Léry permitiu que seu diário de viagem fosse publicado com o título "Histoire d'un voyage faict en la terre du Brésil". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_de_L%C3%A9ry>. Acesso em: 6 out. 2014.

[31] MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1989. "Maximilian Alexander Philipp zu Wied-Neuwied (Neuwied, 23 de setembro de 1782 — Neuwied, 3 de fevereiro de 1867) foi um príncipe renano que esteve no Brasil no início do século XIX e aqui estudou a flora, a fauna e as populações indígenas. Foi um naturalista, etnólogo e explorador alemão. Foi o autor de Viagem ao Brasil, publicado por volta de 1820 com detalhadas descrições sobre tudo o que pôde observar. [...] Chegou ao Brasil, em 1815 com o pseudônimo de Max von Braunsberg. Por dois anos, pesquisou o litoral e regiões do interior do Rio de Janeiro, Espírito Santo e do sul da Bahia, chegando a Salvador em suas viagens de pesquisa. Reuniu, entre outros objetos etnológicos, vocabulários e utensílios de tribos indígenas (como a dos Botocudos), plantas e animais". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maximilian_zu_Wied-Neuwied>. Acesso em: 6 out. 2014.

[32] "Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (Orleães, 4 de outubro de 1779 — Orleães, 3 de setembro de 1853) foi um botânico,naturalista e viajante francês. [...] Viajou alguns anos pelo Brasil, tendo escrito importantes livros sobre os costumes e paisagens brasileiros do século XIX". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Auguste_de_Saint-Hilaire>. Acesso em: 7 out. 2014.

[33] Rocha, Levy. Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

[34] "Curt Nimuendajú (nascido Curt Unckel, Iena, 17 de abril de 1883 — Santa Rita, 10 de dezembro de 1945) foi um etnólogo de origem alemã que percorreu o Brasil em meio aos índios por mais de quarenta anos. [...] Nascido Unckel em 1883, naturalizou-se em 1921 com o nome de Curt Nimuendajú, nome dado pela tribo dos Guarani-Ñandeva em 1906 e que significa 'fazer moradia' . Conviveu com um grande número de etnias indígenas, de várias regiões do Brasil". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Curt_Nimuendaj%C3%BA>. Acesso em: 7 out. 2014.

> realização de algumas formas de cooperação econômica (mutirão, adjutório). O conhecimento e domínio de um território funcionava como fator de identificação e troca, com a base física comum, inalienável, dando sentido à relação entre os grupos domésticos. [...] Havia uma posse comunal da terra nessas aldeias, pois os cultivos em extensões podiam ser utilizados à vontade por cada grupo familiar (SOUSA, 1996, p. 8).

Este cenário começa a modificar-se na década de 1940, quando a primeira grande empresa ali se instala: a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) que, com autorização do Estado, explora 10.000 hectares de floresta para produção de carvão vegetal (SOUSA, 1996, p.14).

Em 1967 chega à região, vindo do Sul do país, um grupo de Guarani Mbyá, numa caminhada mítico-religiosa em busca da “Terra Sem Males”. As condições geográficas e naturais favoráveis e a acolhida dos Tupinikim são determinantes para seu estabelecimento naquele território, conforme demonstra o relato de um guarani:

> Aurora (líder espiritual) falou com o cacique Tupinikim lá em Caieiras Velhas. Havia muito posseiro e o cacique disse para ficar, lutar junto. Era tudo mato. Gostamos porque era mato puro. O rio Sauhê tinha muito peixe; no Córrego de Morcego havia muita água boa. Naquela época tinha mata, não tinha eucalipto (SOUSA, 1996, p. 21).

No final da década de 60 a Empresa Aracruz Celulose inicia seus empreendimentos no Espírito Santo, comprando os 10.000 (dez mil) hectares de terras da COFAVI e mais 30.000 (trinta mil) hectares de terras indígenas, negociadas pelo Estado por uma quantia irrisória, como se fossem devolutas. Intensifica-se, ali, o processo de expropriação que lhes obrigará a viver cada dia mais acuado dentro de seu próprio território.

À medida que as matas são derrubadas, as plantações de eucalipto se estendem até o quintal de suas casas, deixando-os praticamente ilhados, segundo declaração de um indígena:

> Tinha uma lavoura, quando apareceu a Aracruz Florestal comprando tudo. Não queria sair de lá, mas não pude ficar porque os vizinhos e parentes saíram todos, aí não tive jeito. [...] Tinha um prazo para achar casa, um mês, e aí queimavam a casa (SOUSA, 1996, p. 15).

Em 1972 o governo federal transfere os Guarani e alguns Tupinikim para uma

fazenda em Carmésia, Minas Gerais, uma espécie de central carcerária indígena (denominada Fazenda Guarani), para onde levavam grupos e indivíduos que apresentavam obstáculos aos interesses políticos e econômicos dos grandes projetos de desenvolvimento do governo militar. De acordo com o relato do cacique guarani *Wera Kwarai,* da aldeia Boa Esperança – que lá esteve presente quando adolescente – "ninguém podia entrar e ninguém podia sair". [35]

Após três anos de confinamento, retornam para Aracruz, quando algumas denúncias publicadas nas páginas dos principais jornais do país expõem suas principais dificuldades.

O governo, assim, vê-se obrigado a dar início aos processos administrativos de reconhecimento étnico daquele grupo. Até então, os Tupinikim eram considerados oficialmente extintos.

Mediante a mobilização e articulação com outros grupos sociais e a conseqüente pressão sobre o governo, em 1979 a FUNAI instala um Grupo Técnico (GT), através da portaria n° 069/79, que decide, ao final dos estudos, pela delimitação de três aldeias, totalizando 6.500 (seis mil e quinhentos) hectares de terra com as seguintes extensões: Caieiras Velha, 2.700 (dois mil e setecentos) hectares; Pau Brasil, 1.500 (um mil e quinhentos) hectares; Comboios, 2.300 (dois mil e trezentos) hectares. [36]

O presidente da Aracruz Celulose à época, entretanto, pressiona o governo, que recua de sua decisão. A empresa aproveita o recuo para dar início a testes de plantação de eucalipto na área reconhecida pelos estudos da FUNAI como de uso ancestral indígena.

As lideranças escrevem uma carta ao Ministro do Interior e, em plena ditadura militar, estipulam um prazo ao governo federal para o cumprimento da portaria. Caso contrário, por conta própria fariam a demarcação de suas terras. Sem respostas, as aldeias iniciam o primeiro processo de autodemarcação.

---

[35] Disponível em: <http://www.apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>. Acesso em: 26 de out. 2013.

[36] Informações a partir dos relatórios técnicos do GT-FUNAI, portaria n° 609, de 08/11/79, publicado no Diário Oficial da União de 17/12/79.

Ao mesmo tempo em que se pautam no arcabouço jurídico brasileiro[37] para conferir legitimidade a ação, o levante também questiona outros princípios legais, tais como o de propriedade privada e direito individual. Principalmente, dá continuidade a experiências seculares de resistência às políticas de genocídio[38] implantadas pelos governos da federação. Ao longo das décadas que seguem, a autodemarcação constitui-se como arma fundamental, último recurso tático para a garantia da autonomia de seus modos de vida e a produção de sua existência.

Forçado a tomar uma decisão, o governo lança, sem a participação dos indígenas, uma nova portaria, reduzindo ainda mais a área das aldeias, totalizando 4.492 (quatro mil quatrocentos e noventa e dois) hectares, assim distribuídos: Caieiras Velha, 1.519 (um mil e quinhentos e dezenove) hectares; Pau Brasil, 427 (quatrocentos e vinte e sete) hectares; Comboios, 2.546 (dois mil e quinhentos e quarenta e seis) hectares.

Indignados, os indígenas reivindicam a delimitação correta de suas terras.

Em 1997, através do GT 0783, a FUNAI identifica 18.070 (dezoito mil e setenta) hectares como território tradicional. Desconsiderando o laudo técnico produzido por esse GT, o Ministro da Justiça à época (1998), Iris Resende, decide demarcar apenas 7.061 (sete mil e sessenta e um) hectares. Os indígens partem, assim, para uma segunda autodemarcação.

Após 8 (oito) dias, as atividades de corte são interrompidas por uma grande operação da Polícia Federal, que bloqueia o acesso as aldeias. Os caciques são levados para Brasília e, isolados da comunidade e sem apoio de assessorias, são pressionados a assinar um acordo com a empresa, sob ameaça de perderem as terras que já haviam conquistado. O acordo prevê a manutenção da área de 7.061 (sete mil e sessenta e um) hectares em troca de uma indenização em forma de

---

[37] Conforme preconizado pelo artigo 231 da Constituição Federal Brasileira de 1988: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” Entende-se como “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (§ 1º).

[38] Os Tupiniquins eram considerados povos extintos até insurgirem-se na década de 70, nesta região de Aracruz-ES.

projetos sociais. O Ministério Público Federal se recusa a assinar uma negociata sobre terras constitucionalmente inalienáveis.

Sete anos depois, no dia 19 de fevereiro de 2005, o povo Tupinikim e Guarani realiza uma Assembleia Geral na aldeia de Comboios e avalia que o resultado do acordo foi a produção de maior dependência, divisão entre as aldeias e "enfraquecimento da cultura".

Os trezentos indígenas presentes decidem pela realização da terceira autodemarcação, conforme descrito em nota enviada ao presidente da FUNAI e à sociedade, no dia 17 de maio de 2005:

> Na certeza da legitimidade e validade dos estudos do GT (da Funai) e convencidos de que os 18.070 hectares de terras é direito dos povos Tupinikim e Guarani, tomamos a decisão de iniciar, no dia de hoje, a autodemarcação das nossas terras. Com este ato, queremos expressar para o Senhor, e para todo o povo brasileiro, que as terras pertencem aos povos Tupinikim e Guarani, e devem ser devolvidas para construirmos nosso próprio futuro, garantindo nossa liberdade e autonomia, e o futuro dos nossos filhos e netos. Quinhentos anos atrás cortaram as árvores que representam os povos e culturas indígenas: hoje, com nossa terra, voltam a brotar com força as raízes indígenas no Espírito Santo. [39]

Participo, nesse dia – conforme relato apresentado no início deste trabalho – das atividades demarcatórias, experiência-chave para meu envolvimento posterior na construção do coletivo Brigada Indígena e em outras práticas de militância e experimentações rebeldes.

[39] Jornal Século Diário, edição do dia 17/05/2005. Repórter: Ubervalter Coimbra.

2.4 A EXPERIÊNCIA DA BRIGADA INDÍGENA

> E cada vez que há operação contra o Estado, indisciplina, motim, guerrilha ou revolução enquanto ato, dir-se-ia que uma máquina de guerra ressuscita, que um novo potencial nomádico aparece, com reconstituição de um espaço liso ou de uma maneira de estar no espaço como se este fosse liso.
> (DELEUZE, GUATTARI, 2012, p. 64).

Um mês após o "início" do conflito, a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, [40] por meio da ONG Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), [41] organiza um ciclo de debates na UFES, no qual apresenta um vídeo-documentário intitulado "Nossa Terra, Nossa Liberdade", [42] abordando o processo de autodemarcação efetuado pelos Tupinikim-Guarani.

O debate órbita em torno dos "tipos de apoio que os universitários poderiam" [43] articular para o fortalecimento desta luta, indicando que a existência desses povos é amplamente desconhecida no meio universitário e que um modo de fortalecê-la poderia advir da aproximação dos estudantes da realidade das aldeias. Com o apoio da FASE, organiza-se uma excursão "para um contato com a vida dos índios, a fim de vivenciá-la, na medida do possível, em suas práticas". [44] Nasce aí, a primeira Brigada de Apoio aos Povos Indígenas.

---

[40] A Rede Alerta contra o Deserto Verde é uma ampla rede da sociedade civil, composta de entidades, movimentos, comunidades locais, sindicatos, igrejas e cidadãos de cinco estados brasileiros (ES, MG, BA, RS e RJ) preocupados com os impactos socioambientais provocados pela contínua expansão dos monoculturas de eucalipto, assim como a venda de "créditos de carbono". Ao mesmo tempo em que denuncia, mostra a viabilidade de alternativas de desenvolvimento que têm sido implementados localmente por vários movimentos e comunidades que participam da Rede. O termo Deserto Verde foi cunhado por Augusto Ruschi - considerado o patrono da ecologia no Brasil e um dos ícones mundiais da proteção ao meio ambiente – para descrever uma paisagem que, embora "verde", não traz mais a diversidade biológica e humana que antes existia na Mata Atlântica.

[41] A FASE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1961. Tem sua atuação concentrada em seis estados brasileiros, dentre estes, o ES.

[42] Gravação e produção de Ligia Moyses Nascimento (2005).

[43] Cartilha "Brigada Indígena de Apoio aos Índios Tupiniquim e Guarani do Espírito Santo" (2006, p.1).

[44] Ibidem (p. 1).

Imagem 1: “Brigada Indígena”, fotografia do mutirão de reconstrução da aldeia Olho D´Água, destruída pela Polícia Federal, janeiro de 2006. Crédito: Ligia Moyses Nascimento.

O termo brigada remete, comumente, a ação de um grupo organizado para o cumprimento de uma tarefa específica, podendo atuar em situações de emergência (brigada de incêndio), em situações de catástrofe (brigada de salvamento), na organização de espaços coletivos (brigada de alimentação, de segurança), na limpeza de vias públicas (brigada de varredores), entre outros, o que lhe confere uma função elástica no cumprimento de escopos variados.

> O termo "brigada" tem origem no italiano "*brigat*" (usado, por exemplo, na introdução do *Decameron*, onde se refere a um grupo de dez) ou no francês antigo *brigare* (significando "companhia" de tamanho indefinido), o qual, por sua vez, deriva da raíz celta *briga*, que significa "luta". [45]

É empregado nas forças armadas da maioria dos países para identificar unidades militares. Como unidade tática, foi inventada pelo rei sueco Gustavo Adolfo, na Guerra dos Trinta Anos (século XVII), [46] podendo ser considerada um protótipo organizacional da moderna “força-tarefa”, criada pela marinha dos EUA no início de 1941 para designar forças navais temporárias e operacionalmente flexíveis com grande capacidade de ação no cumprimento de missões específicas. Algumas

[45] Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brigada>. Acesso em: 7 out. 2014.
[46] Idem.

organizações civis também usam o termo para designar grupos de trabalho ou comissões criadas para o desempenho de tarefas eventuais. [47]

A Brigada Indígena não foi nomeada intencionalmente a partir dessas informações, originando-se, mais provavelmente, da tradição dos próprios movimentos sociais na organização dos espaços em que realizam seus encontros, acampamentos e ocupações. Entretanto, essas informações podem auxiliar a pensar a genealogia dessa tática, sua constituição e modos de luta.

Fruto de uma ação específica (visita a uma aldeia), a Brigada Indígena não nasce com uma pretensão organizativa estável ou permanente. Seu propósito não exige estrutura diretiva ou hierárquica, regimentos, programas de ação ou cartas de princípio formalizadas. Apesar de também contar, em sua composição, com a participação de estudantes filiados a partidos políticos, inicialmente não desperta interesses de aparelhamento partidário, sendo efeito de relações políticas de outro tipo.

À medida que as ações dos indígenas provocam e ampliam o debate no meio político, social, econômico, acadêmico, midiático, teológico-eclesial, cria-se um campo fértil para a invenção de outras intervenções que, por sua vez, também retroalimentam novas alianças e processos de luta. Assim, o que inicialmente mirava *apenas* uma aproximação do cotidiano de vida desses povos desdobra-se em ações articuladas conjuntamente por esses diferentes corpos.

Os efeitos dessas ações alimentam novos projetos nos campos específicos de atuação dessas organizações, fortalecendo reciprocamente movimento indígena e estudantil. As atividades são realizadas simultânea ou assincronicamente no campo e na cidade, em nível local, nacional e internacional, por meio da articulação em rede com outros movimentos sociais.

As ações são pensadas em reuniões presenciais, convocadas por qualquer indivíduo e realizadas sempre em espaços públicos (cantinas, corredores e gramados da universidade ou de parques municipais), zonas de circulação livre de pessoas, de maneira que possibilite a participação de transeuntes e curiosos, sendo o mais convidativo possível à inserção de novos atores e novas ideias. Apesar de

[47] Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a-tarefa>. Acesso em: 7 out. 2014.

periodicamente irregulares, acontecem com grande frequência, sempre que uma problemática demande ou abra possibilidades para intervenção.

A Brigada era um coletivo aberto, transdisciplinar, composto por uma diversidade de participantes: alunos secundaristas e de cursos universitários (Psicologia, Serviço Social, Direito, Geografia, Física, Matemática, Oceanografia, Pedagogia, Ciências Sociais, Comunicação, Economia, História, Letras, etc), bem como trabalhadores não vinculados aos estabelecimentos de ensino e educação.

As ações se apoiavam em formas lúdicas de protesto e eram construídas de modo a estarem abertas para desdobramentos imprevisíveis.

De acordo com o momento, a ideia de uma ação e a responsabilidade pela sua concretização era assumida por diferentes pessoas, a partir da disposição e disponibilidade autodeclarada. Esse modo horizontal, não delegativo, rompe intencionalmente com uma organização instalada nos próprios movimentos de esquerda - que repetem uma divisão do trabalho entre aqueles que pensam e aqueles que executam (governantes-governados) em suas próprias estruturas – contribuindo para a construção de um coletivo crítico e fértil para novas ideias e iniciativas, aberto para uma composição heterogênea e ativa dos indivíduos.

Para participar do coletivo, bastava estar presente nos debates e/ou ações. Costumava-se dizer que compunha a Brigada quem dela se sentisse parte, ou seja, ninguém ou qualquer um. Não havia um centro de controle e tutela que concedia, conferia, outorgava, ou formalizava essa adesão. O sentimento de pertencimento era co-fabricado e nunca heterodeclarado.

As ações eram variadas: visitas às aldeias para doação de mudas de árvores nativas, roupas e alimentos; participação em mutirões para construção de casas ou reconstrução de aldeias; participação em festejos ou rituais religiosos; ações diretas em eventos públicos ou privados, como ocupações ou escrachos; organização de seminários e palestras. Algumas tinham como objetivo a aproximação e vivência do cotidiano de vida e da realidade do conflito. Outros pretendiam a denúncia dos impactos sociais, ambientais, econômicos e culturais de um modelo de desenvolvimento econômico predatório. Outros pretendiam evidenciar as relações

entre políticos, mídia e empresas na sustentação desse modelo. Outros visavam o encontro e confraternização entre seus participantes.

As ações diretas eram empregadas em estruturas de grandes eventos, com amplo potencial de publicização, divulgação e comunicação.

Criando *zonas autônomas temporárias,* [48] o coletivo procurava interromper certos fluxos de informação e desestabilizar seus emissores, suas estruturas de emissão e os sentidos emitidos. Abria-se, então, um campo de contra-informação a partir do levantamento de novos problemas, provocando fissuras naquele domínio discursivo.

As ações buscavam, assim, provocar curtos-circuitos em processos de produção de subjetividade estabelecidos em espaços bem determinados, estriados, estatizados, institucionalizados, convocando e provocando seus ouvintes-espectadores a um estranhamento do vivido, uma tomada de posição.

A análise das ações da Brigada e seus efeitos de fissura nas relações de poder que atravessam tanto a constituição da máquina estatal, quanto a constituição dos próprios movimentos de esquerda, podem nos ajudar, portanto, a questionar uma determinada malha institucional, dando visibilidade a estratégias de controle da vida no qual o conflito entre indígenas e Aracruz Celulose é expressão emblemática.

Ademais, os efeitos dessas intervenções também podem ser tomados como ações problematizadoras dos modos de funcionamento deste coletivo e, por conseguinte, das formas e modos de resistência[49] instituídos[50] no contemporâneo.

---

[48] Abordaremos o conceito de zona autônoma temporária, de Hakim Bey (2011), no tópico a seguir.
[49] Abordaremos a perspectiva teórica com que trabalhamos a noção de resistência no tópico seguinte.
[50] "Todas essas regras, normas, costumes, tradições etc., que o indivíduo encontra na sociedade, são o que está *instituído"* (LOURAU, 2004, p. 72). Abordaremos mais detidamente a noção de instituído no tópico a seguir.

2.5 PREPARANDO AS FLECHAS

> Os processos históricos de crise, de mudança e de revolução são o laboratório da sociedade instituinte (LOURAU, 2004, p. 74).

> Nuestra coherencia es solamente aquella que resulta de la acción de los movimientos sociales en un momento dado (LOURAU, 1977, p. 43).

No intuito de evidenciar algumas relações de força constituintes dessa malha institucional apresentaremos, a seguir, flechas conceituais a serem utilizadas como ferramentas, ou melhor, armas, [51] de nossa pesquisa. Uma delas foi denominada por René Lourau (1977) e Georges Lapassade (1979) de *analisador*.

Lourau (1977) afirma que a exploração que se acha dissimulada no sistema capitalista somente pode ser "revelada" por uma análise dos atravessamentos institucionais que permeiam toda a sociedade. Essas relações podem ser evidenciadas por meio de um analisador, "un dispositivo experimental, intermediario entre el investigador y la realidad" (LAPASSADE, 1979, p. 17), capaz de produzir uma "descomposicion de la realidad material en elementos, sin intervención de un pensamento consciente" (p.18).

Para Lourau (1977), analisador é o "elemento de una situación, que negando de una forma u otra lo instituido, fuerza a hablar a este ultimo [...] hace emerger el saber y el no-saber de la sociedad acerca de ella misma" (p. 49). Para esses autores, portanto, é sempre o analisador que dirige e realiza a análise.

Segundo Altoé (2004), instituição é tida como toda e qualquer regra, norma, costume e tradição, tomada como forma, que interfere e constitui indivíduos, grupos sociais e organizações formais.

> [...] elas incluem também a maneira como os indivíduos concordam, ou não, em participar dessas mesmas normas. As relações sociais reais, bem como as normas sociais, fazem parte do conceito de instituição. Seu conteúdo é formado pela articulação entre a ação histórica de indivíduos, grupos, coletividades, por um lado, e as normas sociais já existentes, por outro (LOURAU, 2004, p. 71).

---

[51] Abordaremos a diferença entre armas e ferramentas na entrada referente aos "Acampamentos Rebeldes contra a Máquina Estatal", mais precisamente no tópico: "Acampamentos Rebeldes 'por dentro' do Aparelho de Estado: Zonas de Subversão das Ferramentas de Trabalho".

Não é, assim, algo externo ao indivíduo e/ou ao grupo, mas historicamente produzido e manifesto nele(s) e por ele(s). Instituição é efeito de afrontamentos entre processos instituídos e instituintes.

> [...] a instituição, embora se apresente como um fato exterior ao homem, necessitou de seu poder instituinte. Além disso, se o homem sofre as instituições, também as cria e as mantém por meio de um consenso que não é somente passividade frente ao instituído, mas igualmente atividade instituinte, a qual, além disso, pode servir para pôr em questão as instituições. O fato de que uma instituição seja contestada também faz parte dela (LOURAU, 2004, p. 73).

Lapassade (1979) afirma que após maio de 1968 o conceito de analisador se impôs como uma necessidade para compreensão dos acontecimentos sociais. Utiliza a experiência histórica da Comuna de Paris para evidenciar o potencial analítico das ações coletivas e suas movimentações, afirmando que esta, por exemplo, “había hecho el análisis de las instituciones y mostrado qué es el Estado clasista y qué son los aparatos ideológicos estatales mejor que todos los análisis teóricos y con una eficacia mayor” (p. 27).

As ações dos Tupinikim-Guarani e da Brigada Indígena servem, no sentido apresentado por Lourau e Lapassade, como *analisadores sociais*, como acontecimentos históricos que tensionam e problematizam os poderes e as formas de subjetividade *instituídas,* o estriamento dos espaços, a administração, regulação e controle dos comportamentos, dos conflitos, das populações.

Entendemos a experiência desses povos e coletivos como levantes sociais que irrompem não somente como reação a uma determinada ordem *instituída,* mas, principalmente, como afirmação de outros modos de vida. Experimentações rebeldes que não se limitam a oposições ou negações, se destacando pela manifestação de uma inesgotável potência de criação do humano (HECKERT, 2004, p. 53) na invenção de diferentes modos de (r)existência. Nossa próxima flecha.

Segundo Foucault (1999), as resistências não estão numa posição de exterioridade em relação ao poder. Elas não são um decalque, uma “marca em negativo”, uma mera reação ao poder. Tratá-la como seu “reverso passivo”, afirma, seria condená-la a um papel histórico de “infinita derrota”.

A resistência, como o poder, encontra-se no campo das relações de força e neste sentido, está em cada ponto dessa correlação como um conjunto heterogêneo de práticas locais, pontuais, difusas e imprevisíveis. Elas se distribuem pelo tecido social de forma irregular e se disseminam como pontos móveis e transitórios.

> Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. E é certamente a codificação estratégica desses pontos de resistência que torna possível uma revolução (FOUCAULT, 1999, p. 92).

A resistência é sempre anterior em relação à sua captura, constituindo uma experimentação inédita, inventiva, original, problematizadora, sobre a qual o poder se lança numa tentativa de contenção, desvio e/ou integração de sua força disruptiva e desestabilizadora.

Quando Foucault (1995) se refere ao poder, não o entende como um sistema de dominação exercido por um indivíduo, grupo, partido, empresa, casta, etc. Para ele, a soberania do Estado, a conformação da lei ou a unidade global de uma dominação são, antes, formas terminais do poder e não seu ponto central de derivação.

> [...] se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram uma nas outras [...] enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (p. 88-89).

O poder não se refere, assim, a uma substância ou propriedade. Não se trata de algo que possa ser adquirido, compartilhado, guardado, perdido, trocado, como se faz com uma mercadoria. Não podemos falar, portanto, de um Poder, maiúsculo, único, mas sim, de poderes: correlações de força instáveis, tensas, desequilibradas, heterogêneas, móveis, desiguais, imanente às redes sociais.

> O que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. [...] ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite, ele coage ou impede absolutamente (FOUCAULT, 1995, p. 243).

O poder é da ordem do “governo”, entendido como a condução/direção da conduta dos outros, como ordenação de suas probabilidades de manifestação, como trabalho de estruturação de um campo de ação. Seu movimento não é unilateral, ascendente ou descendente, simplesmente atravessando e multiplicando-se pelo corpo social a partir de direções ou posições estanques. Funciona, antes, capilarizando-se por meio de processos e forças advindas de todos os lados. Segundo Foucault (1995), “as formas e os lugares de ‘governo’ dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros” (p. 247).

As relações de poder formam-se e atuam nos grupos, famílias, instituições, servindo de suporte, nas palavras de Foucault (1999), para a produção do “conjunto do corpo social” (p. 90). A hegemonia social de um grupo, de uma casta, de corporações, de um modo de produção, de uma forma de subjetividade é efeito, portanto, de uma determinada correlação de forças que liga os afrontamentos locais entre si, fazendo emergir uma “linha de força geral”. Esse efeito de conjunto, por sua vez, procede a novas redistribuições, alinhamentos e afrontamentos, fazendo a sociedade funcionar.

> Nenhum “foco local”, nenhum “esquema de transformação” poderia funcionar se, através de uma série de encadeamentos sucessivos, não se inserisse, no final das contas, em uma estratégia global. E, inversamente, nenhuma estratégia poderia proporcionar efeitos globais a não ser apoiada em relações precisas e tênues que lhes servissem, não de aplicação e conseqüência, mas de suporte e ponto de fixação (FOUCAULT, 1999, p. 95).

As relações de poder, por isso, são carregadas de intencionalidade e se exercem a partir de táticas locais e objetivos bem definidos. Entretanto, seus efeitos são frutos de uma produção anônima cultivada em redes de poderes e resistências.

> Elas (as correlações de poder) não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite a preensão. Portanto, não existe em relação ao poder *um* lugar da grande Recusa – alma da Revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências, no plural (FOUCAULT, 1999, p. 91).

Se as resistências colidem com o Estado não é porque as relações de poder dele derivem.

> Mas, antes, porque se produziu uma estatização contínua das relações de poder. [...] poderíamos dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado (FOUCAULT, 1995, p. 247).

O autor, no esforço de pensar o poder por um viés desatrelado do modelo estatal (como era predominante na Ciência Política de sua época), propõe um método que tomará as formas de resistência como ponto de partida das investigações. Esse método

> [...] consiste em utilizar esta resistência como um catalisador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados. Mais do que analisar o poder do ponto de vista da sua racionalidade interna, ela consiste em analisar as relações de poder através do antagonismo das estratégias (FOUCAULT, 1995, p. 234).

Seguindo a sugestão de Foucault, utilizaremos o conflito entre indígenas e Aracruz Celulose como um *catalisador químico*, como um *analisador social* das relações de poder e de resistências que se apresentam no contemporâneo.

Escolhemos, assim, para nos acompanhar na navegação desse rio, armas conceituais manufaturadas em/para combates, que buscam enfatizar o caráter local, provisório, crítico e inventivo das experiências de resistências, de modo a potencializar, também, outros olhares, outros modos, outras estéticas de luta vigentes, ou em processo de gestação.

Partimos na *ubá,* então, carregando outras duas flechas, denominadas por Hakim Bey (2011) de “zona autônoma temporária” e por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2012) de “máquina de guerra”.

Bey cunha o conceito de *zona autônoma temporária* (TAZ) ao estudar os movimentos de piratas e corsários do século XVIII na formação de amplas redes rebeldes sobre o globo terrestre, redes compostas por ilhas remotas e esconderijos secretos nos quais seus navios eram abastecidos com água e comida.

Nesses assentamentos, viviam intencionalmente à margem da lei, formando mini-sociedades de curta-duração, nas quais festejavam suas batalhas e trocavam o resultado de suas pilhagens.

Declara o autor que, apesar do advento da tecnologia moderna com seus satélites espiões e sistemas de vigilância, essa “utopia pirata” ainda teria o potencial de inspirar levantes e insurreições.

Bey não objetiva a construção de dogmas políticos ou receitas sobre como criar *zonas autônomas temporárias*: “não queremos dizer que a TAZ é um fim em si mesmo, substituindo todas as outras formas de organização, táticas e objetivos” (p. 17).

Também, por isso, não procura defini-la conceitualmente. É sucinto ao dizer apenas que se trata de uma “tática de desaparecimento”, que “foi criada, será criada e está sendo criada” (p. 43).

Para compreendê-la *sem dificuldades,* afirma, bastar-nos-ia colocá-la em uso, em ação, por meio de um esforço próprio, porque “apenas o autônomo pode *planejar* a autonomia, organizar-se para ela, criá-la” (p. 20). Bey convida o leitor, assim, à prática dessa experiência, que começa “com um simples ato de percepção” (p. 19).

Segundo o autor, a perspectiva de certos historiadores tende a interpretar os levantes e insurreições como revoluções fracassadas, porque seguidas pela fundação de um Estado mais forte e autoritário. Este é, assim, apresentado como a única síntese possível de toda *Revolução*, enclausurando nossa percepção sobre qualquer movimento de rebeldia nesse circuito fechado de incubação.

Para Bey, entretanto, a insurreição seria o momento que viola essa “lei” monocíclica da História. Uma revolução, argumenta, conquista permanência, ou pelo menos alguma duração, enquanto o levante é temporário. É um evento extraordinário, uma experiência de pico, “um momento que surge acima e além do Tempo” (p. 16), carregado de intensidades que dão sentido e moldam toda uma vida. Após sua passagem, “algo mudou, trocas e integrações ocorreram – foi produzida uma diferença” (p. 16).

> [...] embora nos pegue de surpresa, o evento não vem do nada: ele é o momento em que se registra, de maneira inequívoca, que uma transformação dos corpos, das sensibilidades, das palavras e dos desejos ocorreu. É também por isso que ele gera naqueles que afeta um sentimento de transformação irreversível, de que o tempo se divide em um "antes" e um "depois". Não que *tudo* mudou, mas que *uma coisa* mudou, jogando luz nova sobre tudo mais, e criando possibilidades antes inexistentes (NUNES, 2013, ?).

A *zona autônoma temporária* não se coloca em oposição ao Estado. Também não pretende ocupá-lo. Não se guia por ideais anarquistas, comunistas, socialistas e muito menos liberais: "a TAZ faz uso de qualquer meio disponível para concretizar-se [...] sem preocupar-se com ideologias ou anti-ideologias" (BEY, 2011, p. 36). Pois ela está "interessada em resultados, ataques com êxito à realidade consensual, conquistas de patamares de vida mais altos e intensos" (p. 42).

Para Bey, absolutamente nada, além de um martírio inútil, poderia resultar de um confronto direto com esta "megacorporação" estatal.

> Nós a recomendamos porque ela pode fornecer a qualidade do enlevamento associado ao levante sem necessariamente levar à violência e ao martírio. A TAZ é uma espécie de rebelião que não confronta o Estado diretamente, uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, *antes* que o Estado possa esmagá-la (BEY, 2011, p. 17).

Iniciá-la pode até envolver táticas de violência e defesa, mas seu grande trunfo está em atacar, nas palavras de Bey, as *estruturas de controle* (essencialmente as ideias) e desaparecer, para brotar novamente em outro lugar: "a 'máquina de guerra nômade' conquista sem ser notada e se move antes do mapa ser retificado" (BEY, 2011, p. 20).

Logo, a TAZ é vinculada ao paradigma de ação política da *máquina de guerra*, conceito elaborado por Deleuze e Guattari no escrito *Tratado de Nomadologia* (2012).

Por definição, essa máquina é exterior as diversas formas de Estado surgidas ao longo da história. Sua relação com o paradigma estatal distingue-se da TAZ por uma permanente oposição, tensão e concorrência.

Ao discutir esse princípio de exterioridade, os autores se perguntam: não haveria “algum meio de conjurar a formação de um aparelho de Estado (ou de seus equivalentes num grupo)?” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 19).

Utilizando-se dos estudos etnológicos de Pierre Clastres, Deleuze e Guattari demonstram que a não-formação do Estado por parte de algumas sociedades ditas “primitivas” está longe de indicar algum “atraso” em seu processo de “desenvolvimento” ou de “evolução natural”. E, ao contrário do que se imagina, essas sociedades evidenciam um esforço ativo e bem sucedido nesta conjuração.

Vale ressaltar que, para Clastres, a existência de um ou mais chefes não é o que define a existência do Estado: o que o define é o movimento de “perpetuação ou conservação de órgãos de poder” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p.20). Seu traço essencial é precisamente este: *conservar*.

Dentre outros mecanismos mais sutis, a guerra, nessas sociedades, aparece com a função de manter os segmentos envolvidos na luta dispersos, sem princípio de unificação, evitando, conseqüentemente, a emergência e formação de um poder permanente e centralizador.

Utilizando-se de outros campos de análise, como a epistemologia, Deleuze e Guattari também se perguntam: não haveria “algum meio de subtrair o pensamento ao modelo de Estado?” (2012, p. 45) e apontam, em seguida, para uma máquina de guerra na própria atividade do pensar.

Esse pensamento, por assim dizer, “guerreiro”, faz surgir no campo epistemológico um tipo de ciência nômade ou “menor”, em oposição a uma ciência real ou imperial. Essa ciência excêntrica traz em si elementos do pensamento heraclitiano, cujas características seriam:

> 1) Parte de um modelo hidráulico, ao invés de uma teoria dos sólidos, que considera os fluidos como um caso particular, em que o fluxo é a própria realidade; 2) É um modelo de devir e de heterogeneidade que se opõe ao estável, ao eterno, ao idêntico, ao constante; 3) O modelo é turbilhonar, num espaço aberto onde as coisas-fluxo se distribuem, em vez de distribuir um espaço fechado para coisas lineares e sólidas. 4) Por fim, o modelo é problemático, e não teoremático, o que implica metamorfose, em vez de razão (identidade) (MORAIS, acesso em: 06 set. 2014).

O pensamento nômade é um devir que se desenrola num meio sem horizonte, como o da estepe, do deserto ou do mar. Os autores descrevem esse meio como um espaço liso, heterogêneo, acentrado, espaço das multiplicidades não métricas, que só pode ser explorado pelo avanço progressivo, ocupado sem ser contado ou medido.

De outro lado, há o espaço estriado, que faz da realidade algo de mensurável, pressupondo um espaço linear, fechado, homogêneo, preparado para uma ocupação sedentária. Esse espaço está ligado às ciências oficiais e funcionam em proveito do Estado, de quem obtém reconhecimento de universalidade e verdade.

> Seu modo de formalização apresenta quatro características básicas: 1) enxerga a realidade como um "sólido", podendo mesmo ser definida como uma teoria dos sólidos; 2) pretende constituir modelos estáveis, homogêneos, eternos, sempre à cata de invariantes; 3) faz da realidade algo de plenamente mensurável, pressupondo um espaço linear, fechado, em que vamos de retas a paralelas – espaço *estriado* (métrico), em que a mensuração prepara para uma ocupação sedentária; 4) é um modelo teoremático de ciência, isto é, baseado numa racionalidade pressuposta, para a qual os problemas não passam de obstáculos a serem superados rumo ao elemento essencial (ONETO, 2008, p. 154).

Deleuze e Guattari afirmam que o Estado tem como uma de suas tarefas fundamentais estriar o espaço sobre o qual reina, empreendendo sempre que possível um processo de captura sobre os fluxos. Ele é a "*soberania* que está sempre pronta para se apropriar da potência no intuito de interiorizá-la sob a forma de um poder hierarquizado" (2012, p. 152). Quando não é bem sucedido nessa tarefa, "os fluxos que o atravessam adquirem necessariamente o aspecto de uma máquina de guerra dirigida contra ele, desenrolada num espaço liso, hostil ou rebelde" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 64).

O mar é a principal referência do modelo hidráulico da ciência nômade. Numa nota de pé de página, os autores franceses, citando Paul Virilio, nos dão uma bela imagem do que também entendemos por *zonas autônomas temporárias* e sua tática de invisibilidade.

> O fleet in being é a presença em mar de uma frota invisível, que pode golpear o adversário em qualquer lugar e a qualquer momento, é uma nova idéia de violência que já não nasce do afrontamento direto [...]. Não se trata mais da travessia de um continente, de um oceano, de ir de uma cidade a outra, de uma margem a outra, o fleet in being inventa a noção de um

> deslocamento que não teria destinação no espaço e no tempo. [...] O submarino estratégico não tem necessidade de ir a lugar algum, ele contenta-se em permanecer invisível (...) Se, como pretendia Lênin, a estratégia é a escolha dos pontos de aplicação das forças, somos obrigados a considerar que esses pontos, hoje, já não são pontos de apoio geoestratégicos, uma vez que a partir de um ponto qualquer pode-se doravante atingir um outro ponto, onde quer que este se encontre. [...] A localização geográfica parece ter perdido definitivamente seu valor estratégico, e, inversamente, esse mesmo valor é atribuído à deslocalização do vetor, de um vetor em movimento permanente (DELEUZE; GUATTARI, p. 65-66).

Consoante os autores, que vislumbram linhas de fuga criadoras em movimentos artísticos, científicos, "ideológicos", entendemos que a Brigada Indígena efetuou-se como *máquina de guerra* ao converter *espaços estriados* como a Feira do Verde, a reitoria da UFES, a fábrica e o porto da Aracruz Celulose em *espaços lisos* de contestação. É o que pretendemos discutir nos tópicos seguintes.

2.6 ESTÉTICAS DE LUTA

> [...] a vida de cada pessoa não poderia se tornar uma obra de arte?
> (FOUCAULT, 2014).

O potencial de "alisamento" da Brigada manifestou-se sempre que espaços institucionalizados foram ocupados de forma inesperada, desestabilizando posições e relações de poder instituídas. Em oposição, aquelas intervenções que não se alimentaram de fatos imprevisíveis (e tampouco os produziram), parecem ter funcionado na lógica organizativa dos espaços que em tese se propunham a questionar, compondo uma paisagem naturalizada da qual *simplesmente* divergiam pelo conteúdo de suas bandeiras, faixas, cartazes e *palavras de ordem*.

Mudanças *não-programadas*, *desvios* de trajeto, ações *não-planejadas*, alterações *não-acordadas*, fugas *antecipadas* que, para alguns movimentos seriam prontamente julgados como atos de indisciplina, individualismo, espontaneísmo ou desorganização, passam a ser valorados – após a vivência das diferenças de efeito acima relatados – como possibilidade de auto-análise, auto-criação, transformação e produção de acontecimentos.

Não se trata, contudo, de uma espécie de culto do imprevisível, como se a incerteza não produzisse angústia e conflitos e seus membros não se movimentassem para contorná-los. Para cada ação havia sim um planejamento com projeção de efeitos, mas uma certa receptividade ao imponderável sinalizava um modo deste coletivo relacionar-se com algo do qual não era possível escapar, sendo melhor incorporá-lo na modulação das intervenções.

Os acasos são tomados, assim, como situações que podem conferir brilho aos atos, desde que sejam incluídos no processo de uma ação em curso. Por meio deles pode-se intensificar um movimento, revertê-lo, dar-lhe velocidade, lentificá-lo quando necessário, enfatizar um gesto ou recuar quando um cerco, ou obstáculo, assim o exigir.

O elemento incógnito, ao contrário de ser excluído, é tratado como condição de problematização e "alisamento", oportunidade de ataques-surpresas e fugas inesperadas, compondo parte de uma estética de luta, entendida aqui como a invenção de novos modos de insurgência, como possibilidade de criação de novos modos de luta, esculpidas como obra de arte. Não a partir de modelos reivindicatórios/contestórios, mas a partir de experimentações e criações rebeldes.

As ações diretas da Brigada inventam, assim, aos nossos olhos, uma estética dissidente em relação aos modos hegemônicos e regulamentares de protesto, constituindo experimentos subversivos que aparecem e desaparecem no tempo-espaço, em quantidades e qualidades imprevisíveis, animadas por afectos nômades exteriores à lógica estatal.

Como em uma prática de Parkour[52] – que subverte o uso ordenado e racional dos espaços, seguindo o princípio de mover-se de um ponto a outro o mais rápido e eficientemente possível – as ações construídas nas situações de intervenção, no

[52] "Parkour (...) atividade cujo princípio é mover-se de um ponto a outro o mais rápido e eficientemente possível, usando principalmente as habilidades do corpo humano. Criado para ajudar a superar obstáculos de qualquer natureza no ambiente circundante [...] como se estivesse em uma emergência". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Parkour>. Acesso em: 28 nov. 2013. "A inspiração para criar o nome veio da expressão 'Parcours Du Combattant'. Foi uma referência ao percurso de obstáculos desenvolvido por Georges Hébert (1875-1957), pioneiro na prática de educação física na França como parte de seu 'Méthode Naturelle', ou Método Natural de Educação Física, concebido no início dos anos 20 e que foi utilizado por soldados franceses na Guerra do Vietnã para realizar resgates". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Parkour>. Acesso em: 08 dez. 2014.

curso do seu desenvolvimento, tornam-se, potencialmente, invenções criativas e singulares.

O estabelecimento de um objetivo concreto (a demarcação do território Tupinikim) e de ataques estratégicos a pontos específicos da rede de relações de poder que apóiam a posição da Aracruz Celulose, incita a Brigada a constituir todo um modo de funcionamento tático que a diferencia esteticamente de outros movimentos sociais organizados. Mecanismos sutis de conjuração de lideranças formais, de estruturas organizativas, ideologias ou programas repelem a produção de modos de funcionamento pré-estabelecidos (estatais) e abrem um campo de experimentações e criações provisórias, afastando-a de qualquer tipo de comprometimento com espaços de participação social instituídos.

A experiência indígena ensina o coletivo que a exclusiva submissão da luta a determinados procedimentos burocráticos e protocolos jurídicos restringem o campo de disputa a mecanismos estatais que tendem a interiorizar os movimentos em arenas afastadas do cotidiano, onde tende a exercer sua soberania. Códigos frios, “regras de etiqueta”, filtros de conduta e jogos de poder tendem a serem efetivados por especialistas na arte da negociação (muitos cooptados no seio dos próprios movimentos), produzindo uma cena para a apreensão e canalização da revolta, redução de sua potência. Nesses espaços estriados, esquadrinhados, esteticamente ordenados, restam poucas brechas para um movimento de ruptura com essa lógica instituída.

As intervenções, portanto, perdem sua potência ao agirem conforme esses regulamentos. Aqueles que se recusam a participar dessas arenas são apresentados como elementos perigosos, desgarrados, bárbaros, tentando-se cooptá-los, seduzi-los, desqualificá-los, marginalizá-los, criminalizá-los, reprimi-los e, se necessário for, exterminá-los.

Porém, o Estado não alcança aquilo que é pura velocidade. A imprevisibilidade da *máquina de guerra* e a invisibilidade da *TAZ* compõem uma poderosa estética de luta capaz de afirmar outras formas de resistências[53].

---

[53] Inúmeros agrupamentos rebeldes, em diferentes tempos e espaços, utilizaram técnicas de invisibilidade em situações conflitivas com exércitos nacionais e/ou grupos mercenários semelhantes: indígenas e quilombolas aproveitaram-se das densas florestas tropicais para realizar

Ao contrário do que possa parecer, não queremos discutir a experiência da Brigada como um modelo, um ideal de ação ou de organização. Queremos, isto sim, afirmar seu caráter experimental e provisório. Trata-se de uma invenção datada e localizada que interroga os modos institucionalizados de resistir. Assim como ela, outras experimentações em Vitória, no Espírito Santo, no Brasil e no mundo compõem o anúncio de um novo ciclo de revoltas, com estéticas e dinâmicas emergentes de luta. São “coletivos”, “grupos”, “redes”, “fóruns”, “frentes” que, apesar de origens distintas e ações diversas, emergem de críticas compartilhadas ao modelo da esquerda institucionalizada e suas estruturas piramidais de Partido e Vanguarda.

Também, vale dizer, não pretendemos fazer uma taxonomia das resistências, cotejando os movimentos sociais. Mas discutir a experiência da Brigada na esteira dessas novas enunciações, procurando contribuir para a potencialização de seus eventos e de sua abertura do/no tempo e espaço. Elas podem ser temporárias, pequenas e localizadas, mas atingem uma rede difusa e globalizada de relações de poder.

Para além das múltiplas micro-experiências impossíveis de identificar, já é possível citar uma série de movimentos, a nível mundial, que funcionam experimentando novas estéticas de luta: as manifestações de Seattle, de Genova e dos Fóruns Sociais Mundiais; as mobilizações dos piqueteros na Argentina; dos cocaleros na Bolívia; dos indígenas no Chile e no Equador; o movimento Ocuppy Wall Street, nos Estados Unidos; a Primavera Árabe, nos países do norte da África e do Oriente Médio; as manifestações na Grécia, Espanha e Portugal, na Europa; as revoltas de junho/julho, no Brasil; etc; etc.

Ainda que diversos nas suas motivações, composições, bandeiras, esses movimentos valorizam princípios organizativos semelhantes, tais como: horizontalidade, autonomia, descentralização, independência, apartidarismo, decisões por consenso, apontando para um novo paradigma de lutas organizadas em/por redes (rede de redes, movimento de movimentos), que tem no levante do

---

fugas repentinas e/ou ataques surpresas, visando a defesa de seus territórios; os conselheiristas (Guerra de Canudos, 1896-1897), utilizavam roupas nos tons bege que os camuflavam em meio a paisagem típica do sertão baiano. Os vietcongs, em outro exemplo clássico, venceram o exército mais poderoso do mundo, na Guerra do Vietnã, utilizando túneis e galerias subterrâneas, por onde se deslocavam sem serem vistos.

Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), ocorrido no dia 1° de janeiro de 1994, uma de suas principais fontes de inspiração.

No processo inventivo dessa estética dissidente, inúmeros coletivos vêm sendo criados e dissolvidos, formando-se a partir de experimentações organizativas democráticas, ousando ações locais e temporárias, articuladas e ecoadas pela Internet, constituindo, por vezes, redes de alcance global. Como as ações da Brigada contribuem para a análise dessas dinâmicas emergentes?

2.7 LEVANTES E INSURREIÇÕES: QUANDO A *UBÁ* CHEGA À CIDADE

> Para ter êxito, não é necessário atacar o inimigo diretamente, mas destruir o ambiente, físico e social, que lhe dá sustentação.
> (NEGRI, HARDT, 2005, p.89).

Anualmente, desde 1990, a Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) realiza a Feira do Verde, "evento de educação ambiental de maior representatividade coletiva de Vitória e do Espírito Santo" no qual participa "um público estimado em 200 mil pessoas". [54] O objetivo deste evento, segundo a administração municipal, é promover uma reflexão sobre a "sustentabilidade dos ecossistemas e das populações humanas" já que "a preservação do meio ambiente passou a ser vista como uma atitude imprescindível para assegurar que as futuras gerações tenham condições adequadas de sobrevivência". [55]

A feira mantém atividades ao longo de uma semana, numa estrutura de lona, compartimentada em praça de alimentação, palco para apresentações artísticas e culturais, auditório para palestras e estandes onde órgãos públicos, privados, do terceiro setor, de associações e de cooperativas realizam oficinas temáticas e exposições de produtos, projetos, programas e ações voltadas à proteção, preservação e educação ambiental.

O evento é financiado com recursos públicos e da iniciativa privada.

---

[54] Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semmam.php?pagina=feiradoverde>. Acesso em: 24 out. 2013.
[55] Idem.

As principais atrações concentram-se nos espaços dinâmicos organizados pelos patrocinadores mais abastados, tais como: Aracruz Celulose, Arcellor Mittal, [56] Companhia Vale do Rio Doce, [57] Petrobrás, [58] Samarco, [59] entre outros que dependem dos recursos naturais do ES. Seus enormes estandes destoam dos das pequenas cooperativas e associações comunitárias. Formam-se filas para a apreciação de seus espaços interativos e coloridos, equipados com alta tecnologia e

---

[56] "A ArcelorMittal Tubarão é uma produtora de aço do grupo ArcelorMittal, originalmente fundada em junho de 1976 como Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST). O início de suas atividades aconteceu em novembro de 1983. A empresa é resultado da privatização da estatal CST em 1992, que em outubro de 2005 foi comprada pela Arcelor – junto com a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira e a ArcelorMittal Vega - dando origem ao grupo Arcelor Brasil. Em junho de 2006, através de uma fusão com a Mittal Steel passou a se chamar ArcelorMittal, que hoje é responsável por 10% da produção mundial de aço no mundo. A ArcelorMittal Tubarão fabrica semi-acabados de aço – placas e bobinas laminadas a quente – com capacidade de produção de 7,5 milhões de toneladas ao ano. Localizada no município de Serra, na região da Grande Vitória, estado do Espírito Santo, no sudeste brasileiro, a empresa possui uma área total de 13,5 milhões de m², sendo 7 milhões de m² de área construída. A ArcelorMittal Tubarão conta com um complexo portuário que inclui o Terminal de Produtos Siderúrgicos de Praia Mole, a apenas 8 quilômetros da planta industrial, e uma malha rodoferroviária: Estrada de Ferro Vitória-Minas e Ferrovia Centro - Atlântica (antiga Rede Ferroviária Federal) e Rodovias BR's - 101 / 262". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ArcelorMittal_Tubar%C3%A3o>. Acesso em: 06 out. 2014.

[57] "A Vale tornou-se, hoje, a maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo. É a maior produtora de minério de ferro do mundo e a segunda maior de níquel. A Vale destaca-se ainda na produção de manganês, cobre, carvão, cobalto, pelotas, ferroligas e alguns fertilizantes, como os fosfatados (TSP e DCP) e nitrogenados (ureia e amônia). [...] Opera em 13 estados brasileiros e nos cinco continentes e possui mais de dez mil quilômetros de malha ferroviária e 9 terminais portuários próprios. É a maior empresa no mercado de minério de ferro e pelotas (posição que atingiu em 1974 e ainda mantém) e a segunda maior produtora integrada de manganês e ferroligas, além de operar serviços de logística, atividade em que é a maior do Brasil. Em 24 de outubro de 2006 a Vale anunciou a incorporação da chinesa Inco, a maior mineradora de níquel do mundo, que foi efetivada no decorrer de 2007. Após essa incorporação, o novo conglomerado empresarial CVRD Inco – que mudou de nome em novembro de 2007 – tornou-se a 31ª maior empresa do mundo, atingindo um valor de mercado de R$ 298 bilhões, à frente da IBM. Em 2008 seu valor de mercado foi estimado em 196 bilhões de dólares pela consultoria Economática, perdendo no Brasil apenas para a Petrobras (287 bilhões) e se tornando a 12ª maior empresa do mundo. Em 2012 foi eleita a pior empresa do mundo pelo 'Public Eye Awards', por conta dos impactos de suas atividades em questões de direitos humanos e meio ambiente. [...] premiação realizada desde o ano 2000 pelas ONG's Greenpeace e Declaração de Berna. Dessa forma a *Vale* tornou-se a primeira empresa brasileira a 'vencer' tal eleição, também conhecida como 'Oscar da Vergonha'. A Vale foi privatizada no dia 6 de maio de 1997 [...] foi controversa por não ter levado em conta o valor potencial das reservas de ferro em possessão da companhia na época, apenas o valor de sua infraestrutura". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_S.A.>. Acesso em: 06 out. 2014.

[58] Empresa estatal de economia mista, a PETROBRAS "estava em 2011 no quinto lugar na classificação das maiores petrolíferas de capital aberto do mundo. Em valor de mercado, é a segunda maior empresa do continente americano e a quarta maior do mundo, no ano de 2010. Em Setembro de 2010, passou a ser a segunda maior empresa de energia do mundo". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Petrobras>. Acesso em: 06 out. 2014.

[59] Fundada em 1977, a Samarco é uma empresa de mineração, de capital fechado, controlada em partes iguais por dois acionistas: BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A. Seu principal produto são pelotas de minério de ferro, comercializado para a indústria siderúrgica mundial. Em 2012, sua produção foi vendida para siderúrgicas de 25 países das Américas, Ásia, África, Europa e Oriente Médio. É considerada a segunda maior exportadora no mercado transoceânico. Disponível em: <http://www.samarco.com.br/modules/system/viewPage.asp?P=1063&VID=default&SID=3356644 50477786&S=1&A=closeall&C=9094>. Acesso em: 06 out. 2014.

ornamentados com materiais de primeira linha, empregados na simulação de biomas aquáticos e terrestres. Artistas desenvolvem atividades lúdicas relacionadas ao tema por meio de contação de estórias e teatro de bonecos. Fabricam, assim, a simpatia de milhares de crianças advindas das escolas de todo o Estado, seu público prioritário.

Facilitadores ensinam os expectadores a como separar o lixo, economizar água e energia, reciclar, utilizando para isso o discurso de sustentabilidade das corporações que pagam seus cachês. Os visitantes recebem panfletos, cartilhas e brindes contendo informações *científicas* sobre esses projetos, atestados por selos de certificação ambiental. Propagandas periódicas na mídia televisiva e impressa se encarregam de reforçar uma imagem positiva dessas corporações e produzir na população um sentimento de orgulho para com elas.

Tudo organizado de modo que a voz dos atingidos (pescadores, indígenas, quilombolas, sem terras, desabrigados, pequenos agricultores, carvoeiros, trabalhadores mutilados e envenenados, crianças com problemas respiratórios) não seja ouvida e seus rastros, apagados da história. Segundo Cecília Coimbra (2008),

> A história que nos tem sido imposta seleciona e ordena os fatos segundo alguns critérios e interesses construindo, com isso, zonas de sombras, silêncios, esquecimentos, repressões e negações. A memória histórica "oficial" tem sido, portanto, um lado perverso de nossa história, produzida pelas práticas dos chamados "vencedores" no sentido de apagar os vestígios que os subalternizados e os opositores em geral vão deixando ao longo de suas experiências de resistência e luta. Essa história "oficial" tem construído desconhecimento sobre os embates ocorridos em nosso mundo globalizado, como se os opositores não estivessem presentes no cenário político (p. 109).

Durante os anos de 2005, 2006, 2007 e 2008, a Brigada Indígena ocupou essa feira e buscou romper seu ordenamento oficial. Para isso, performou ações de cunho estético-político, utilizando-se de armas de constrangimento e pressão típicas do escracho, [60] tais como fantasias, máscaras, encenações, músicas e humor.

---

[60] A Academia Argentina de Letras descreve "escracho" em seu Dicionário da Fala dos Argentinos como uma "denúncia popular contra pessoas acusadas de violação aos direitos humanos ou de corrupção, que se realiza mediante atos como sentar, cantar e pintar em frente à residência dos denunciados ou em lugares públicos". A palavra é utilizada desde 1995 pelo coletivo de direitos humanos H.I.J.O.S. (Hijos por la Identidad y Justicia contra el Olvido y el Silencio. Em Português: Filhos pela Identidade e Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio). [...] O grupo prega que o escracho seja utilizado como método de participação social quando há um contexto de

Numa espécie de guerrilha simbólica, o coletivo irrompeu-se contra uma determinística territorial asséptica, escrachando o *casamento* entre poderes instituídos que ali impunha, totalitariamente, uma monolítica unidade discursiva.

Através de curtos-circuitos na programação oficial da Feira, zonas autônomas se ergueram juntamente com faixas e cartazes, abrindo fendas espaço-temporais nas quais os manifestantes distribuíram histórias em quadrinhos, cartilhas e panfletos com informações até então silenciadas.

As ações visavam produzir um estranhamento do público para o que ali era imposto como único e verdadeiro e miravam, esquematicamente, dois de seus pilares: (1) o discurso oportunista das empresas (relativo às questões sócio-ambientais) e (2) a configuração de um espaço estatal de sustentação a esse discurso empresarial.

Essa prática contra-discursiva foi expressa, por exemplo, no conteúdo de um panfleto distribuído no ano de 2007, intitulado “Farsa do Verde: Grandes Projetos, Grandes Poluidores”, questionando o marketing verde dessas corporações:

> A CST e a Vale do Rio Doce deixam os bairros Jardim Camburi e Jardim da Penha, e toda a Mata da Praia, [61] de janelas fechada. O pó preto infesta os postos de saúde com crianças alérgicas. A praia de Camburi é um mar de ferro e Transatlânticos.
>
> Os mesmos contêineres que exportam, encarceram presidiários em Novo Horizonte, [62] na Serra. Os caminhões e ônibus das grandes empresas

---

impunidade, onde não há a possibilidade de uma condenação judicial de pessoas que tenham sido responsáveis por delitos de lesa humanidade. Assim, “se ordena um escracho para dar resposta quando não há justiça”. O grupo “HIJOS” criou o lema “Se não há justiça há escrache”. Além disso, determinaram que o mais importante a respeito dos escraches era a condenação social dos militares, razão dos trabalhos prévios nas vizinhanças das residências a escrachar, dando a conhecer informações sobre o escrachado. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Escracho>. Acesso em: 06 out. 2014.

[61] Nomes dos bairros de classe média e classe média alta de Vitória vizinhos dessas empresas. Mata da Praia era, até 2007, bairro sede da Feira do Verde.

[62] Novo Horizonte, bairro do município da Serra, foi sede, durante 5 anos, de um presídio de celas metálicas construídas com contêineres. Em maio de 2011 esse presídio foi demolido devido a pressões do movimento de direitos humanos. De acordo com matéria publicada no jornal A Gazeta do dia 15 de maio de 2011, “no dia 15 de abril de 2009, o então presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, ao visitar o presídio de celas metálicas de Novo Horizonte” declarou: "Existe embaixo das celas metálicas uma área de acúmulo de lixo, lama e esgoto que é digno de fazer inveja a qualquer campo de concentração nazista. É uma situação de dar nojo. No exato momento em que estávamos fazendo a vistoria houve uma tentativa de fuga de um detento que estava dentro de um latão de lixo. A fuga foi frustrada por policiais que estavam no local, mas segundo eles, era a quinta vez que aquele mesmo preso tentava fugir num curto espaço de tempo. Prisão dentro de contêiners como aqueles, onde a temperatura pode chegar a 40ºC, 50ºC, é uma coisa absolutamente desumana”. Disponível em <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/noticias/especiais/852917-simbolo-de-torturas-presidio-de-novo-horizonte-sera-demolido.html>. Acesso em: 04 mar. 2014.

> inviabilizam o trânsito urbano da capital de pior transporte público do Sudeste.
>
> Pelo oceano, a Petrobrás perfura e extrai o petróleo, e libera os gases do efeito estufa. No Norte do Estado, a Aracruz devasta a Mata Atlântica, invade terras indígenas, quilombolas, camponesas, inviabiliza a reforma agrária e expulsa as famílias do campo.
>
> No Sul e no Noroeste, as pedras, mármores e granitos[63] vão sendo retiradas e as montanhas vão desaparecendo sob os nossos olhos. É o Espírito Santo de volta ao Paleolítico!
>
> O ferro vai produzir mais automóveis nos EUA e Japão; a celulose mais papéis descartáveis na Alemanha; o mármore vai virar piso em banheiros na Itália; o petróleo vai abastecer o mundo industrial e consumista do Norte. E chamam isso de desenvolvimento sustentável? Pra quem?

No verso do mesmo panfleto citam-se alguns impactos dos empreendimentos da Aracruz Celulose, com o objetivo de abalar a imagem da empresa e abrir caminho para a produção de outras sensibilidades para com a reivindicação indígena.

> Água: consumo exacerbado [...] a empresa não paga nada. [...] em 2000 eram 248.000 metros cúbicos de água por dia [...] suficientes para abastecer uma cidade de 2,5 milhões de habitantes – para este feito a empresa desviou uma parte do mais importante rio do Estado, o Rio Doce.
>
> Latifúndio: grande concentração de terras em contraposição com os sem terra e camponeses [...] hoje chega a aproximadamente 175 mil hectares de eucaliptos pertencentes à empresa e mais 70 mil ha no processo de fomento florestal.
>
> Rios e nascentes: desaparecimento de várias nascentes e de pequenos rios e córregos [...] uso de produtos químicos [...] sem respeito ao espaço mínimo exigido por lei para as plantações em relação as nascentes e afluentes.
>
> Fauna e flora: desaparecimento de várias espécies [...] devido ao aniquilamento de seu habitat natural [...].
>
> Povos ancestrais: massacre de povos originários [...] com retirada de suas terras tradicionais [...].

Essas denúncias visavam potencializar estranhamentos em relação à versão construída pela empresa, provocando rupturas de sentido/silêncio orquestrados em torno da luta pela terra. A oferta de contrapontos apostava no estabelecimento de novos fluxos de informação e comunicação, abrindo fissuras por onde outras conexões subjetivas se tornavam possíveis. Concordamos com Eduardo Passos e

---

[63] O Espírito Santo é o maior produtor de mármore e granito do mundo.

Regina Benevides (2005) ao afirmarem que “quando desestabilizamos uma realidade que se apresenta como um campo de forças em aparente estabilidade [...] o que vemos emergir são processos de produção” (p.167).

Apesar do aumento do interesse pelo consumo de produtos ecologicamente corretos e o rechaço social às empresas poluentes, essas intervenções evidenciaram uma estratégia propagandística muito utilizada pelas grandes empresas ao operarem uma captura da ideia de “desenvolvimento sustentável” por meio de sua incorporação à lógica hegemônica do mercado. As grandes corporações têm se utilizado, assim, do marketing verde para maquiar os efeitos nocivos de suas atividades exploratórias e rentabilizar seus negócios. A expressão “Farsa do Verde” procura ser exatamente uma síntese local dessa estratégia global de produção, denunciando práticas perversas e despolitizantes que responsabilizam indivíduos e famílias pelos efeitos catastróficos desse modo predatório de produção, reduzindo-o a um problema comportamental.

Na outra frente de intervenção, a Brigada questionou a composição autoritária do espaço, organizado de modo a impedir a presença de sujeitos e ideias dissonantes aos interesses político-econômicos da articulação entre empresas e governo. No mesmo panfleto, procede-se à denúncia dessas relações:

> A Aracruz Celulose é uma multinacional controlada pelos conglomerados Safra, Lorentzen e Votorantim, com 28% das ações cada e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDES (12,5%). A empresa lucra em média, por ano, R$ 1,07 bilhões. Esse monstruoso capital é capaz de controlar não somente os 2.287 empregados fixos que a empresa possui, mas autoridades políticas em quase todo o território brasileiro.
>
> A Aracruz é a terceira maior doadora de campanhas eleitorais no Brasil segundo dados do TSE. No ES o governador teve suas campanhas financiadas pela empresa. Diante disso o governo do Estado vem se submetendo aos interesses oligárquicos da Aracruz Celulose, submetendo populações tradicionais à lógica do latifúndio e da exportação.
>
> A empresa se apropria de órgãos públicos e tem hoje poder suficiente para obrigar governos a lhe obedecer, causando danos sócio-ambientais irreparáveis.

De 2002 para cá a multinacional figura na lista das 25 (vinte e cinco) empresas que mais realizaram doações em campanhas eleitorais no país. Um levantamento feito junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostra que nesse período, juntamente

com a Suzano Papel e Celulose, a Aracruz investiu quase R$ 55.000.000,00 (cinquenta e cinco milhões) em campanhas de políticos em todo o Brasil. [64]

Se o recorte desses investimentos limitar-se ao ES, a situação se agrava: nas últimas eleições a empresa ocupou a liderança nesse tipo de ranking. O atual governador, Renato Casagrande, recebeu R$ 250.000.00 (duzentos e cinquenta mil) da Fibria (ex-Aracruz Celulose) [65] na eleição de 2010 e seu antecessor, Paulo Hartung, R$ 500.000.00 (qinhentos mil) na campanha de 2002. [66]

Por sua vez, na campanha eleitoral à Assembleia Legislativa do ES foram investidos R$ 400.000.00 (quatrocentos mil). O diagrama abaixo, produzido de forma colaborativa pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (LABIC), [67] da UFES, mostra como se distribuiu o volume dessas doações e como a FIBRIA espalhou seus tentáculos como um polvo sobre os diversos candidatos:

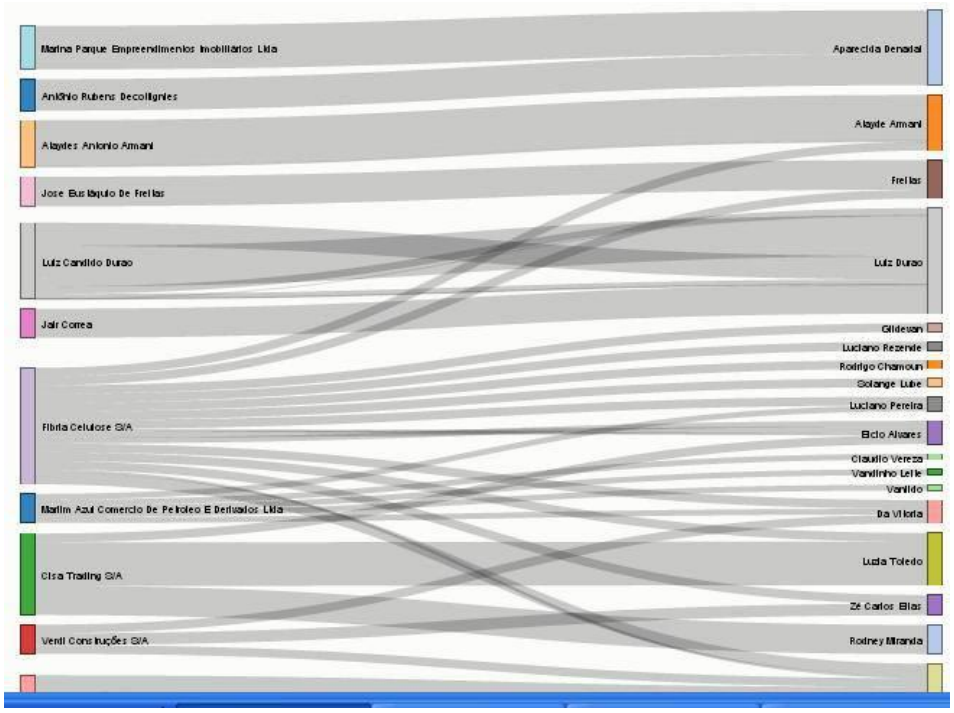


Imagem 2: “Volume doações”, a coluna da esquerda mostra as entidades doadoras de dinheiro (empresas, pessoas físicas) e a coluna da direita mostra os deputados que receberam doações. O fluxo de dinheiro é

[64] Disponível em: <http://teixeiraagora.com.br/celulose-financiamento-de-campanhas-politicas-e-carta-branca-para-atrocidades-cometidas-por-fibria-e-suzano/>. Acesso em: 8 mar. 2014.
[65] Disponível em: <http://ongcea.eco.br/?p=10874>. Acesso em: 7 set. 2013.
[66] Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_030416_finamciamento_campanhas.doc.> Acesso em: 7 set. 2013.
[67] Disponível em: <http://www.labic.net/.> Acesso em: 6 abril 2014.

> denotado pelos caminhos em cinza e quanto mais espessa a linha, mais alto é o valor doado em comparação com o restante.

Na última eleição municipal do ES (2012), a empresa investiu R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil). Dos 36 (trinta e seis) candidatos a prefeito que apoiou diretamente, 16 (dezeseis) se elegeram. [68] Sobre tais dados, a FIBRIA informa que, de acordo com sua Política de Doações Político-Eleitorais, esses investimentos contemplam apenas candidatos "comprometidos com o desenvolvimento sustentável, a melhoria da governança pública e que tenham compromisso com o fortalecimento da cidadania e da democracia". [69] Apesar de não serem consideradas ilegais, as doações de campanha por empresas responsáveis pelos maiores problemas socioambientais do Espírito Santo embutem sérios problemas, favorecendo o comprometimento dos políticos com as transnacionais e a ausência de debates nessa área durante toda a campanha eleitoral.

Assim, além de visibilizar relações de poder determinantes na construção dos espaços “públicos” e de como estes são constituídos a partir de interesses políticos e econômicos de atores específicos, as intervenções da Brigada evidenciam tentativas de captura e técnicas de contra-insurgência empregadas por parte do aparelho de Estado. Como esse coletivo deslocava-se, interferia e, simultaneamente, lutava para desvencilhar-se desta teia aderente? É o que pretendemos analisar nos tópicos a seguir.

2.8 TÉCNICAS DE CONTRA-INSURGÊNCIA

As técnicas de contra-insurgência constituem-se em resposta às experiências de levantes populares irrompidos ao longo da história. São frutos de correlações de forças específicas e de experimentações estabelecidas por meio de estratégias *criativas* no campo em que aquelas se efetuam. A criação, para elas, tem um sentido instrumental: a solução de problemas já dados (KASTRUP, 1999). Constituem-se,

---

[68] Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@doador.php?cargo=-1&partido=&municipio=-1&estado=7&cargo_nome=&partido_nome=&estado_nome=Esp%EDrito+Santo&municipio_nome=&ano=2012&doador=3466361>. Acesso em: 6 abril 2014.

[69] Disponível em: <http://www.fibria.com.br/rs2012/pt/template?go=desempenho-social/contribuicoes-para-campanhas-politicas.html>. Acesso em: 7 abril 2014.

assim, com o objetivo de esvaziar a potência disruptiva das forças rebeldes, utilizando-se de uma lógica de captura que as incorpora ou canaliza (quando não há possibilidade de extermínio) com o objetivo de preservar as formas de vida instituídas e as relações de poder que as sustentam.

Os levantes, ao contrário, *inventam* problemas, produzem desvios e bifurcações do presente, possibilitando a instituição de novas realidades. As técnicas de contra-insurgência, como a própria nomenclatura indica, constroem-se por sobre esses atos de resistência, de modo a reduzir sua potência inventiva, *criando*, para isso, soluções dentro da ordem.

Esse processo, entretanto, não é asséptico. Formas híbridas e mestiças emergem, estabelecendo novos fluxos de resistência, no encalço do qual novas tentativas de captura se processam. Efeitos provisórios de realidade, de formas de vida, brotam desse embate ilimitado.

***

Na manifestação da Brigada na Feira do Verde, ocorrida no dia 21 de setembro de 2005, a Guarda Municipal de Vitória interditou os portões do parque[70] onde esta Feira se realizava assim que pequenos grupos começaram a se reunir com panfletos e faixas. O início de um confronto físico obrigou a essa Guarda a recuar e a liberar a entrada de cerca de sessenta pessoas que se posicionaram em frente ao estande da Aracruz Celulose para dialogar com a população e denunciar os impactos sócio-ambientais da empresa. Para o coletivo, essa primeira experiência balizou a construção de novos estilos de intervenção para o ano seguinte: mais lúdicos, visuais, carnavalescos, menos vinculados a uma estética sindical e, portanto, mais escorregadios aos modos já consagrados de repressão policial.

Para o ato do ano de 2006, por conseguinte, foram elaborados panfletos com informações mais sucintas e histórias em quadrinhos que facilitaram a comunicação com o público infantil. Cerca de cinqüenta fantasias, representando árvores de eucalipto, foram confeccionadas, dando vida a um personagem de capuz verde e

[70] Parque Municipal Pedra da Cebola.

colete marrom que se tornou símbolo destes protestos. [71] Paródias de músicas infantis substituíram as palavras de ordem.

Fantasiados, mascarados, apitando e cantando, [72] o coletivo, desta vez, seguiu sem obstruções em direção ao palco principal do evento, no qual se encontravam autoridades políticas e líderes empresariais de diversos Estados. Como noticiado no veículo de comunicação Centro de Mídia Independente (CMI):

> Cerca de 300 manifestantes vestidos/as de eucalipto e com muitas faixas marcaram presença na abertura da XVII Feira do Verde em Vitória-ES. O principal alvo da manifestação na "Farsa do Verde", nome usado pelas/os manifestantes, foi a Aracruz Celulose. A multinacional, como a CVRD, CST, Petrobrás são as responsáveis pela organização e realização do evento e, contraditoriamente, são as maiores poluidoras do Estado.
>
> O prefeito de Vitória, João Coser (PT), tentou negociar com os/as manifestantes, pedindo para abaixarem as faixas e oferecendo a oportunidade de falarem ao microfone no final da abertura, mas as faixas permaneceram e o prefeito e as "autoridades" foram vaiados/as. A população que estava na abertura apoiou a intervenção, como declarou a aposentada que se identificou apenas como Dona Janaína: "Assim que deve ser. Tem que mostrar o outro lado". A maioria bateu palmas quando os/as manifestantes entraram no local da abertura.
>
> A manifestação exigiu a demarcação das terras indígenas e o fim do racismo praticado pela Aracruz Celulose, que afirma que nunca houve índios/as naquela região. Também exigiu o fim do financiamento público para plantações de eucalipto, sugerindo que este dinheiro seja investido em agricultura familiar.

Nos dias seguintes as ações prosseguiram com intervenções orais em palestras e debates; panfletagens; esquetes teatrais; etc. Foi uma das maiores manifestações que ocorreram em Vitória naquele ano. O ato foi filmado e transformado num pequeno vídeo de três minutos, usado na escola nacional de formação do Movimento Sem Terra, [73] para ilustrar táticas e possibilidades de intervenção urbana.

---

[71] O personagem ficou conhecido como *Araku-klux-klan*, em alusão a organização terrorista estadunidense denominada Ku Klux Klan (KKK), pregadora da supremacia branca, em que seus integrantes se caracterizavam por utilizarem capuzes e vestimentas desta mesma cor.

[72] Exemplo de paródia entoada na melodia da música popular infantil "atirei o pau no gato": *Aracruz diz que tem, tem, tem/ compromisso, so, so/ social, al, al/ é mentira, ra/ da Aracruz, cruz, cruz,/ ela trata, ela trata o índio mal/ mal, mal!*

[73] Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF).

Imagem 3: “Farsa do Verde”, fotografia da ação do coletivo Brigada Indígena, Vitória (ES), Feira do Verde, 2006.

A Aracruz Celulose, para evitar maiores prejuízos à sua imagem, decidiu retirar-se da Feira no ano seguinte (2007).

Com seu projeto contrariado, a prefeitura tentou de diferentes maneiras a cooptação e desmobilização do coletivo. Entretanto, em dúvida quanto a quem repreender, ou a quem procurar, não soube lidar com um movimento juridicamente inexistente e sem estruturas de comando.

Por intermédio de aliados que trabalhavam na PMV, chegavam indiretamente informações sobre tentativas frustradas de envio de convites para reuniões, de oferendas de estande na Feira, de conversas dentro do partido do prefeito sugerindo a criação de um setor de juventude indígena que magnetizasse os brigadistas. Sem êxitos repressivos, buscavam fagocitar o movimento dentro de suas estruturas administrativas e partidárias, de modo a identificar seus membros e submetê-los a controles específicos.

A ação, ainda assim, ampliou-se no ano de 2007, agora com cerca de 350 (trezentos e cinquenta) manifestantes que agregaram ao seu arsenal de recursos um bloco de baterias improvisadas com tonéis de combustível. Dessa vez, lideranças indígenas

estiveram presentes, proferindo discursos improvisados sobre o conflito com a empresa. A cerimônia de abertura foi cancelada pela PMV de modo a evitar maiores constrangimentos.

No dia seguinte o governador saiu às pressas de uma mesa de debate no qual estava inserido. Os organizadores do evento tentaram proibir o uso de máscaras e a distribuição de panfletos. Manifestantes tiveram sua entrada barrada nos auditórios, apesar das vaias do público presente.

Sentindo o crescimento do movimento, a prefeitura transferiu o local de realização da Feira, em 2008, quando a portaria de reconhecimento das terras indígenas foi publicada no Diário Oficial da União e o coletivo autodissolveu-se. [74]

A Brigada protagonizou três anos consecutivos de intervenções nessa feira (2005, 2006 e 2007), aqueles mais decisivos na *queda-de-braço* entre indígenas e empresa, tornando-se um espaço privilegiado para o rompimento do cordão de isolamento que obstruía as ressonâncias desse conflito na capital.

O que antes constituía uma vitrine privilegiada de marketing ambiental foi, assim, invadida e ocupada por uma *máquina de guerra* produtora de *zonas autônomas temporárias*, obrigando empresa e prefeitura a recuar.

A movimentação quase sempre imprevisível desse coletivo faz do seu modo de funcionamento, portanto, um *analisador* das tentativas de captura/desmobilização promovidas pela prefeitura e, mais além, do próprio modo de funcionamento das técnicas de contra-insurgência desenvolvidas ao longo da história até o contemporâneo, sempre em congruência com os movimentos de resistência.

Se colocássemos uma lupa sobre a movimentação desses manifestantes, perceberíamos uma atuação confluente e autônoma – em diferentes tempos e espaços – de pequenos grupos de afinidade, conectados entre si por laços informais, convergentes na estratégia, porém nem sempre na tática. Nessa rede complexa e aberta, as ações da Brigada emergiam de articulações acêntricas, de relações colaborativas, voltadas para a produção de intervenções potencializadoras da luta indígena na cidade.

---

[74] Abordaremos o processo de autodissolução da Brigada em tópico posterior.

A realização, o caráter e o quantitativo de participantes nas ações eram quase sempre desconhecidos antecipadamente aos próprios atos, pois muitas vezes as ações projetadas não vinham sequer a ocorrer ou ocorriam de modo totalmente diverso ao projetado, se acoplando a situações inusitadas.

Esse princípio de incerteza desafiava não só as tentativas de repressão, desmobilização, cooptação e sedução do coletivo, mas um modo instituído de protestar. No preparo de algumas ações conjuntas com outros movimentos sociais e sindicatos, por exemplo, era entoada a seguinte questão: “Quantas pessoas vocês garantem nesse ato?”. Na prática organizativa da Brigada, essa pergunta era irrespondível. Ao contrário das organizações que pareciam *chefiar* uma massa aparentemente obediente, os integrantes deste coletivo não se sentiam autorizados a falar pelos outros, produzindo estranhamentos ao problematizar uma lógica representacionista constituinte do paradigma político dominante.

Esse estranhamento estendia-se aos próprios integrantes da Brigada, principalmente àqueles corpos *iniciados* na disciplina militante e nos princípios do *centralismo democrático*. Momentos freqüentes de tensão provocavam afastamentos voluntários, provisórios ou definitivos, de seus membros. Entretanto, alguns militantes dessa tradição também se lançavam num processo de desterritorialização e contribuíam na invenção de alternativas concretas às práticas autoritárias e métodos burocráticos das organizações mais ortodoxas.

A precariedade deste coletivo e seu modo de funcionamento produziam, ao mesmo tempo, insegurança e confiança. Insegurança porque, na realidade, nunca se sabia com qual força numérica algumas ações seriam realizadas. Ao passo que algumas contavam com trezentas pessoas, outras contavam com trinta, quinze ou, como já ocorrera, duas pessoas. Isso obrigava modulações repentinas, dado que essa informação somente se obtinha horas ou minutos antes do início das ações. Confiança porque, independente da quantidade de pessoas que compareciam, sabia-se que uma intervenção ocorreria e que uma diferença se faria.

A afirmação, em ato, da livre participação, constituía uma significativa expressão do desejo por democracia.

2.9 REDES INSURGENTES E AS NOVAS MORFOLOGIAS REBELDES

Antonio Negri e Michael Hardt (2005) afirmam, ao contemplarem a genealogia das modernas revoltas e revoluções, que existe uma tendência mundial para a criação de organizações cada vez mais democráticas – divorciadas das formas centralizadas de comando – nas quais a figura de autoridade é dissolvida e deslocada para relações colaborativas (p.15). Essas novas organizações revelam um modo de funcionamento que não as constitui somente como meio para o alcance de uma sociedade democrática, mas como fim dessa mesma sociedade que se almeja.

Estudando as alterações morfológicas das modernas organizações rebeldes, os autores identificam transformações que expressam, a cada tempo, um desejo por revoluções mais democráticas, motor tanto da emergência quanto da imergência dessas diferentes formas organizativas.

Utilizando-se de exemplos históricos clássicos que envolvem, por exemplo, o exército popular da primeira metade do século XX e as organizações guerrilheiras da década de 1960 em diante, os autores discutem que tais organizações nem sempre conduziram a resultados políticos desejáveis, ainda que tenham sido militarmente eficazes no combate aos regimes ditatoriais que as precederam e que tenham proporcionado mudanças significativas em relação aos mesmos. Até o método implementado pela revolução cubana, baseado na criação de *focos* guerrilheiros independentes e policêntricos, que parecia oferecer uma possibilidade menos autoritária de governo, revelou-se, asseveram os autores, uma forma embrionária de partido de vanguarda, convertido numa estrutura vertical quando na operação da máquina administrativa do Estado.

Essas formas hierarquizadas, afirmam, não atenderam plenamente o desejo de democracia que os propulsou, apontando para um elemento politicamente indesejável sobre os quais identificamos, atualmente, o “calcanhar de Aquiles” de muitos movimentos sociais: o ressurgimento perseverante de um controle central e hierárquico no seio das próprias organizações.

Negri e Hardt (2005) atribuem esse ressurgimento constante a uma noção que fundamenta a autoridade tanto do Estado nacional quanto dessas organizações

rebeldes: o conceito de “povo”. De acordo com os autores, essa categoria está intimamente vinculada à noção de soberania, tendendo a privilegiar centros de comando em detrimento da população como um todo. “A população, como se sabe, é caracterizada pelas mais amplas diferenças, mas o povo reduz essa diversidade a uma unidade” (p. 12).

O “povo” é, portanto, uma categoria de soberania que legitima o uso da violência tanto contra uma autoridade vigente de Estado, quanto contra a alteridade da população.

Os autores encontram na genealogia dessas organizações três princípios que orientam suas mutações: (1) a oportunidade histórica, capaz de indicar qual a forma mais eficaz de combate a uma forma específica de poder; (2) a correspondência entre essas formas e os modelos dominantes de produção; (3) a tendência de cada nova forma destinar-se a atacar as qualidades anti-democráticas das formas anteriores (p.103). Nesse sentido, o moderno exército popular – que transformou bandos guerrilheiros de camponeses armados, dispersos e irregulares, numa massa unificada sob um comando centralizado – corresponderia aos exércitos de operários industriais organizados nas fábricas. E o modelo policêntrico da guerrilha, por sua vez, corresponderia à transição da produção fordista para a produção pós-fordista, quando “as técnicas e as formas organizacionais da produção industrial transferiram-se para unidades de trabalho menores e mais móveis, assim como para estruturas de produção mais flexíveis” (p.120).

Assim, após 1968, as redes de comunicação, cooperação e informação que caracterizam o arsenal tecnológico pós-fordista começam a influenciar e a mudar radicalmente os movimentos de resistência e libertação. A Internet, por exemplo, passa a ser utilizada não apenas como ferramenta de organização, mas como próprio modelo organizacional.

> De acordo com a clássica formulação cubana do foquismo ou guevarismo, as forças guerrilheiras são policêntricas, compostas de numerosos focos relativamente independentes, mas essa pluralidade deve em algum momento ser reduzida a uma unidade, tornando-se as forças guerrilheiras um exército. A ordenação em rede, em contrapartida, baseia-se na pluralidade *contínua* de seus elementos e redes de comunicação, de tal maneira que a redução a uma estrutura de comando centralizada e unificada é impossível. A forma policêntrica do modelo guerrilheiro evolui assim para uma forma em rede na qual não existe um centro, apenas uma

> pluralidade irredutível de nodos em comunicação uns com os outros (p. 120).

À medida que os grupos guerrilheiros migram do campo para a cidade, essa tendência se acentua e os movimentos colocam para si outras “metas”, não tanto a tomada do aparelho estatal e mais a transformação do espaço urbano, suas paisagens, suas relações sociais, raciais, étnicas, econômicas, culturais, de gênero, etc. Cada vez mais o foco volta-se para a produção de novos modos de vida dentro da própria organização, por meio de ações inventivas e subversivas capazes de liberar *zonas autônomas temporárias* de experimentação.

Já não se pode tomar o “povo” como base desses movimentos. Hardt e Negri falam de multidão.

> A multidão, em contrapartida (à noção de povo), é múltipla. A multidão é composta por inúmeras diferenças internas que nunca poderão ser reduzidas a uma unidade ou identidade única – diferentes culturas, raças, etnias, gêneros e orientações sexuais; diferentes formas de trabalho; diferentes maneiras de viver; diferentes visões de mundo; e diferentes desejos. A multidão é uma multiplicidade de todas essas diferenças singulares. [...] o desafio apresentado pelo conceito de multidão consiste em fazer com que uma multiplicidade social seja capaz de se comunicar e agir em comum, ao mesmo tempo em que se mantém internamente diferente (2005, p. 12-13).

A rede multitudinária oferece uma imagem do funcionamento da Brigada e da morfologia predominante dos movimentos sociais contemporâneos. Segundo os autores, este novo paradigma organizativo resulta do desenvolvimento progressivo de redes cada vez mais complexas. O exército popular, por exemplo, mantinha uma estrutura militar tradicional que poderia ser descrita como “uma rede em forma de eixo ou estrela, na qual todas as linhas de comunicação e comando se irradiam de um ponto central em direções fixas” (p. 88), ou um corpo armado (no qual o centro de comando é o cérebro). Já a guerrilha pode ser descrita como uma “rede policêntrica, com numerosos aglomerados centralizados e relativamente autônomos” (p. 88), se assemelhando a uma alcatéia, capaz de agir independentemente ou em coordenação.

Da perspectiva da contra-insurgência, para cada uma dessas formas organizativas *criou-se* uma técnica específica de extermínio ou controle. No caso do exército

popular, essa técnica consiste em *cortar a cabeça* que coordena o corpo, para que este definhe. Identifica-se a liderança de um determinado movimento insurgente para eliminá-la, isolá-la ou prendê-la. No caso da guerrilha, o método consiste em destruir o ambiente físico e social que lhe dá sustentação.

Entretanto, à medida que as organizações rebeldes adotam uma forma de organização em redes cada vez mais policêntricas, acêntricas, temporárias, com ambiente de apoio amplo e virtual, sem localização, a capacidade dessas técnicas vêem-se reduzidas.

> Quando uma rede disseminada ataca, investe sobre o inimigo como um enxame: inúmeras forças independentes parecem atacar de todas as direções num ponto específico, voltando em seguida a desaparecer no ambiente. De uma perspectiva externa, o ataque em rede é apresentado como um enxame porque parece informe. Como a rede não tem um centro que determine a ordem, aqueles que só são capazes de pensar em termos de modelos tradicionais podem presumir que ela não tem qualquer forma de organização – o que eles enxergam é apenas espontaneidade e anarquia [...] uma multidão de atacantes irracionais, desconhecidos, incertos, invisíveis e inesperados. Se analisarmos o interior de uma rede, no entanto, veremos que é efetivamente organizada, racional e criativa (HARDT, NEGRI, 2005, p.130-131).

A luta indígena pela terra baseou-se em “ataques” à multinacional da celulose articulados em diferentes escalas. O fato da Comissão de Caciques[75] compor a Rede Alerta Contra o Deserto Verde (uma coalizão de mais de 100 movimentos sociais organizados, tais como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), MPA, Via Campesina, Comissão Quilombola do Sapê do Norte; entidades religiosas, Comissão Pastoral da Terra (CPT); Organizações não Governamentais ONGs; Brigada Indígena e ativistas do ES, BA, MG, RJ e RS) revelou-se fundamental para o enfrentamento de uma empresa com influência sobre amplos setores e segmentos políticos e sociais.

As ações locais dos indígenas reverberaram por meio de manifestos, campanhas, informes, denúncias, abaixo-assinados, intervenções urbanas, debates, palestras, seminários, passeatas, protestos, marchas, ocupações e interdições promovidas por outros nodos dessa Rede, em iniciativas autônomas e articuladas que mobilizaram, por sua vez, novos grupos de apoio e/ou de pressão sobre os governos e a

[75] Comissão composta pelos caciques das aldeias Tupinikim e Guarani.

empresa, desencadeando sucessivas reações em cadeia. Como numa espiral promissora, cada nodo foi retroalimentado pelos demais, fortalecendo um modo de guerrilha em rede, do tipo enxame, e um modo organizativo de tipo rede disseminada, apoiados numa movimentação multitudinária.

Nesse sentido, as ações de solidariedade que são enumeradas abaixo apresentam sinais de como esse conflito se alastrou e foi disseminado para além do espaço físico a que estava circunscrito (bem como das relações diretas a que estava submetido), trazendo para acena atores que, aparentemente ausentes e/ou geograficamente distantes, teciam redes de suporte e de produção da realidade contra a qual os indígenas estavam a se rebelar.

As táticas construídas para intervir nessa rede e as ações empenhadas para evidenciá-la e forçá-la a novas configurações são exemplificadas a seguir:

- Intervenções na Farsa do Verde, nos anos de 2005, 2006, 2007, na capital do ES. Ações organizadas pela Brigada:

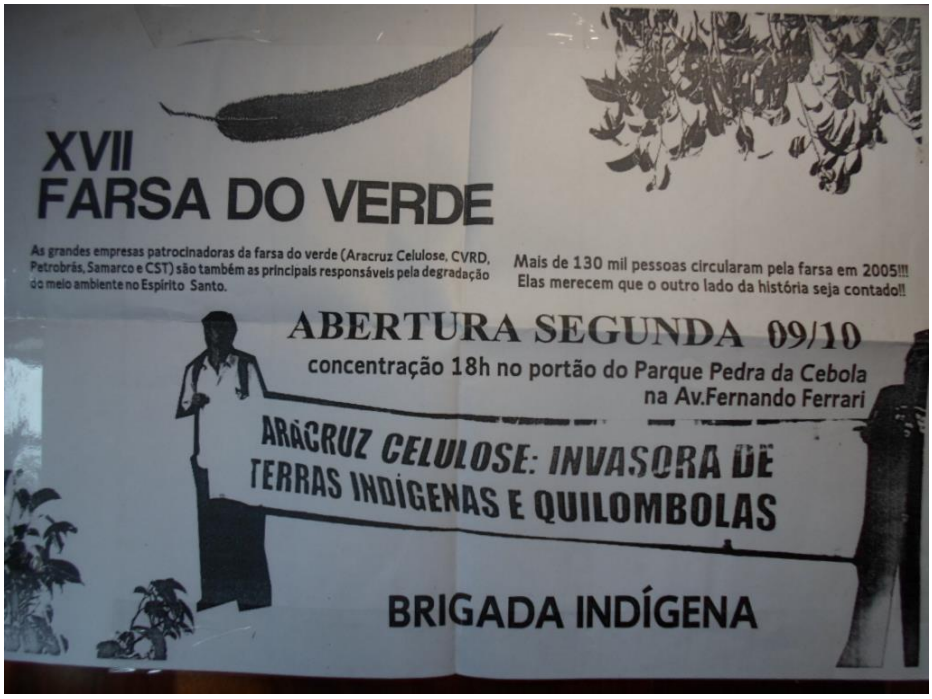


Imagem 4: “XVII Farsa do Verde”, Vitória (ES), cartaz Brigada Indígena.

- Ocupação da fazenda Agril, em setembro de 2005. Uma área de 8.900 (oito mil e novecentos) hectares localizada em Vila do Riacho (Aracruz), em posse

da Aracruz Celulose, das quais esta empresa detém a escritura de apenas 1.300 (mil e trezentos) hectares. De acordo com os ocupantes, pelo menos 5.000 (cinco mil) hectares são terras devolutas que deveriam ser destinadas à Reforma Agrária. A ação foi promovida por 200 famílias do MST, aproveitando-se dos holofotes que o conflito lançava sobre a empresa:

A GAZETA Vitória (ES), quinta-feira, 27 de abril de 2006

Estado

MANIFESTANTES INVADIRAM QUASE 9 MIL HECTARES DE ÁREA

MST volta a ocupar fazenda da Aracruz Celulose

Cerca de 200 famílias invadiram a Fazenda Agril na madrugada de ontem

DE NOVO. A Fazenda Agril foi reocupada sete meses após a primeira invasão. FOTO: ZENILTON CUSTÓDIO - 26/9/2005

ALAN RODRIGUES

ARACRUZ. Na madrugada de ontem cerca de 200 famílias, integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST), reocuparam a Fazenda Agril Agropecuária, localizada no distrito de Vila do Riacho, em Aracruz, Norte do Espírito Santo.

A ocupação começou por volta das duas horas da madrugada. Os manifestantes montaram barracas e tendas de lona, ocupando uma área de quase nove mil hectares da fazenda, que pertence à empresa Aracruz Celulose.

"Reocupamos a área pois queremos uma atitude do governo quanto à reforma agrária em nosso Estado. É um absurdo ver que dos 22 assentamentos do MST no Estado, nenhum recebe auxílio ou assistência", disse Edvaldo Bento, integrante da direção capixaba do MST.

A reocupação da fazenda Agril acontece exatamente sete meses após a primeira ocupação do MST no local, no dia 26 de setembro do ano passado, quando cento e trinta e cinco famílias montaram acampamento na fazenda. A desocupação só ocorreu um mês depois, após liminar de reintegração de posse concedida pela 2ª Vara Cível de Aracruz.

Solução. "Acreditávamos que depois que saíssemos da área, as coisas se resolveriam mais rapidamente, mas nenhuma ação a favor dos trabalhadores foi tomada", disse Edvaldo. "Por isso, não há possibilidade de desocuparmos o local até que o governo tome atitude quanto à destinação de terras devolutas para a reforma agrária", completou.

A direção capixaba do Movimento disse ainda que pretende marcar uma audiência com o governo do Estado para discutir a questão. "Queremos que o Estado tenha uma política voltada para a reforma agrária, e essa ocupação é para sensibilizarmos o governo disso", revelou Ronaldo Alves, que também integra a direção estadual do MST.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Imagem 5: "MST volta a ocupar fazenda da Aracruz Celulose", A Gazeta, Vitória (ES), quinta-feira, 27 de abril de 2006.

- Ocupação da fábrica da Aracruz Celulose, promovida em outubro de 2005 pelos indígenas e apoiada por diversos membros da Rede Alerta que se posicionaram em frente ao portão da fábrica, tais como Via Campesina, ONG Fase, Movimento Nacional de Direitos Humanos, alguns professores da UFES, Brigada (que levou um ônibus com 52 estudantes, dentre estes, 6 intercambistas noruegueses e 2 suecos), etc:

Cidades

Vitória (ES), sexta-feira
7 de outubro de 2005
Editora: Cintia B. Alves
calves@redegazeta.com.br
Tel.: 3321-8446

AÇÃO O MOVIMENTO CONTOU COM CERCA DE 250 ÍNDIOS DAS ALDEIAS GUARANI E TUPINIQUIM

Tribos indígenas invadem prédio da Aracruz Celulose

Eles querem forçar a demarcação de 11 mil hectares de terras que pertencem à empresa

ZENILTON CUSTÓDIO
zcustódio@redegazeta.com.br
ELISANGELA BELLO
ebello@redegazeta.com.br

ARACRUZ. Em uma inusitada operação, cerca de 250 índios tupiniquim e guarani ocuparam ontem pela manhã o prédio administrativo da empresa Aracruz Celulose, no município de Aracruz. Eles estão exigindo as presenças do presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, ou do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

Os índios querem a demarcação dos 11 mil hectares de terras da empresa, invadidas em maio último, afirmando tratar-se de área tradicional indígena. O grupo recusou até que a Procuradoria da República no Estado intermediassem o diálogo com a indústria. A Aracruz, entretanto, afirma que as terras são de sua propriedade.

A reação da direção da empresa foi de perplexidade, conforme declarou o gerente de Relações com a comunidade, Jessé Marques. "Jamais poderíamos imaginar que eles teriam uma reação tão violenta. Nós relacionamos com eles há vários anos e isto nunca aconteceu", declarou durante uma entrevista coletiva.

O movimento vinha sendo articulado pelas lideranças já há vários dias. A intenção inicial, entretanto, conforme explicações do cacique Jaguaretê era de limitar as ações a uma manifestação em frente ao portão principal da fábrica. A decisão de invadir o recinto teria sido tomada, ontem pela manhã, quando os índios se reuniram na praia de Barra do Sahy.

Pintura de guerra. Usando pinturas de guerra e trajes tradicionais os índios tomaram o portão principal por volta das 9h15. Dali eles tiveram acesso ao prédio onde estão concentradas as atividades administrativas da indústria. Os trabalhadores destacados no setor tiveram que se retirar do local. Até o final da tarde não havia sido registrado nenhum caso de pressão física, apesar dos índios estarem portando suas armas tradicionais, como tordunas, lanças e arcos e flechas.

Durante todo o dia a Polícia Militar manteve um esquema de segurança discreto, formado por cerca de 15 homens, que se postaram nos fundos da porta principal. Dentro do prédio, os índios tocavam tambores e cantavam músicas típicas. No almoço a empresa forneceu lanches. Chamou a atenção o grande número de crianças e adolescentes na ocupação.

VIGIA. A polícia acompanhou de longe a ocupação para manter a segurança dos funcionários, invasores adolescentes e crianças

DANÇA. Durante o dia o grupo, vestido a caráter, cantou e dançou músicas típicas das aldeias

DE FORA. A presença de estudantes norueguesas reforçou a manifestação. As jovens usaram até pintura indígena no rosto

CHEGADA. Com pinturas de guerra, o grupo de índios guaranis e tupiniquins chegou à empresa por volta das 9h15. FOTOS: VEJA DO LEITÃO

PM a postos para evitar confronto

Até o início da noite de ontem um grupo de policiais do Batalhão de Missões Especiais (BME) permanecia nas imediações da Aracruz Celulose para evitar um possível confronto. Segundo a assessoria de imprensa da Polícia Militar, a equipe não foi orientada para entrar na empresa ou para retirar os índios, mas apenas para acompanhar as negociações, já que a Polícia Federal, que atuaria neste tipo de situação, não estava lá. Em maio deste ano, quando ocuparam a área da empresa, os índios pediram ao Governo do Estado que não colocasse a polícia no conflito. De acordo com o chefe de gabinete do Governo do Estado, Sebastião Barbosa, o pedido foi atendido pelo Governo, que considera legítima a reivindicação dos índios, mas defende o diálogo. "Essa questão afeta o Governo federal, mas o Estado se dispõe a ajudar para que o diálogo prevaleça", afirmou.

A ocupação

Os índios se concentraram na praia de Barra do Sahy, por volta das 7h30:

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo

Estrangeiros reforçam protesto

Enquanto os índios se mantinham na parte interna da fábrica, do lado de fora da portaria principal manifestantes simpáticos à causa gritavam palavras de ordem contra a indústria. Entre eles, havia até um grupo de estudantes europeus, além de aliados tradicionais dos índios, como os sem-terra.

A manifestação de apoio aos indígenas ocorreu de forma pacífica. O grupo era formado por cerca de 50 pessoas e reunia principalmente estudantes universitários. Eles dançaram ao som de Cássia Eller e usaram o sistema de som montado em um veículo para se manifestar em favor dos interesses indígenas.

A presença de uma turma de pele bem clara se destacava. Eram estudantes do curso de Relações Internacionais de uma faculdade do Estado otto noruegueses, uma suecia e uma dinamarquesa. Eles declararam que teriam sido convidados pelos colegas brasileiros. Alguns pintaram o rosto com traços típicos das pinturas indígenas. Fora isso, limitaram-se a acompanhar o movimento a uma certa distância.

Um grupo de sem-terra também permaneceu no local durante todo o dia. Eram as famílias que, no final do mês passado, ocuparam uma área de 8,5 mil hectares da empresa, onde ainda continuam. "Eles nos apoiam, e nós apoiamos eles", justificou um dos sem-terra.

Conselho cobra atitude do Governo

Para o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a ocupação da fábrica da Aracruz Celulose pelos índios só aconteceu devido ao descaso do Governo em relação à novela da demarcação de terras e pela postura rígida da empresa.

"O Governo fica só observando, como se fosse um problema que não lhe diz respeito. O estado que eles aceitaram fazer com a empresa só beneficiou um lado. Os índios voltaram atrás porque viram que esse acordo era uma armadilha", alegou o coordenador regional do conselho, Wilson Santana.

Ele afirma que, na época do acordo, os indígenas foram pressionados pela Funai a aceitá-lo, mesmo com um estudo antropológico que confirmava que as terras eram dos índios. "Acho que isso é um alerta para o Governo, que tem que intervir nessa situação", diz.

A assessoria jurídica da entidade foi enviada à Aracruz no mês passado, segundo o coordenador, para dar apoio aos índios, que querem que o Ministério da Justiça emita uma portaria, estipulando que a área seja demarcada. A Administração Regional da Funai, em Governador Valadares (MG), alega, porém, que enviou um processo ao Ministério da Justiça reivindicando a demarcação das terras. "Pedimos pressa, mas agora depende do Ministério", diz o administrador regional Waldemar Krenak, que iria a Aracruz ainda ontem.

DEPOIMENTOS

"Já ouvimos falar dos sem-terra"
INGVILD BALSTAD PEDERSEN
Estudante norueguesa, 20 anos

"Nossos amigos brasileiros nem chamaram e nós achamos legal conhecer melhor o que está acontecendo aqui. Não temos muito conhecimento sobre este assunto. Mas já ouvimos falar, por exemplo, do Movimento dos Sem-Terra".

"Estou perplexo"
JESSÉ MARQUES
Gerente de Relações com a Comunidade da Aracruz Celulose

"Não será aqui que os índios vão resolver este problema e sim na Justiça. Estou realmente perplexo com o que está acontecendo. Sempre formaram um grupo ordeiro. Estamos muito preocupados com a integridade dos nossos funcionários".

"A ocupação é totalmente pacífica"
FÁBIO VILLAS
Rede Alerta Contra o Deserto Verde

"Alguém da empresa ligou para a Funai e disse que os índios estavam quebrando tudo. Mas isso não é verdade e esse boato já foi devidamente esclarecido. Todo mundo está vendo aqui que trata-se de uma ocupação totalmente pacífica".

Imagem 6: "Tribos indígenas invadem prédio da Aracruz Celulose", A Gazeta, Vitória (ES), quinta-feira, 07 de outubro de 2005.

Imagem 7: “Ocupação da fábrica”, Fotografia jornal A Gazeta, Vitória (ES), 2005.

- Mutirão de reconstrução das aldeias Córrego D`Oro e Olho D`Água, ocorrida em janeiro de 2006, uma semana após a destruição impetrada por operação da Polícia Federal. Dessa ação participaram Indígenas, MST e Brigada:

Imagem 8: “Destruição das aldeias”, A Gazeta, Vitória (ES), 2006.

Vitória (ES), domingo, 29 de janeiro de 2006 A GAZETA

PARCEIROS ESTUDANTES E MEMBROS DO MOVIMENTO DOS SEM TERRA DERAM APOIO

UNIDOS. Um verdadeiro mutirão foi criado para reconstrução das moradias nas aldeias.

Índios desafiam a Justiça e reconstroem aldeias

Tupiniquins e guaranis voltaram às terras que a Justiça reintegrou à empresa Aracruz Celulose

ALAN RODRIGUES

Os índios Tupiniquins e Guaranis de Aracruz reiniciaram ontem de manhã um mutirão para a reconstrução das aldeias Olho D'água e Córrego do Ouro, desocupadas no último dia 20, em uma operação de reintegração de posse executada pela Polícia Federal.

A primeira aldeia a ser reer-

Imagem 9: "Índios desafiam a Justiça e reconstroem aldeias", A Gazeta, Vitória (ES), 2006.

- Protesto na visita do presidente Lula ao ES, em janeiro de 2006, para inauguração da sub-estação de energia elétrica da Furnas Centrais Elétricas S.A, no município de Viana-ES. Ação promovida pela Brigada:

A GAZETA Vitória (ES), terça-feira, 31 de janeiro de 2006

O grupo do contra

Estudantes cobram apoio a índios

Oito estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo conseguiram driblar a segurança e, atrás de uma cerca de arame, estenderam faixas de protesto contra a atuação das autoridades nas disputas de terras entre índios e a empresa Aracruz Celulose. Eles chegaram a cerca de 50 metros do púlpito onde o presidente discursou, sem serem revistados. "Subimos com os engravatados, de van", riu um dos ativistas – nenhum quis se identificar. Eles gritaram palavras de ordem, com referência ao "mensalão" e ao empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Durante o discurso, criticaram o governador Paulo Hartung (PMDB). FOTO: EDSON CHAGAS

Imagem 10: "O grupo do contra", A Gazeta, Vitória (ES), 31 de janeiro de 2006.

- Protesto na visita do Ministro da Justiça, Thomas Bastos, em fevereiro de 2006, para reunião com as lideranças indígenas, na Assembleia legislativa do ES. Ação promovida pela Brigada;

A TRIBUNA - VITÓRIA-ES - SEXTA-FEIRA - 10/02/2006

POLÍTICA

35

Ministro enfrenta protesto

Estudantes aproveitam visita de Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, para fazer manifestação a favor de índios

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, enfrentou um protesto de estudantes a favor dos índios capixabas nos corredores da Assembléia Legislativa, na tarde de ontem.

O motivo é a indecisão sobre quem seriam os proprietários de 11.000 hectares situados em Aracruz. Ainda não ficou definido se as terras são dos índios ou da Aracruz Celulose.

Thomaz Bastos havia acabado de sair do Salão Nobre, onde estava reunido exatamente para tratar desse assunto com uma comissão de caciques das aldeias Córrego D'Ouro e Olho D'Água, em Caieiras Velha, Aracruz, no Norte do Estado.

Logo que o ministro deixou o salão, os estudantes que integram a Brigada Indigenista da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) começaram a agitar as faixas e os cartazes e a gritar: "Thomaz Bastos, eu quero ver demarcação acontecer!".

Como não dava mais para recuar e usar o elevador privativo dos deputados, o jeito foi o ministro seguir em frente e passar entre os manifestantes, que estavam na porta de saída do corredor do plenário da Casa.

A manifestação foi pacífica. Mesmo assim, um grupo de agentes da Polícia Federal escoltou o ministro até o estacionamento, no subsolo, onde ele entrou num carro e seguiu direto para o aeroporto.

Lá, ele embarcou num avião da Força Aérea Brasileira (FAB), que já o aguardava para voltar a Brasília.

Um dos líderes da Brigada Indigenista, o estudante Fernando Schubert, disse que o objetivo do movimento era forçar o ministro a encaminhar o processo de homologação o mais rápido possível para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Desde de 1997, um relatório elaborado pela Fundação Nacional do Índio (Funai) aponta que as terras são dos índios.

O ministro disse que concordou que houve uma série de percalços e atuações de outros governos a respeito disso, mas garantiu que agora o PT colocou as coisas em "linha reta", como ele mesmo definiu.

Na reunião de ontem, ficou acertado o trabalho que a Funai já vem fazendo, de identificação das terras indígenas no Norte do Estado.

O relatório de um antropólogo, segundo Thomaz Bastos, deve ser publicado até o fim deste mês.

Depois disso, será aberto um prazo para que as pessoas ou empresas interessadas na área apresentem as suas impugnações.

Thomaz Bastos (à direita) ouviu representantes indígenas do Norte do Estado na Assembléia

Decisão sobre terras até dezembro

SAIBA MAIS

Inaugurada nova sede

Imagem 11: "Ministro enfrenta protesto", A Gazeta, Vitória (ES), 10 de fevereiro de 2006.

- Ocupação da reitoria da UFES, em agosto de 2006, em protesto à tentativa de assinatura do protocolo de intenções, entre a universidade e a Aracruz Celulose, para o financiamento de pesquisas. Organizado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) e pelo Centro Acadêmico de Comunicação, com a participação da Brigada, professores e estudantes:

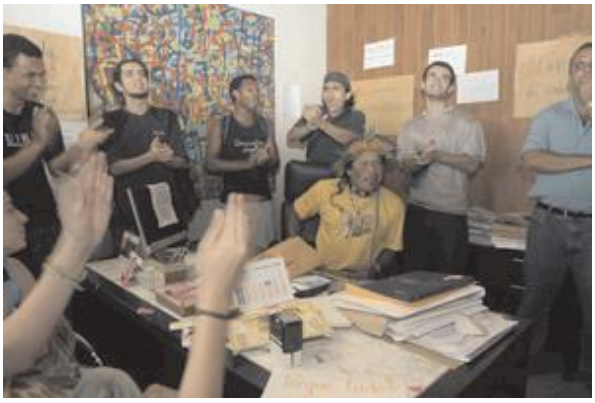


Imagem 12 e 13: "Ocupação reitoria da Ufes", Vitória (ES), agosto 2006.

- Ocupação do porto da Aracruz Celulose[76] (Portocel), localizado em Aracruz, em dezembro de 2006. Ação promovida pelos indígenas e apoiada por membros da Rede Alerta. Simultaneamente ocorreram manifestações de solidariedade em frente às embaixadas e consulados dos EUA, Alemanha, Noruega e Holanda, [77] realizadas por grupos de apoio internacionais, bem como em frente à Procter e Gamble, promovida pela ONG Carbon Trade Watch. Na capital do ES, a Brigada e o DCE da UFES tentaram ocupar o Palácio do Governo:

06 CIDADES Vitória (ES), quinta-feira, 14 de dezembro de 2006 A GAZETA

OS FUNCIONÁRIOS REUNIRAM-SE EM FRENTE À FÁBRICA DE CELULOSE E FORAM EM PASSEATA ATÉ O PORTO, ONDE AS ATIVIDADES ESTÃO PARALISADAS DESDE ONTEM

Pancadaria em confronto entre índios e funcionários da Aracruz

Depois de muita negociação, os índios deixaram o terminal portuário Portocel ontem à noite

ALAN RODRIGUES

ARACRUZ. Confusão e pancadaria marcaram o segundo – e último – dia de ocupação do terminal portuário Portocel, em Barra do Riacho, litoral de Aracruz. O local havia sido ocupado na segunda-feira por integrantes das seis comunidades indígenas de Aracruz, que, depois de muito negociarem, resolveram deixar o local, por volta das 19 horas de ontem.

Pela manhã, milhares de funcionários da Aracruz Celulose, terceirizados e de sindicatos ligados à empresa, foram ao Portocel manifestar apoio à Aracruz, carregando faixas pedindo a paz e a não-violência. Mas o que se viu foi uma contradição entre o comportamento dos manifestantes e as frases pintadas de azul em tecidos brancos.

PASSEATA. Os funcionários reuniram-se no início da manhã em frente à fábrica de celulose e foram em passeata até o porto, onde as atividades estão paralisadas desde ontem, acarretando em um prejuízo de milhões de reais.

Ao chegarem ao local, arrumbaram o portão e entraram no pátio do terminal, cinquenta os índios permaneciam isolados no cais. A multidão de mais de 1,5 mil pessoas avançou pelo pátio adentro, onde também estavam alguns manifestantes

Policiais militares do Batalhão de Aracruz cuidaram da segurança e ainda esforçavam-se para conter os ânimos dos mais exaltados. Depois de muita conversa, os PMs conseguiram retirar os sem-terra do local, permanecendo somente índios. O clima já era de tensão durante a manhã. "Vamos retirar esses índios à força, queremos o que é nosso", gritavam alguns trabalhadores.

Enquanto isso, os índios permaneciam no cais e relutavam em desocupar o porto. Fardos de centenas de toneladas de celulose – que aguardavam liberação para serem exportados e estavam em um imenso galpão – foram alvo dos índios, que rasgaram as folhas de celulose e despejaram tintas coloridas sob as pilhas. Todo o material foi inutilizado.

A reportagem tentou contato com representantes dos índios, mas nem os telefones da aldeia nem os celulares eram atendidos.

SOCOS E PONTAPÉS. Funcionários da Aracruz, terceirizados e sindicalistas enfrentaram os índios na área do porto.

Horas depois, mais tensão e tumulto no porto

No início da tarde de ontem, uma nova confusão tomou conta do pátio do Portocel, em Aracruz. A situação – que estava tensa pela manhã – já havia sido controlada pelos policiais militares que cuidavam da segurança no local. Os trabalhadores faziam uma refeição no pátio do porto quando vieram alguns índios do lado de fora tentando pular a grade para também entrarem na área.

A reação dos funcionários foi imediata e centenas de índios. Os dois lados entraram em conflito. Do pátio, os trabalhadores lançavam pedras e paus em direção aos indígenas, que respondiam com flechas e também com pedras. A confusão durou cerca de meia hora, até os policiais controlarem novamente a situação.

"Com o clima mais tranqüilo, a multidão começou a se dispersar no final da tarde. O coronel Augusto e o capitão Pacheco, da PM de Aracruz, permaneciam na ar-

quanto os trabalhadores [illegible] os poucos deixando o pátio do Portocel.

Depois de horas, os caciques resolveram desocupar a área mediante a confirmação de uma reunião com o ministro da Justiça, Marcio Thomaz Bastos. A reunião, com data não-divulgada, foi comunicada aos representantes da Funai e aos poucos os índios [illegible] a deixar a área do cais do porto, pondo fim a um conflito que já

Equipe da TV Gazeta e deputado têm de deixar local sob escolta

Pela manhã, a equipe de reportagem da TV Gazeta que cobria o protesto no pátio foi hostilizada pelos manifestantes e colocada para fora do local. Com os ânimos exaltados, os trabalhadores interrompiram por diversas vezes a reportagem até chegarem ao norte de avançar para cima da reportagem. Até mesmo, os seguidores do conflito da intervenção dos policiais militares. O deputado federal Claudio Vereza, que foi ao local para negociar o fim do impasse, também foi acusado pelos trabalhadores. Tanto a equipe da TV Gazeta quanto o deputado tiveram que deixar o terminal sob escolta.

Imagem 14: "Pancadaria em confronto entre índios e funcionários da Aracruz", A Gazeta, Vitória (ES), 14 de dezembro de 2006.

O NÚMERO

US$ 21 milhões

Esse é o valor que deixou de ser movimentado, em exportação, nos dias de operações suspensas no Portocel. Em reais, a quantia corresponde a R$ 45 milhões.

Estudantes tentam ocupar Palácio da Fonte Grande em apoio aos índios

Cerca de 60 estudantes, organizados pelo Diretório Central dos Estudantes da Ufes, tentaram ocupar ontem o Palácio da Fonte Grande, sede atual do governo do Estado. O objetivo seria o de pressionar o governador Paulo Hartung a posicionar-se a respeito do conflito entre a empresa Aracruz Celulose e os índios.

Imagem 15: "Estudantes tentam ocupar Palácio da Fonte Grande em apoio aos índios", A Gazeta, Vitória (ES), 14 de dezembro de 2006.

---

[76] Porto da Aracruz Celulose (FIBRIA), por "onde é escoada toda a produção da FIBRIA, Cenibra, Veracel e Suzano Bahia Sul. Através da Portocel são embarcadas 70% da produção nacional de celulose de fibra curta branqueada". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aracruz>. Acesso em: 12 abril 2014.

[77] Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/12/ndios-tupinikim-e-guarani-ocupam-o-porto-da-aracruz-celulose-no-espirito-santo/>. Acesso em: 12 abril 2014.

- Interdição do trecho norte da BR 101, no ES, em março de 2007, como forma de apoio à demarcação das terras indígenas e quilombolas. Ação organizada pela Via Campesina;

- Retomada quilombola do território de Linharinho, norte do ES, em julho de 2007. Ação promovida pelos quilombolas do Sapê do Norte, com apoio de indígenas, Via Campesina, FASE, Brigada, DCE UFES, etc;

- "Marcha Popular pela Terra e pela Vida", que percorreu a BR 101 entre os municípios de São Mateus e Aracruz, com a realização de debates, exibições de filmes e conversas com as comunidades por onde passou, em outubro de 2007. Ação organizada pela Via Campesina e pela Rede Alerta ; [78]

- Denúncias na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, na Organização dos Estados Americanos (OEA) e no Tribunal de Viena, onde a empresa foi condenada, repercutindo na venda de ações na bolsa de valores, por exemplo, de propriedade da coroa sueca;

- Passeatas pela capital;

- Ocupação do Laboratório de Pesquisas da Aracruz Celulose (RS), promovida pelo Movimento Mundial de Mulheres (MMC), em solidariedade à luta dos Tupinikim-Guarani, no dia 08 de março de 2006, no encontro da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO);

---

[78] Conforme sítio eletrônico da Associação Brasileira de Reforma Agrária: "Cerca de 300 marchantes, entre eles trabalhadores rurais Sem Terra, pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, estudantes e demais integrantes de movimentos sociais do campo e da cidade [...] O objetivo da marcha é debater com a população capixaba o projeto de desenvolvimento adotado para o Espírito Santo, sobretudo para o campo, caracterizado pelo plantio de grandes extensões de monoculturas, como o eucalipto e a cana, com destino à exportação; pela geração de pouquíssimos empregos no meio rural e por uma grande degradação ao meio ambiente. Esse tipo de projeto, que expulsa as populações do campo e provoca inchaço nas grandes cidades, tem recebido apoio sistemático dos governos, por meio de investimentos financeiros para a ampliação de empresas multinacionais como a Aracruz Celulose, em detrimento da agricultura dos camponeses, que produz cerca de 70% dos alimentos básicos para a população. Os marchantes reivindicam a definitiva demarcação das terras das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, tomadas pelo monocultivo de eucalipto da empresa Aracruz Celulose, e a homologação da demarcação das terras indígenas Tupinikim e Guarani, que recentemente tiveram seu direito à terra assegurado pelo Ministro da Justiça, por meio da Portaria Demarcatória". Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org/index.php/features/item/452-no-esp%C3%ADrito-santo-movimentos-sociais-realizam-marcha-pela-terra-e-pela-vida>. Acesso em: 14 abril 204.

A GAZETA Brasil

Vitória (ES), quinta-feira
9 de março de 2006
Editor: Edu Kopenick
emaestro@redegazeta.com.br
Tel.: 3321-8921

JUSTIFICATIVA PROTESTO FOI, SEGUNDO O MOVIMENTO, CONTRA A PLANTAÇÃO DE FLORESTAS EM TERRAS QUE PODERIAM SER USADAS PARA A REFORMA AGRÁRIA

Camponesas destroem horto florestal da Aracruz

Grupo ligado à Via Campesina destruiu mais de 1 milhão de mudas em Barra do Ribeiro, no RS

PORTO ALEGRE. Um grupo de cerca de duas mil mulheres ligadas à Via Campesina invadiu um horto florestal da Aracruz Celulose, destruiu estufas, inutilizou pelo menos 1 milhão de mudas de eucaliptos e depredou um laboratório de melhoramento genético. A ação foi na madrugada de ontem, em Barra do Ribeiro, 60 quilômetros ao Sul de Porto Alegre.

Ao manifestantes chegaram às 9h30, renderam e trancaram os dois vigilantes num dos 37 ônibus, usaram plásticos e telas das estufas com facas caseiras amarradas na ponta de bananas, e saíram meia hora depois para participar de uma marcha na capital gaúcha.

Durante o dia, falando como porta-voz da Via Campesina, Luci Piovesan, disse que o ato representou a indignação das mulheres do campo pelos incentivos que o governo dá à agricultura empresarial e à expansão da indústria da celulose que estaria, segundo o movimento, ocupando com florestas terras que poderiam ser usadas para a reforma agrária e produção de alimentos.

O gerente florestal da Aracruz, Renato Rostirolla surpreendeu-se com a objetividade das invasoras. "Há trabalhos de 20 anos de melhoramento genético que foram perdidos", lamentou Rostirolla.

A pesquisadora Isabel Gonçalves interrompeu férias para conferir o estrago e não conteve as lágrimas ao ver o esforço de vários anos destruído. Rostirolla lembrou que as plantações de eucaliptos, pinus e acácias ocupam apenas 0,7% do território gaúcho. Os projetos de expansão existentes atualmente prevêem a ampliação da área para 2%. O gerente florestal destacou ainda que as invasoras destruíram mudas de árvores nativas, que a empresa também cultiva. O total dos prejuízos não foi calculado, mas só o laboratório estava avaliado em US$ 400 mil.

A destruição do viveiro e do laboratório foi condenada pelo ministro do Desenvolvimento e Reforma Agrária, Miguel Rossetto. "Isso não tem nada a ver com reforma agrária", ressaltou.

O governador em exercício do Rio Grande do Sul, Antônio Hohlfeldt (PMDB), qualificou o ato de "provocação e bandidagem". A Aracruz é líder mundial na produção de celulose branqueada de eucalipto e estuda a aplicação de US$ 1,2 bilhão na construção de uma planta com capacidade para um milhão de toneladas/ano.

O Rio Grande do Sul disputa o investimento e chegou a temer, durante o dia, que a invasão prejudicasse a candidatura do Estado. O diretor de operações da empresa, Walter Lídio Nunes, disse que não há motivo para essa preocupação, porque considera a invasão um ato de alienígenas.

PREJUÍZO

US$ 400 mil

É o valor no qual o laboratório da Aracruz Celulose estava avaliado. O total dos prejuízos não foi calculado.

Mulheres entram em conferência

As cerca de 2 mil mulheres que depredaram o viveiro da Aracruz Celulose se juntaram, em Porto Alegre, a mais mil homens dos movimentos vinculadas à Via Campesina para fazer uma marcha pelo Dia Internacional da Mulher. No final da caminhada, na entrada da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS), romperam uma barreira da Brigada Militar, numa situação tensa, com muita troca de empurrões. Após um período de negociações, uma comissão de 50 representantes foi autorizada a entrar no Centro de Eventos, para ler uma mensagem aos participantes da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural. Na declaração, condenaram a violência e a exploração que sofrem os pobres.

Polícia barra deslocamento de sem-terra

PORTO ALEGRE. O clima tenso da Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul (RS), invadida por 2 mil militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) desde 28 de fevereiro, evoluiu para um conflito ontem.

A Brigada Militar, que conta com cem homens no controle da propriedade de 7 mil hectares, bloqueou o deslocamento de cerca de 300 sem-terra que iam da área onde montaram acampamento para a sede da fazenda, a 1,5 mil metros de distância, com bombas de fumaça e balas de borracha.

Segundo o comandante do policiamento do Planalto, coronel Waldir dos Reis Cerutti, foi a quarta vez, desde segunda-feira, que os sem-terra tentaram ampliar a invasão.

Os sem-terra alegam que fazia uma manifestação pacífica pelo Dia Internacional da Mulher, quando foram reprimidos. Informam que 15 pessoas ficaram feridas, mas não levaram nenhuma delas a hospitais da região. A Justiça já concedeu reintegração de posse aos irmãos Félix e Vera Guerra, proprietários da fazenda, mas os invasores não cumpriram a ordem no prazo estabelecido, que venceu no domingo.

Imagem 16: “Camponesas destroem horto florestal da Aracruz”, A Gazeta, Vitória (ES), 09 de março de 2006.

- Seminários, palestras, debates, exposições:

seminário

O Protagonismo das Organizações Indígenas no Atual Cenário Político na América Latina

- Dia **28 de março** de 2006 (terça) as **18:00 h** -
- Auditório do IC II -

Expositores: *Helder Gomes* (economista pela UFES e membro do Coletivo Capixaba de Apoio ao FSM)
Paulo (Índio Tupiniquim e membro da APOIME)
Tom Gil (professor do Departamento de História – UFES)
Arlete (assessoria dos caciques Tupinikim e Guarani)
Grazi (mestrado sobre Chiapas)

Organização: Brigada Indígena
Apoio: Coletivo Capixaba de Apoio ao FSM
Contatos: Leonardo (9816 7814), Fernando (9992 3605), Ligia (3322 6330), Jeane (9827 5964)
http://br.groups.yahoo.com/group/brigadaindigena

SEMIN

Os Direitos dos Povos Indígenas e o Avanço do Agronegócio:

Questões e Desafios

Palestrantes:
Dom Tomás Balduíno (Presidente da CPT)
Jorge Eduardo Saavedra Durão (ABONG e FASE)
Magnólia Said (Rede Brasil e ESPLAR)

Debatedores:
APOINME; Aracruz Celulose; FUNAI; Comis. de Caciques; MPF-ES; MMC; Comis. Quilombola; Rede Alerta

1º. de junho de 2006
de 8:30 às 17:30 horas

Local: UFES - CCJE - Vitória/ES
Auditório Manoel Vereza
(ao lado do planetário)

Promoção:
Comissão Justiça e Paz (CJP) da Arquidiocese de Vitória
Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)
Rede Alerta contra o Deserto Verde

Apoio:
UFES
COMIN
CARITAS
FASE/ES
DCE
COOPEMULT

Imagem 17 e 18: “Seminários”, Vitória (ES), 01 de junho de 2006. Fonte: acervo pessoal.

2.10 REDES CONTRA-INSURGENTES: MOLECULARIZAÇÕES FASCISTAS

À medida que o enxameamento das ações dos indígenas e de seus apoiadores furavam consensos históricos em torno da empresa, as reações da Aracruz Celulose modulavam-se a essas resistências articuladas em rede e lançavam-se estrategicamente sobre os efeitos disruptivos das ações empregadas contra suas malhas de sustentação, numa tentativa de barrar a abertura de brechas indesejáveis na resolução do conflito.

Para anular os efeitos das ações indígenas e remendar ao máximo uma legitimidade abalada, a empresa experimentou, assim, uma série de técnicas articuladas de contra-insurgência.

Uma das características essenciais da forma de resistência disseminada em rede, como já falamos, é o fato de não ter um centro e suas ações distribuírem-se de maneira variável, desigual e indefinida. Sua presença e ausência tendem a ser indeterminadas, configurando redes extremamente fugidias, efêmeras, invisíveis, com a habilidade de desaparecer instantaneamente no momento seguinte em que parecem universais. Para as estratégias tradicionais de repressão promovidas pelo Estado moderno,

> [...] uma rede pode ser frustrantemente “carente de alvos”: se não tem um centro nem fronteiras estáveis, onde poderemos atacar? Mais assustador ainda, a rede pode surgir a qualquer momento em qualquer lugar, e sob qualquer aparência (HARDT, NEGRI, 2005, p. 86).

As reações da empresa, citadas abaixo, evidenciam que as novas estratégias de contra-insurgência não recorrem apenas a técnicas repressivas que matam, seqüestram, exilam, criminalizam ou destroem (apesar do hemisfério Sul do globo estar repleto dessas reações estatais). Para esse novo combate em rede as técnicas de contra-insurgência são predominantemente produtivas, mais refinadas e sutis, criando e controlando sujeitos e ambiente, enfrentando os movimentos insurgentes não apenas em termos militares, mas políticos, econômicos, sociais, ideológicos e psicológicos. Como afirmam Hardt e Negri: “só é possível combater uma rede com outra rede” (2005, p. 90).

A Aracruz Celulose fortaleceu, assim, sua presença em redes já bem constituídas, das quais pôde exigir o retorno de investimentos financeiros, tal como: no caso de faculdades privadas do município de Aracruz, que foram obrigadas a suspender bolsas de estudo de estudantes indígenas; no espaço legislativo e executivo, dos quais recebeu inúmeras declarações de apoio de políticos financiados em suas campanhas eleitorais; no judiciário, impetrando ações judiciais de criminalização dos militantes, num sistema jurídico e policial historicamente montado para a defesa da propriedade privada; na grande imprensa, injetando milhões em propaganda nos grandes meios de comunicação que, em contrapartida, lhe asseguravam "boas" matérias; etc.

Além de ativar e fortalecer essas redes de apoio, a multinacional da celulose também procurou estender seus tentáculos para recantos microscópicos da vida cotidiana da população aracruzense, formando, deliberadamente, redes de relações micropolíticas. [79] Para tal empreendimento, apropriou-se, inclusive, de táticas historicamente construídas pelos próprios movimentos populares.

No intuito de garantir a posse das terras em disputa e interferir numa correlação de forças que se tornava cada vez mais desfavorável, utilizou-se de técnicas que espalharam medo e dúvidas na população. Como efeito, disseminou-se pela cidade de Aracruz um temor generalizado em relação ao desemprego e a falência de pequenos negócios, produzindo efeitos de condescendência à empresa e de violência e racismo para com os indígenas, intencionalmente expostos como os responsáveis de uma tragédia social anunciada.

Com o apoio da população local, a atuação da empresa intensificou-se e se capilarizou por meio de: palestras em escolas públicas e privadas; promoção de projetos de educação ambiental, com visitas monitoradas a sua fábrica; financiamento de ONGs e instituições religiosas; tentativas de financiamento de

---

[79] Deleuze e Guattari (1996) afirmam que "tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica" (p. 90). A macropolítica se refere a uma linha de segmentaridade dura ou molar que coloca em jogo conjuntos ou elementos bem determinados (Estado e sociedade civil, burguesia e proletariado, homens e mulheres, índios e brancos, crianças e adultos, etc). A micropolítica se refere a uma linha de segmentação maleável ou molecular concernente a fluxos que escapam dessas formas. Essas linhas participam de um regime coextensivo, no qual as relações de forças, engendramentos e produções (plano micropolítico) não se encontram em relação de oposição com as organizações de poder (plano macropolítico). A questão micropolítica diz respeito a formação dos desejos no campo social.

pesquisas na UFES; oferta de recursos financeiros e materiais para a Associação Indígena Tupinikim-Guarani (AITG); produção e distribuição de cartilhas difamatórias em inúmeras empresas e estabelecimentos de ensino:

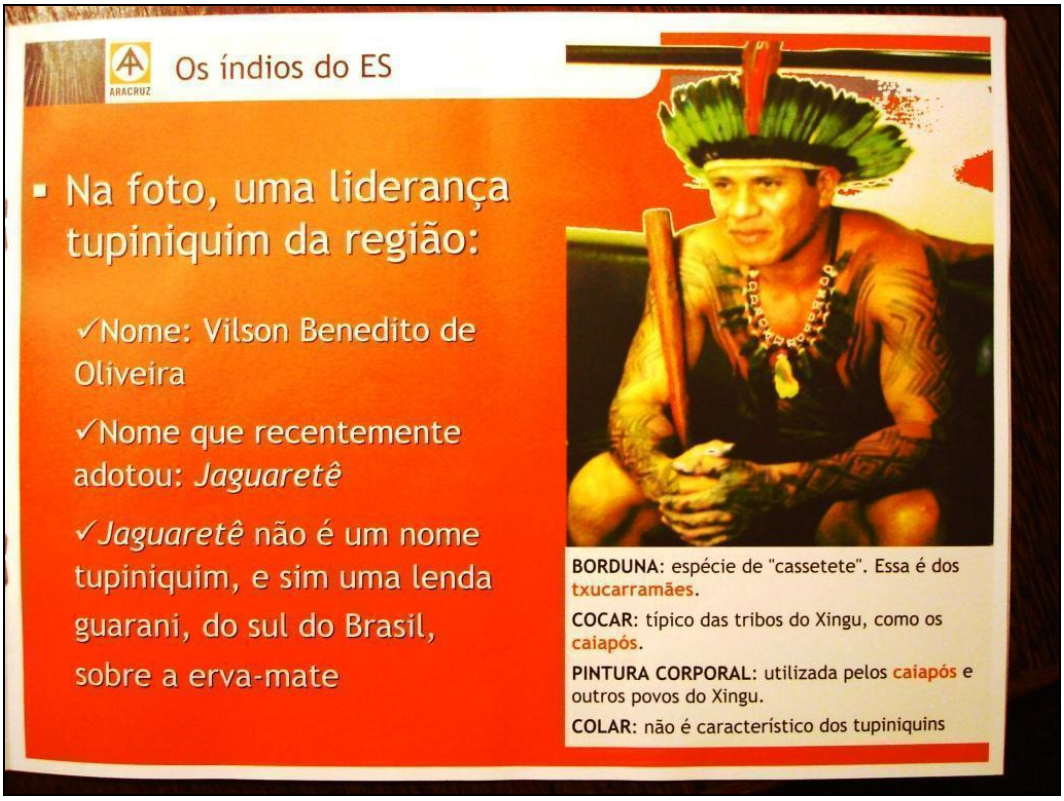
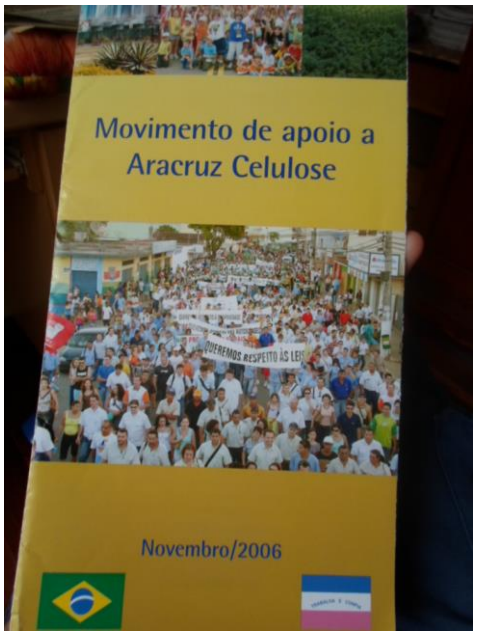


Imagem 19: "Os índios do ES", cartilha produzida pela Aracruz Celulose, pela qual a empresa foi condenada a indenizar os indígenas. Fonte: acervo pessoal.

- Distribuição de outdoors pela cidade de Aracruz:

Imagens 20, 21 e 22: "Outdoors", localizados nas imediações das aldeias Tupinikim e Guarani e da fábrica da Aracruz Celulose. Fonte: acervo pessoal.

- Criação do "Movimento de Apoio a Aracruz Celulose", vinculado aos sindicatos de trabalhadores e empresas diversas:



Imagens 23 e 24: “Movimento de apoio a Aracruz Celulose”, folder distribuído na cidade de Ararcruz.

- Promoção de passeatas nas cidades de Aracruz e Vitória, com a entrega de abaixo-assinado às autoridades políticas do ES:

24 A TRIBUNA - VITÓRIA-ES - DOMINGO - 17/09/2006

ECONOMIA

Cresce apoio à Aracruz

Índios fazem manifestação na Assembléia

Cerca de 200 índios das comunidades tupiniquim e guarani realizaram na última sexta-feira uma manifestação na Assembléia Legislativa, em Vitória. Eles pediram apoio ao processo de reivindicação das tribos que querem uma área de 11 mil hectares de terra, que hoje pertence à Aracruz Celulose, há cerca de três anos.

Durante entrevista coletiva, o cacique Diaguarete, de Caieiras Velha, falou que a "dignidade do seu povo estaria sendo dilacerada".

Na ocasião, o coordenador da Pastoral da Convivência Guarani, Adahyr Cruz, leu uma nota de repúdio às estratégias adotadas pela Aracruz Celulose.

A manifestação dos índios completou uma semana. Os integrantes das sete aldeias do município de Aracruz já derrubaram mais de 100 hectares de plantações de eucalipto, além de incendiarem árvores.

A decisão dos 11 mil hectares de terras só deve sair daqui a um mês. De acordo com informações do Ministério da Justiça, o laudo emitido pela Funai sobre o assunto já está sendo analisado pela Consultoria Jurídica do órgão, que dará um parecer em 30 dias. O parecer será analisado pelo ministro da

Movimento em defesa da empresa, que tinha 48 adeptos, conta com 80 instituições

A Aracruz Celulose já conta com o apoio de cerca de 80 empresas e entidades organizacionais contra as ações de tribos indígenas que reivindicam uma área de 11 mil hectares cultivada pela empresa, considerada a maior do mundo no setor de papel e celulose.

Inicialmente, o movimento a favor da Aracruz Celulose contava com 48 organizações. Na última semana, este número aumentou e a previsão é de que cresça nos próximos dias até a decisão do governo federal e da Justiça sobre a ação, segundo informações da assessoria de imprensa da empresa.

Na última sexta-feira, mais de 5 mil pessoas, entre trabalhadores da Aracruz, empresários e funcionários de empresas prestadoras de serviços, fizeram uma manifesta-

Imagem 25: “Cresce apoio à Aracruz”, A Tribuna, Vitória (ES), 17 de setembro de 2006.

- Publicação paga e orquestrada de notas de apoio à Aracruz Celulose nos jornais de maior circulação no ES:

SOLIDARIEDADE contra a BARBÁRIE e a DESORDEM

Como empresas aracruzenses, radicadas em Coqueiral de Aracruz, repudiamos a agressão que integrantes de comunidades que se intitulam indígenas estão praticando contra a propriedade da Aracruz Celulose e manifestamos nossa solidariedade a esta empresa, que é grande responsável pelo desenvolvimento de nosso município. Sua atuação tornou possível que o município de Aracruz se tornasse o terceiro colocado no ranking de participação dos municípios na fatia do ICMS. E vale destacar que a Aracruz responde, sozinha, por cerca de 80% da composição desse índice.

Atos como os que ocorreram na última segunda-feira (11/09) e na última quinta-feira (14/9), com incêndios, invasão de terras, derrubada de árvores, queima de madeira e coação de funcionários, bloqueios de estrada e impedimento aos locais de trabalho, não podem ser considerados como uma forma normal de protesto. Ao contrário, são sim um abuso e um desrespeito praticados por aqueles que dizem estar lutando por seus direitos. Mas os direitos da Aracruz e de seus trabalhadores também precisam ser respeitados.

Comprometidas que somos com o desenvolvimento e o crescimento econômico e social de nossa região, manifestamos nossa revolta e nossa indignação com o desrespeito aos direitos e leis estabelecidos e clamamos para que os poderes constituídos exerçam sua responsabilidade e interfiram de forma a por fim aos abusos que vêm sendo cometidos contra a Aracruz Celulose. As comunidades que vêm promovendo esses atos de vandalismo, que se intitulam indígenas, são orientadas por ONGs estrangeiras, com o objetivo de agredir empresas brasileiras que se destacam internacionalmente por sua competitividade, como é o caso da Aracruz Celulose.

PUBLICADO A PEDIDOS

Cangaço Revolucionário

O alvo era a "sociedade capitalista e patriarcal". O pretexto, o Dia Internacional da Mulher. E os instrumentos, taquaras e facas de mesa. Em pouco mais de meia hora, cerca de 2.000 delinqüentes atuando em nome de uma certa Via Campesina -congregação internacional da qual faz parte o MST- destruíram 5 milhões de mudas de eucaliptos das instalações do horto florestal da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.

Poucas vezes se viu manifestação tão obtusa. Segundo panfleto divulgado pela entidade, o objetivo era denunciar as "conseqüências sociais e ambientais do avanço da invasão do deserto verde criado pelo monocultivo de eucaliptos". Para tanto, ativistas camufladas com lenços de bandoleiros destruíram laboratórios e pesquisas em curso havia mais de 20 anos sobre cruzamentos genéticos e seleção de espécies.

Esse delito coletivo traz consigo carradas de autoritarismo, atraso, sectarismo e intolerância dignos de uma ditadura albanesa. São exatamente esses os ideais "revolucionários" professados pelo movimento. Seus integrantes, como o folclórico José Bové, são fantoches a repetir os lugares-comuns da vulgata marxista.

"Somos contra as enormes plantações de eucalipto, acácia e pinus para celulose." A gratuidade de motivações salta à vista. O mesmo gênero de justiceiros indignados com eucaliptos costuma destruir lanchonetes de redes norte-americanas -que também são alvo de multidões simpáticas ao terrorismo islâmico no Paquistão, por exemplo.

Que as autoridades brasileiras -especialmente as do governo Lula que nutrem indisfarçável apreço por MST e congêneres- abandonem a atitude complacente ao lidar com essas quadrilhas travestidas de agentes da mudança. É com polícia e processo judicial que se "dialoga" com quem invade e destrói. Esse cangaço não tem nada a ver com reforma agrária.

Editorial da Folha de S. Paulo, publicado no dia 10 de março de 2006.

Imagens 26 e 27: “Notas de apoio à Aracruz Celulose”, A Gazeta, Vitória (ES), 2006.

Informe Publicitário

O Brasil assusta e amedronta o mundo

Porque detemos 11% das reservas de água do mundo; porque temos em todo o país uma fronteira agrícola disponível de 85 milhões de hectareas. No Espírito Santo, com 0,5% da área nacional, dispomos de 600 mil hectares de pastagens degradadas. Com menos de 1/3 dessa área cultivada em eucalipto, seremos auto-suficientes em madeira. Temos tecnologia de ponta, somos competentes, competitivos, perseverantes e temos ultrapassado grandes obstáculos como: a má gestão do setor público, a corrupção desenfreada, os escândalos sucessivos envolvendo as maiores autoridades nacionais, as políticas comerciais desastradas, a legislação trabalhista ultrapassada, a maior carga tributária do mundo. Ao reverso, a Legislação Ambiental é das mais modernas do mundo, dificultando nossas atividades agropastoris, a previdência social é um descalabro e a insegurança generalizada, tanto nos lares como nas ruas e em nossas propriedades.

A quem interessa a prática de tantas mazelas que, não temos nenhuma dúvida, são programadas para obstaculizar o nosso crescimento?

Decididamente, trata-se de uma estratégia desenvolvida pelo Poder Executivo Federal, conjugado a movimentos ditos sociais e Terceiro Setor (ONGs, Ocips e algumas entidades sindicais), obedecendo táticas pré-concebidas com o objetivo principal de enfraquecer as nossas instituições e a nossa economia.

Enfraquecer o direito de propriedade, tanto pela aprovação de índices de produtividade irreais para que as empresas rurais percam o status de produtivas, como pela ação subsequente das invasões de terras financiadas com recursos públicos, fortalecendo os movimentos retrógrados ditos sociais – MST, MSLT, Quilombolas, etc – que só vivem para espalhar discórdia e tentar obstaculizar o crescimento nacional.

O exemplo mais recente e notório em nosso Estado está ocorrendo com a Aracruz Celulose, cujo pecado maior é o de liderar o mercado mundial de celulose branqueada, afrontando os apologistas da desordem.

Injustas campanhas difamatórias montadas aqui e transmitidas aos países consumidores do primeiro mundo, nossos clientes, retratando conflitos agrários planejados envolvendo índios e quilombolas em situações que não resistem a uma análise superficial de veracidade, têm como objetivo provocar o fracasso do agronegócio nas operações internacionais.

Com tantas dificuldades em solo capixaba, a Aracruz Celulose deverá certamente implementar sua expansão em outro Estado da Federação.

O esbulho, a invasão, o corte de madeiras, os incêndios provocados e praticados em ampla escala devidamente captados pela mídia ainda não registraram providência cabível das autoridades competentes, que costumam ser implacáveis quando ocorre, por exemplo, uma pequena queimada, ainda que acidental, com um pequeno produtor rural. É inconcebível que os pseudo-índios possam derrubar milhares de hectares de florestas plantadas sem que nenhuma providência seja tomada.

Na gravidade dos fatos vê-se claramente o risco de perda de vidas humanas, que os levianos e irresponsáveis incitadores ainda não conseguiram perpetrar.

Dentre os 100 mil empregos diretos e indiretos gerados pela cadeia de negócios da Aracruz Celulose, estão abrigados 3.318 produtores rurais, a maioria filiados a esta Federação, e seus familiares, sendo 2.393 do Espírito Santo que têm sua garantia de renda em terras cultivadas com eucalipto e impróprias para outras culturas auferindo renda líquida de R$ 650,00 por hectare por ano ou mais.

Faz parte do jogo a edição de normas administrativas inatingíveis, que complicam e burocratizam as relações do trabalho rural, criminalizando o produtor rural e beneficiando impostores que só querem tirar vantagens daquilo que não plantaram. Esbulho, furto, crime de ameaça de morte, roubo de madeira, fábrica de carvão, destruição de floresta etc. Uma prática de humilhação ao produtor, que vem transformando o nosso Estado numa verdadeira cubata africana.

A segmentação da representatividade política da agricultura brasileira mediante conceitos ideológicos, discriminando agricultores familiares e comerciais é outro acinte e intenção proposital de enfraquecer o setor.

A FAES, como representante legítima do agronegócio no Espírito Santo, protesta de forma veemente contra os crimes que estão sendo praticados contra a grande empresa Aracruz Celulose, esperando que as autoridades constituídas – Polícia Florestal, Ministério Público, Governo do Estado, Poder Judiciário e outros – passem a cobrar a um Estado de coisas que só tem desmoralizado o Estado do Espírito Santo e envergonha o nosso povo, que ainda não acordou para a gravidade da situação que se cria em Aracruz, onde as empresas legalmente constituídas, que dão empregos, que pagam impostos, que geram riquezas, são tratadas como marginais, enquanto os marginais – pseudo-índios, quilombolas, movimentos sindicais etc – gozam do apoio e do beneplácito de oportunistas que, infiltrados na mídia, na verdade só visam interesses próprios.

É preciso que se coloque um basta neste estado de coisas, antes que os crescentes prejuízos inviabilizem as atividades daqueles que acreditaram em nós e aqui implantaram os seus negócios. O Estado do Espírito Santo, precisa acordar para a gravidade da situação antes que fatos mais graves ocorram naquele próspero município capixaba.

FAES

Imagem 28: “O Brasil assusta e amedronta o mundo”, A Gazeta, Vitória (ES), 30 de setembro de 2006.

A articulação de técnicas de “terror” em diferentes dimensões criou, portanto, um ambiente de hostilidade para com os indígenas, alimentando inúmeros eventos discriminatórios em seu cotidiano de vida: comerciantes locais se recusaram a vender-lhes suas mercadorias (alimentos, materiais de limpeza, roupas, etc); crianças indígenas foram impedidas de entrar na escola por estarem pintadas de acordo com seus costumes; olhares ofensivos e falas agressivas foram-lhes dirigidos nos espaços fora das aldeias; até mesmo agressões físicas foram relatadas, como a registrada na fotografia da matéria sobre a ocupação do Portocel.

O discurso oficial do Estado misturou-se de tal forma a de outros atores políticos-econômicos que praticamente equalizou-se à voz de madeireiros, garimpeiros e latifundiários. O antropólogo Mércio Gomes Pereira, na época presidente da FUNAI (órgão criado, diga-se de passagem, a partir da retórica estatal de defesa e garantia dos direitos dos povos indígenas brasileiros) declarou à Agência de notícias Reuters, no dia 12 de janeiro de 2006 - apenas dois dias após a destruição das aldeias Córrego D´Oro e Olho D´Água pela Polícia Federal - que esses povos brasileiros já tinham terras demais: “Até agora, não há limites para suas reivindicações fundiárias, mas estamos chegando a um ponto em que o Supremo Tribunal Federal terá de definir um limite”. [80] Discurso que circulou na sociedade, nas mídias e nas ruas, reforçando uma engrenagem produtora de desigualdades e hierarquias sócio-culturais. Como uma máquina disseminada por todos os cantos da vida, inclusive naqueles considerados mais recônditos e íntimos do ser, a molecularização do fascismo está sempre a produzir sujeitos que se perguntam, ainda que silenciosamente: “índio precisa de mais terra para quê?”.

Esse caso faz saltar aos olhos duas questões importantes sobre o funcionamento do poder no contemporâneo. A primeira, já discutida no tópico das flechas conceituais, é que não é possível entendê-lo apenas por sua função repressiva, o que é evidenciado nas estratégias utilizadas pela multinacional ao estabelecer apoios mútuos com setores do Estado (executivo, legislativo, judiciário), mídia, igrejas, ONGs, escolas, faculdades e universidades, empresas, sindicatos patronais, comerciantes locais, etc. Machado (2013) circunscreve assim a discussão de

[80] Disponível em: <http://www.paiter.org/manifesto-contra-declaracoes-do-presidente-da-funai-mercio-gomes-que-propoe-limitar-o-direito-territorial-dos-povos-indigenas-do-brasil/>. Acesso em: 20 abril 2014.

Foucault sobre o poder: “seu objetivo básico não é expulsar os homens da vida social, impedir o exercício de suas atividades, e sim gerir a vida dos homens, controlá-los em suas ações”, de modo a diminuir “sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição” (p. 20), tornando-os politicamente “dóceis”.

A segunda questão que essas estratégias destacam é que o poder já não fabrica os indivíduos apenas em espaços fechados como a família, a escola, a fábrica, as prisões, os manicômios, os asilos. As reações da multinacional sublinham técnicas de contra-insurgência que funcionam a céu aberto, estriando paisagens onde as pessoas circulam livremente, tais como praças e vias públicas, por meio de feiras e outdoores, por exemplo; injetando material publicitário e tonalizando as matérias jornalísticas publicadas nas/pelas grandes mídias, de alcance massivo e imediato, mas também produzindo materiais específicos, como cartilhas, distribuídas em pontos estratégicos do território comercial, empresarial e financeiro; monitorando/intensificando informações por meio de palestras direcionadas a públicos específicos; incitando manifestações de rua, por meio da articulação de “movimentos populares”, com a participação de sindicatos que “emprestam” sua *expertise* de mobilização e liderança e de empresas que liberam seus trabalhadores no horário de trabalho para os dias de marcha; dentre outras técnicas mais tradicionais que visavam, por outro lado, limitar a movimentação de militantes e a expressão/constituição de outros pontos de vista sobre o conflito, por meio de ameaças, processos judiciais, destruição de aldeias, aparelhamento de movimentos, igrejas, faculdades, ONGs e etc.

Desta forma, tentou-se estriar a vida em todos seus aspectos, de modo que por onde se andasse, para onde se olhasse, o que se falasse, o que se pensasse, fosse determinado por uma única direção, por um único ponto de vista, por uma única fala, por um único pensamento. Uma monocultura existencial.

Hardt (2000), ao examinar o mundo globalizado de hoje, afirma que vivemos em uma sociedade mundial de controle, marcada por novas formas de poder e novos mecanismos de produção de subjetividade, mais difusos e móveis. O que na sociedade disciplinar era produzido nas famílias, escolas e fábricas, agora se estende para todo o campo social.

Machado (2013) afirma que Foucault, ao longo de suas investigações sobre a sexualidade, já apontava para dispositivos de poder que não eram apenas disciplinares,

> [...] isto é, [que] não atuam unicamente para formar e transformar o indivíduo pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância e o exame. Além de constituírem uma "anátomo-política do corpo-humano", centrada no corpo considerado como máquina, eles também se realizam por uma "biopolítica da população", pela regulação das populações, por um "biopoder" que age sobre a espécie humana, sobre o corpo como espécie, com o objetivo de assegurar sua existência (p. 29).

Esse poder se encarrega de produzir formas de existência serializadas e de controlar os ambientes que as sustentam, administrando e refinando mecanismos de produção de subjetividade. Não há mais fronteiras rígidas, espaços fechados, Estados nacionais que impeçam os fluxos de informação, de comunicação, de relação e de afeto circularem. Entretanto, ou, por isso mesmo, tenta-se prender a vida em sua quase totalidade, por uma série de mecanismos co-modulados em redes flexíveis de microconflitualidades, apostando-se na "serialização" e na reprodução dos modos de existência em sua dimensão biopolítica.

2.11 QUANDO O ARCO DISTENSIONA: COLETIVO-BOMBA

> Não desejamos ser como uma monocultura de eucaliptos, homogêneos, previsíveis, disciplinadamente organizados, mas sim uma exuberante mata nativa, grandiosamente heterogênea, capaz de se revelar diferente a cada momento e subversiva em sua expressão aparentemente estática, porém fortemente explosiva na geração e resistência para todos os tipos, formas e alternativas de vida. [81]

Quando a portaria declaratória do Ministério da Justiça foi publicada, em 2008, reconhecendo o direito dos Tupinikim ao território reivindicado, uma questão constantemente colocada pelos membros do coletivo se apresentou com toda carga de realidade, entrecruzada às inúmeras questões que orbitavam em torno de uma decisão vital para a existência da Brigada. Essa questão era: "e quando as terras forem demarcadas?".

---

[81] Poema "A Criação da Mata Viva", escrito por membro da Brigada Indígena para compor a cartilha do coletivo, produzida para ser distribuída no ato da Farsa do Verde de 2007.

O reconhecimento do direito a terra foi, indubitavelmente, uma vitória que disparou uma série de outras necessidades e demandas pelas quais se poderia afirmar, com razão, que a luta havia apenas começado. O grupo vivia o auge de sua força política e constituía um coletivo de ação que outros movimentos sociais organizados tinham como aliado. Além do mais, sua existência servia não apenas de instrumento para o fortalecimento da questão indígena, mas como foco de renovação da militância estudantil, há um bom tempo entretida com disputas partidárias e canalizada para a ocupação de espaços representativos de Centros Acadêmicos e DCEs. A Brigada oferecia alternativas a este campo político já bastante institucionalizado.

Lourau (1977), ao discutir o fenômeno da formalização dos movimentos sociais na década de 1970, afirma que um princípio de equivalência tem modulado as formações sociais desde a Revolução Francesa de 1789. Essa norma universal, formulada pelo pensamento iluminista em sua prática revolucionária, serviu como princípio regulador para as mudanças das instituições do antigo regime, regendo, teoricamente, a gênese das novas relações sociais. Sinais desse princípio podem ser visualizados na temática dos Direitos do Homem, do sufrágio universal e na definição dos pesos e medidas.

Marx, posteriormente, relaciona este princípio à lei do valor, afirmando que o dinheiro, mercadoria intercambiável por qualquer outra, é o equivalente geral do sistema capitalista.

> Es el principio de equivalência el que rige la génesis de las formas sociales, es decir, el proceso de institucionalización... el paso de los movimientos sociales a las estructuras más o menos estables y organizadas. *Institucionalizarse*, para una idea, un movimiento, un grupo, una tendencia, es *volverse equivalente a las instituciones ya existentes*, es ser reconocido, legitimado como forma social “normal”, es por tanto entrar em lo *instituido*” (LOURAU, 1977, p. 44).

O surgimento da Brigada a partir de uma ação específica (mutirão) e despropositada em relação aos desdobramentos que seguiram, com a formação de um coletivo tático ao passo dos efeitos produzidos por suas intervenções obrigam-na a defrontar-se com a finitude de sua tarefa e de sua própria existência.

A crueza eminente dessa possibilidade, ao invés de gerar um estado de angústia, abriu um processo de autoanálise permanente que, acredito, reverberou no modo

singular como esse coletivo se organizou e funcionou, configurando um campo de debate e fortalecimento coletivo, crítico das relações de poder que constituíam não somente ela, mas outros movimentos sociais organizados.

A questão fez a Brigada deparar-se com as portas da institucionalização. Não era esta a primeira ocasião. Membros já haviam sido convidados a filiar-se em partidos políticos e a Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil também já havia sondado o coletivo sobre a possibilidade de financiá-lo – caso tivéssemos existência jurídica – após presenciar uma das manifestações da Farsa do Verde. No primeiro caso, alguns aceitaram o convite, outros não. No segundo, a decisão implicava uma decisão coletiva sobre sua institucionalização.

Esse debate se pautou em duas preocupações: a ascensão das ações repressivas do Estado, como detenções de indígenas e quilombolas, abertura de processos judiciais, ameaças e notícias (advindas do próprio reitor da UFES à época) de que dois agentes da Polícia Federal lhe haviam “solicitado” a ficha dos “líderes” deste coletivo. Em segundo lugar e tão importante quanto: a formalização implicaria num risco concreto de burocratização e profissionalização.

Lourau (1977), discutindo um dos aspectos do princípio de equivalência que abordamos acima, afirma que o aparato jurídico sempre se impõe sobre um grupo quando este busca uma existência legal. Que, depois de alcançá-la, suas particularidades se tornam semelhantes à de outras associações.

> La singularidad del acto instituyente se olvida en provecho de la universalidad de la organización, la cual encuentra de grado o a la fuerza las normas, los procedimientos de admisión y de salida que son los mismos que la mayor parte de las otras organizaciones que manifestan el peso de lo instituído, vencedor de los caracteres instituyentes. El “proyecto” vivido como único y singular que corresponde a um grupo de hombres que se reunieron al comienzo por la lucha o el deseo de cambio, se apaga poco a poco como lo hace em el terreno religioso, la profecia al pasar a secta o Iglesia (LOURAU, 1977, p. 44).

A formalização da Brigada implicaria uma metamorfose fundamental em seu modo de funcionamento, sedentarizando-a em procedimentos burocráticos. Sua existência informal e provisória consistia numa estratégia de defesa importante, dificultando a identificação, localização e criminalização de seus membros. O lançamento de mais

uma ONG ou associação no espaço estatizado torná-la-ia presa fácil de técnicas de contra-insurgência instituídas, para, em pouco tempo, (pre) ocupá-la mais com a perpetuação de si mesma. E como disse, certa vez, uma liderança do MPA, ao falar da importância do tripé da formação, da organização e da luta para os movimentos sociais: “o movimento é como uma foice: se não usar, enferruja e perde o corte”.

O coletivo debateu, assim, os riscos implícitos de uma formalização e os vetores de um campo que o forçaria a modos hegemônicos de funcionamento, afetando seu caráter autônomo, dinâmico e horizontal. Sua conservação no tempo a partir de uma forma pré-estabelecida o inseria numa paisagem institucionalizada, despotencializando um determinado “fio de corte” que consistia na própria finalidade de sua existência.

Guattari (1981) elucida que as formações grupais podem acionar modos de funcionamento que lhe perspectivam um controle sobre a própria conduta, dificultando sua institucionalização, ou que, ao contrário, lhe submetem a uma heterodeterminação, fechando-as sobre si mesmas. Ele as denomina de grupo sujeito e grupo sujeitado, conceitos que podem ajudar nessa discussão.

Na prática, esses dois grupos não funcionam de forma absoluta, mas à maneira de dois pólos de referência, se tratando menos de espécies do que de vertentes da instituição.

Um grupo sujeito está sempre trazendo o risco de se sujeitar, de manter-se e eternizar-se como sujeito, oscilando entre as posições de uma subjetividade com vocação a tomar a palavra e a de uma subjetividade “alienada”. De acordo com Deleuze (apud Guattari, 1881, p. 104),

> [...] os grupos sujeitados não estão menos nos mestres por eles adotados do que nas massas que os compõem; a hierarquia, a organização vertical ou piramidal que os caracteriza é feita para conjurar toda e qualquer inscrição possível de *nonsense*, de morte ou de estilhaçamento, para impedir o desenvolvimento de cortes criativos, para assegurar os mecanismos de autoconservação fundados sobre a exclusão de outros grupos; seu centralismo opera por estruturação, totalização, unificação, substituindo as condições de uma verdadeira ‘enunciação’ coletiva por um agenciamento de enunciados estereotipados, cortados ao mesmo tempo do real e da subjetividade [...]. Os grupos sujeitos, ao contrário, se definem por coeficientes de transversalidade, que conjuram totalidades e hierarquias; eles são agentes de enunciação, suportes de desejo, elementos de criação institucional; através de sua prática, eles não param de se defrontar com o limite de seu próprio *nonsense*, de sua própria morte e ruptura.

Após cumprir o papel a que se propôs, a Brigada discutiu, assim, sua autodissolução. Posições divergentes quanto essa ruptura não possibilitaram uma decisão final unificada, já que não houve consenso quanto a isso. Entretanto, seu próprio modo de funcionamento conduziu o processo nessa direção: sem estruturas físicas e organizativas estáveis, seus membros sempre vagaram como nômades pelos territórios de luta. As reuniões e ações tornaram-se cada vez menos povoadas, a ponto de não sabermos identificar, ao certo, o fim do coletivo.

Seus membros, por sua vez, inseriram-se em diversos outros movimentos e movimentações. [82] Em 2008, quando o coletivo já estava extinto, o protesto na Farsa do Verde ainda assim ocorreu. A Brigada, que em determinado momento disparou essa ação, o fez de tal forma que conseguiu colocá-la como uma questão de todos, abrindo um “campo de possíveis” em que a luta contra o intolerável independe de uma única organização. Ao contrário, conseguiu evidenciar que toda e qualquer luta pode ser travada por todos e qualquer um.

[82] A diferença entre movimentos e movimentações será trabalhada na entrada a seguir.

3 ACAMPAMENTOS REBELDES CONTRA A MÁQUINA ESTATAL

Em 2006, quando me formei no curso de Psicologia da UFES, o conflito entre os Tupinikim-Guarani e a Aracruz Celulose estava à "todo vapor", expandindo-se por meio de técnicas de combate que ressoavam seus efeitos em redes[83] cada vez mais ampliadas.

As forças que insurgiam nesse campo produziam aberturas significativas no tempo-espaço das relações de poder e resistências locais, frestas pelas quais a Brigada se inseria com ações de ruptura do muro de silêncio, consenso e infâmia construído em torno da luta pela terra.

Durante os três anos de participação/formação intensiva nessas experiências rebeldes constituiu-se em mim uma aposta nos processos coletivos de resistência, que levaram-me a compor outras experimentações sociais e políticas na região metropolitana da Grande Vitória. [84]

Em meio a estas vivências ingressei no mundo do trabalho formalizado em emprego, atuando como psicólogo do Programa de Proteção a Testemunhas Ameaçadas de Morte[85] (Provita-ES) e, posteriormente, no Centro de Referência em Assistência

---

[83] Conforme abordamos no tópico referente à Brigada Indígena, entendemos redes como uma "pluralidade irredutível de nodos em comunicação uns com os outros" (HARDT; NEGRI, 2005, p. 120), na qual "a redução a uma estrutura de comando centralizada e unificada é impossível" (idem).

[84] Estamos nos referindo aqui ao processo de construção de Assembleias Populares, experiência que será abordada posteriormente. Por ora, vale dizer que as Assembleias Populares constituem experiências de construção de fóruns de organização popular em ruas, bairros, municípios, estados e país. "Todo o processo foi fruto de um sentimento de descrença popular na política representativa em seus diversos níveis: Parlamentar, Sindical e na direção dos próprios movimentos sociais. A Assembleia Popular não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Ela vem de um contexto internacional que começou por volta do início da década de 90 e ganhou força no início do século XXI. Este fenômeno, da busca por democracia direta, veio em conseqüência das vitórias eleitorais de partidos identificados como 'esquerda' na Europa e América Latina. Parte do eleitorado destes partidos queria mudanças estruturais mais profundas e se sentiram frustrados com os governos, identificando nestes uma continuação do projeto Neoliberal. Dentro desta onda pela democracia direta podemos identificar: O movimento Zapatista e a Assembleia Popular de Oaxaca, no México, os movimentos Bolivarianos na Venezuela, Bolívia e Equador, Movimento de Fábricas Recuperadas da Argentina, dentre outros". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleia_Popular>. Acesso em: 23 fev. 2014.

[85] Atuação compreendida entre o período 2006-2008. O Provita visa a proteção de vítimas e testemunhas de crimes, expostas a grave e atual perigo em virtude de colaboração ou declarações prestadas em investigação ou processo penal. Apesar de ser uma política estatal normatizada pela Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, o Programa é executado por organizações não governamentais com a justificativa de que a maioria dos "ameaçadores" são agentes do

Social (CRAS), [86] serviços nos quais essa aposta foi cotidianamente atualizada como princípio norteador de minha atuação profissional. Desde o ingresso nesse *mundo* passo, entretanto, a lidar e a me incomodar com os limites, as possibilidades e os modos de viver uma *militância* por *dentro* do aparelho de Estado.

***

Antes de nos atentarmos para essa relação problemática faz-se necessário, no entanto, compreender a que práticas de militância nos referimos, uma vez que tal compreensão produz modos variados de perceber e conceber os processos de transformação social e de ação política. Podem tanto homogeneizá-las e submetê-las a hierarquizações ou multiplicá-las, proliferando aberturas a outros sentidos e modos de intervenção. Para esse estudo, utilizaremos uma perspectiva genealógica, [87] apresentando alguns dos principais processos constituintes desse termo, tentando escapar de concepções reduzidas e sentidos unitários conferidos a práticas readaptadas e reinvestidas ao longo do tempo de acordo com novas e diferentes situações, problemas e estratégias de poder.

---

próprio Estado (policiais e políticos). Para o desenvolvimento desse trabalho utiliza-se como metodologia a "reinserção social das pessoas em situação de risco em novos espaços comunitários, de forma sigilosa e contando com a efetiva participação da sociedade civil na construção de uma rede solidária [...]". Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/cgpvta/sistema.htm>. Acesso em: 30 mar. 2014. No ES, a ONG Centro de Apoio aos Direitos Humanos Valdício Barbosa dos Santos (CADH) é quem opera o Programa.

[86] Atuação compreendida entre o período 2008-2012. De acordo com sitio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), do governo federal, o CRAS é "uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). (...) responsável pela oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social. [...] visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida". Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>. Acesso em: 30 mar. 2014.

[87] O método genealógico de Michel Foucault (2013) é um modo de escrever a história como pergunta/problema, operando com a multiplicidade de acontecimentos dispersos e heterogêneos, sem buscar origens primeiras: "O que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate" (p. 59). Esse método busca romper com um modo causal, linear e teleológico de escrever a história: "A história, genealogicamente dirigida, não tem por fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, ao contrário, se obstinar em dissipá-la, [...] ela pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam" (p. 83).

3.1 PRÁTICAS DE MILITÂNCIA

No dicionário Aurélio[88] encontramos:

> militante. [Do lat. militante.] Adj. 2 g. 1. Que milita; combatente. 2. Que atua; participante. 3. Que funciona ou está em exercício. «S. 2 g. 4. Aquele que está engajado na luta por uma causa, uma idéia, um partido, etc. 5. Aquele que adere sem restrições a uma organização política, sindical, etc., e que participa intensamente da vida dessa organização. 6. Aquele que pertence a alguma das organizações apostólicas da Igreja. • S. m. 7. Ant. Soldado, guerreiro.

Como percebemos na definição acima, o termo militância designa acepções religiosas, políticas e militares. Historicamente, no entanto, sua primeira articulação semântica se processa especificamente no campo militar-religioso.

O vocábulo advém do latim *militantia*, de *militans*, particípio de *militare*, "servir como soldado", de *miles*, "soldado" e seu uso origina-se no domínio eclesiástico para designar os militantes da Ordem dos Cavaleiros Templários, [89] organização criada no ano de 1118, no contexto das Cruzadas. [90]

Essa organização, composta por monges guerreiros, tinha a missão de proteger (das investidas dos muçulmanos) os peregrinos em seu percurso à Jerusalém, assim como os reinos cristãos estabelecidos na *Terra Santa.* [91] Seus soldados estavam entre as mais qualificadas unidades de combate das Cruzadas, sendo conhecidos

---

[88] Ver FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3.ed. totalmente revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1337.

[89] A Ordem dos Cavaleiros Templários, conhecida também como Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão foi uma "organização que existiu por cerca de dois séculos na Idade Média, fundada no rescaldo da Primeira Cruzada de 1096, com o propósito original de proteger os cristãos que voltaram a fazer a peregrinação a Jerusalém após a sua conquista. Os seus membros fizeram voto de pobreza e castidade para se tornarem monges, usavam mantos brancos com a característica cruz vermelha, e o seu símbolo passou a ser um cavalo montado por dois cavaleiros. [...] A Ordem tornou-se uma das favoritas da caridade em toda a cristandade, e cresceu rapidamente tanto em membros quanto em poder [...]. Levando uma forma de vida austera, os Templários não tinham medo de morrer para defender os cristãos que iam em peregrinação à Terra Santa. [...] Quando presos, rechaçavam com desprezo a liberdade oferecida em troco da apostasia, permanecendo fiéis à fé cristã". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_dos_Templ%C3%A1rios>. Acesso em: 4 abril 2014.

[90] Denomina-se Cruzada "qualquer um dos movimentos militares de inspiração cristã que partiram da Europa Ocidental em direção à Terra Santa (nome pelo qual os cristãos denominavam a Palestina) e à cidade de Jerusalém com o intuito de conquistá-las, ocupá-las e mantê-las sob domínio cristão. Estes movimentos estenderam-se entre os séculos XI e XIII". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzadas>. Acesso em: 4 abril 2014.

[91] Como denominavam a região da Palestina.

como o “terror dos maometanos”. Como unidade militar, nunca foram muito numerosos: no auge da Ordem, não passavam de 400 (quatrocentos) cavaleiros em Jerusalém. Todos faziam voto de pobreza e castidade e levavam uma forma de vida austera, pronta a oferecê-la na proteção dos peregrinos.

Além do combate armado, o soldado dessa milícia tinha como tarefa a divulgação da fé católica, constituindo-o como um ser obstinado e abdicado, “que luta em defesa de uma causa e propaga as ideias relativas a ela” (SILVA, 2003, p. 64).

Uma segunda articulação semântica se processa especificamente no campo político-religioso. Antes do século XVI não havia organizações partidárias que se orientavam pela vontade ou projeto de transformar a sociedade por meio de atividades políticas planejadas.

A primeira manifestação, digamos assim, dessa moderna militância ocorre no contexto da Reforma Protestante, a partir da corrente teológica calvinista, que prega a ideia de homens escolhidos com deveres e tarefas para a construção de uma *república cristã*.

> A novidade no calvinismo está na indução dos fiéis à militância nas instituições políticas nascentes e que tinham por objetivo levar certos grupos a ocupar posições de poder político no Estado e na sociedade. O calvinismo emprega pela primeira vez meios e métodos racionais, como: a impressão de jornais, a confecção de normas e regulamentos de conduta, a ocupação de cargos estratégicos [...] (SOUZA, 1999, p. 134).

Diferente da ação dos Templários, que da sua militância esperavam a recompensa da graça divina numa vida após a morte, o calvinismo valorizava a ação neste mundo. Seu líder e teólogo elaborou uma doutrina que pregava a disciplina e a obediência, transformando “o trabalho em culto de ação de graças ao Senhor” (SANT´ANNA, 2001, p. 19). Este deveria ser realizado “da forma mais metódica possível, com o maior grau de racionalização, otimizando os recursos e maximizando os resultados, como era compatível com a conduta dos eleitos”. As conquistas empreendidas no campo religioso, político e econômico passaram, assim, a serem vistas como dádivas de Deus, engendrando, “segundo Weber, o espírito ao capitalismo, produzindo empresários e trabalhadores ideais para a consolidação de uma nova ordem social [...]” (SANT´ANNA, 2001, p. 20).

Essa atividade militante religiosa foi reinvestida no século seguinte, numa esfera militar *strictu sensu*. Até esse momento, os exércitos eram compostos por unidades mercenárias que atuavam apenas nos períodos de guerra. No intuito de disciplinar essas forças e torná-las politicamente confiáveis, a maioria dos Estados europeus começa a formar exércitos permanentes, treinando

> [...] o soldado para ser um combatente disciplinado, ciente do seu dever, voluntarioso, persistente, tenaz, formando-o para ter um comportamento de obediência e respeito à hierarquia, para estar totalmente entregue à organização e subordinado a um objetivo final (SOUZA, 1999, p. 133).

Paralelamente a esta reformulação das forças armadas no interior dos Estados nacionais, a ação militante dos calvinistas associada ao espírito revolucionário burguês começou a declinar com o advento da Revolução Francesa, quando a burguesia concentrou suas atividades no ordenamento da sociedade capitalista.

Na segunda metade do século XIX, a Revolução Industrial constituiu solo fértil para a emergência de uma nova classe de trabalhadores operários. O termo “militante”, então, ultrapassa seu sentido propriamente religioso e/ou militar, referindo-se prioritariamente aos militantes de “esquerda”, [92] agentes que atuam numa organização sindical ou partidária voltada para a conquista do Estado e para a transformação total da sociedade.

As teorias socialistas tiveram grande força no interior dessas organizações, constituindo espaços de intensa participação popular que formaram e reuniram lideranças de movimentos revolucionários em diversos países, tais como Rússia, China, Cuba e Vietnam (para citar apenas os mais famosos).

Nosso debate, entretanto, não pretende se ater às teorias de organização desses movimentos, mas sim aos efeitos de produção de subjetividades militantes em relação às quais se atualizam, se opõem, se desviam, se articulam essas práticas políticas no contemporâneo.

---

[92] Os termos "esquerda" e "direita" apareceram durante a Revolução Francesa e o Império de Napoleão Bonaparte, quando membros da Assembleia Nacional se dividiam entre àqueles que sentavam à direita do presidente parlamentar e se identificavam como partidários do antigo regime e aqueles que sentavam à esquerda desse presidente e se identificavam como simpatizantes da revolução.

3.2 MODO MILITÂNCIA-VANGUARDA

Os movimentos sociais que pululam na primeira metade do século XX enunciam certo modo militância-vanguarda de fazer luta política.

Lênin, considerado um dos principais líderes e teóricos da Revolução Russa entendia, por exemplo, que os trabalhadores eram incapazes de criar, por si mesmos, um movimento revolucionário. As massas sempre estariam limitadas ao espontaneísmo e ao economicismo. A única forma de superação desses limites e de criação de um movimento revolucionário sólido, estável e contínuo dar-se-ia por meio da formação de uma vanguarda de militantes especializados, de profissionais totalmente dedicados às tarefas da Revolução, disciplinados e subordinados a um comitê central, com a responsabilidade de conscientizar e conduzir as massas (SOUZA, 1999, p. 136).

Che Guevara atualizou as reflexões de Lênin no contexto da Revolução Cubana. Para ambos, o partido de vanguarda e a ação exemplar de seus militantes eram catalisadores fundamentais do processo de desenvolvimento histórico. “A dedicação pela causa, o sacrifício em nome da nova sociedade, a responsabilidade, o altruísmo radical são as marcas deste militante que Guevara acredita ser produto e agente da revolução” (SOUZA, 1999, p. 138).

A alemã Rosa Luxemburgo, por sua vez, criticou a forma leninista de pensar o processo e a organização revolucionária. “Segundo ela, a centralização nunca poderia significar a submissão cega da massa, ou do próprio militante a um comitê dirigente. [...] o risco seria o aparecimento de uma autocracia partidária” (SOUZA, 1999, 138).

Já o italiano Antonio Gramsci afirmou que a construção da democracia, do autogoverno e da hegemonia operária passaria pela “superação do controle militar das massas, onde impera a manipulação, a moralização e a sedução através de mitos messiânicos” (GRAMSCI apud SOUZA, 1999, p. 139).

A despeito das críticas destes autores marxistas, as organizações socialistas do século XX reforçaram a procedência militar e religiosa desta atividade. Seus quadros são formados com base nos valores da disciplina, obediência, sacrifício, entrega,

subordinação, voluntarismo, traços que constituem o modo militância-vanguarda da modernidade. Apesar do êxito de suas ações armadas, que os levaram a conquistar, ocupar e chefiar a máquina administrativa do Estado em muitos países, os organismos que construíram a fim de “libertar o proletariado” foram transformados em “instituições burocráticas e autocráticas”, em cujos espaços se reproduziu a “exploração e a dominação” (SOUZA, 1999, p. 139).

Tais efeitos conduziram muitas organizações e militantes a uma crise indagativa sobre suas práticas e de que forma elas contribuíram para a (re) produção dessa lógica distintiva entre governantes-governados em todo tecido social.

3.3 POR UMA MILITÂNCIA NÃO-FASCISTA

> Como fazer para não vir a ser fascista mesmo quando (sobretudo quando) se crê ser um militante revolucionário? Como desembaraçar nossos discursos e nossos atos, nossos corações e nossos prazeres do fascismo? Como caçar o fascismo que se incrustou em nosso comportamento?
> (FOUCAULT, 1994, p. 83-84).

> É muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 85).

Os efeitos de burocratização, centralização, exploração e dominação dos organismos criados para levar uma certa ideia de *Revolução* a termo sinalizam a totalização de um modo de ação política no qual o militante socialista foi constituído e se constituiu como se fosse “sabedor do destino da história” (CASTORIADIS apud SOUZA, 1999, p. 139).

Os mecanismos que engendraram esse modo de funcionamento encontram-se na genealogia que vimos traçando e evidenciam a atualização de valores religiosos e militares nessas práticas. Como afirma Souza,

> Existe um poder e um saber que, de certo modo, envolvem, penetram e reproduzem este militante com uma incrível capacidade de institucionalizar os conflitos e normatizar o social. A eficácia do militante está na sua habilidade para imprimir os signos da totalidade na prática social. A racionalidade totalitária manifesta o desejo de nivelar o instituinte e o instituído. Ser militante, sob estas condições, implica em absorver a vontade de controlar o imprevisível e dominar o devir, o que, ressalta Lefort, implica

em abolir o histórico na história (1999 p. 140).

No final da década de 1960, entretanto, uma explosão de mobilizações segmentares (indígenas, negros, feministas, homossexuais, ambientalistas, etc) faz ruir a concepção segundo a qual as lutas sociais se fortalecem politicamente somente à medida que se integram numa organização centralizada e unificada, produzindo crises no modo militância-vanguarda que alteram as paisagens relativas ao funcionamento dos movimentos sociais.

***

Nossa aposta se dá num devir-revolucionário que contemple a invenção e a coexistência de diferentes modos de luta. Assim, na contramão de críticas desqualificadoras, descompromissadas e naturalizantes, não pretendemos discutir as práticas de militância como se fossem portadoras de uma natureza totalitária inescapável e, muito menos, queremos fortalecê-las como monopólio de uma elite esclarecida.

Ao problematizá-la, acreditamos que podemos contribuir para a produção de aberturas neste campo privilegiado de ação-intervenção política, potencializando relações sociais rebeldes não hegemônicas; legitimando essas ações como práticas de diferentes sujeitos; a serem experimentadas em qualquer espaço e contexto.

Discutir a militância a partir das ações de rebeldia dos trabalhadores de uma Política estatal não se deve, portanto, a avaliações políticas e/ou identificações de lugares estratégicos e prioritários onde os processos de transformação social podem ser melhor ensejados, pois acreditamos que esses não se dão *a priori*.

Não negamos, com isso, que existam diferenças de funcionamento no diagrama das relações de saber-poder, como também no esquadrinhamento espaço-temporal, nos quais se investem distintas tecnologias de contra-insurgência, que aí são testadas e moduladas. Se assim não o fosse, o Estado não procuraria capturar e integrar os movimentos sociais na sua lógica de funcionamento – tal como operada nos espaços institucionalizados de participação – e, muito menos, haveria a necessidade de esses movimentos debaterem questões de tática e estratégia. Os Tupinikim-

Guarani, por exemplo, nos mostraram que se a luta pela terra fosse travada estritamente por dentro da máquina administrativa do Estado, suas ações seriam facilmente neutralizadas e o efeito dessa participação seria inócuo diante do imbricamento de interesses em jogo. Suas batalhas, ao estabelecerem-se, principalmente, em outros espaços, por outros vieses, muitas vezes contrários ao modo de funcionamento estatal, evidenciaram a atualização desta máquina de extermínio e genocídio das populações minoritárias. Acionário, beneficiário e porta-voz dos interesses da multinacional Aracruz Celulose (atual FIBRIA), o aparato jurídico, militar, econômico e político do Estado foi mobilizado para manter e criar as condições ideais de um desfecho favorável para a empresa, o que os indígenas evidenciaram e frustraram numa resistência multitudinária e em rede.

Assim, diferente da figura do militante profissional, especialista em mudanças sociais (LUDD, 2002), burocrata da revolução (FOUCAULT, 1994), membro obediente e disciplinado de coletivos hierarquizados e permeados de profundas razões de Estado, as práticas de militância que nos referimos “não tem pretensão alguma de representar as necessidades humanas fundamentais dos explorados” (HARDT; NEGRI, 2005, p. 436). Trata-se de uma modalidade que não opera procurando uma unidade na variedade, nem funciona na lógica da reprodução, unificação e totalização.

Falamos, ao contrário, de um modo de militância que funciona na lógica da diferença, que se “orienta em direção à multiplicidade, ao dialogismo, à plurivocalidade” (LAZZARATO, 2006, p. 159), a partir da instauração e ampliação de “ligações laterais” (FOUCAULT; DELEUZE, 2013, p. 74), do investimento e aposta em “processos de singularização, de auto-organização, de auto-valorização” (GUATTARI; NEGRI, 1987, p. 8). Desta perspectiva,

> O militante não é aquele que detém a inteligência do movimento, que resume em si suas forças, que prevê as escolhas, que extrai sua legitimidade da capacidade de ler e de interpretar as evoluções do poder, mas é simplesmente aquele que introduz uma descontinuidade naquilo que existe. Ele faz bifurcar os fluxos de palavras, de desejos, de imagens, para colocá-las a serviço da potência de agenciamento da multiplicidade; ele reconecta as situações singulares, sem se colocar em uma perspectiva superior e totalizante. É um experimentador (LAZZARATO, 2006, p. 235).

A militância se torna, desta forma, uma “atividade positiva, construtiva e inovadora”

(HARDT; NEGRI, 2005, p. 436), que faz da “resistência um contrapoder e da rebelião um projeto de amor” (p. 437). Desejo, como diria Paulo Freire (1987, p. 107), de “criação de um mundo em que seja menos difícil amar”, ou, como afirmam os Zapatistas: “de criação de um mundo em que caibam outros mundos”.

Esse militante contemporâneo já não se reduz à lógica dos *movimentos sociais*, se entendidos como grupos organizados, portadores de reivindicações, bandeiras, *palavras-de-ordem*, projetos e programas em torno de um ideal (um vir-a-ser). Para falar desse novo militante precisaremos falar de outros modos-movimento, denominados aqui de *movimentações.*

3.4 MOVIMENTAÇÕES

Heckert e Algebaile (2002, p. 3) argumentam que as perspectivas teóricas que analisam os fenômenos de transformação social, enfatizando apenas o “momento explosivo revolucionário”, não conseguem captar “outros aspectos dos processos de mudança”, ou seja, “os valores que orientam as ações, as *movimentações* e persistências, a imprevisibilidade e, conseqüentemente, a impossibilidade do controle absoluto dos processos sociais”. Essas tendências teóricas, afirmam, acentuam suas análises apenas nas intervenções deliberadas e nos programas de ação racionalmente orientados a fins pré-determinados. Sem desprezarem “a importância histórica das ações revolucionárias clássicas” (p. 2), as autoras problematizam se desta forma tais correntes e tendências não estariam a reduzir nossa capacidade de análise a um modelo único, nos tornando “incapazes de ouvir o tempo vivido” (p. 2) e limitando nosso olhar para outras formas possíveis de transformação a “realizar-se a partir de modificações moleculares” (p. 4).

> [...] ainda que sutis, ou exatamente por isto, [estas transformações moleculares] tornam-se matrizes de novas modificações que, progressivamente, alteram as composições anteriores de forças, tanto quanto alteram os quadros e formas de pensamento e ação que com elas guardam correspondência (HECKERT; ALGEBAILE, 2002, p. 4)

Nessa perspectiva de análise, consideramos que as lutas sociais e políticas não são

disparadas apenas por “iluminações súbitas”, conscientes e racionais: pela “tomada de consciência”, como diria o jargão de tradição marxista, operador revolucionário que tende a subordinar os *movimentos sociais* e a política à realização de um Projeto (LAZZARATO, 2006, p. 19). Mas, também, pela eclosão de uma nova sensibilidade (ZOURABITCHIVILI, 2000).

As *movimentações* configurariam, assim, períodos de ascendência viva das lutas, disparadas por formas provisórias e mutantes de interpelação do instituído. Suas ações e deslocamentos não se caracterizariam pelo que está previamente fixado em bandeiras ou programas, mas por um processo instituinte produtor de acontecimentos. Para Heckert e Algebaile (2002)

> O uso do termo “movimentações” resulta da tentativa de apreensão de alterações em valores, sentimentos, concepções, condutas e ações que compreendemos como constituintes dos complexos processos de mudança da vida social, mas que se diferenciam e, portanto, são irredutíveis às noções de ação organizada e de mudança associadas ao conceito de “movimentos sociais”, mais referido a formações institucionalizadas, ainda que em diferentes níveis e formas (p. 3).

Em suma, poderíamos dizer que os *movimentos* estão voltados para a realização de possíveis, enquanto que as *movimentações*, por sua vez, criam possíveis, novas possibilidades de vida, novos modos de existência. Esses processos, no entanto, não estão separados: um pode emergir do outro e vice-versa. Nessa política das *movimentações*,

> O militante propõe iniciativas, ele está na origem dos novos começos, não segundo a lógica da realização de um plano ideal, de uma linha política que concebe o possível como uma imagem já dada, mas segundo a inteligência concreta da situação da multiplicidade, que o obriga a colocar em questão sua própria identidade, sua visão de mundo e seus métodos de ação. (LAZZARATO, 2006, p. 235).

3.5 O QUE PODE UMA MILITÂNCIA “POR DENTRO” DO APARELHO DE ESTADO?

> [C]omo afinal se movimentar e resistir “de dentro” dos poderes, como lutar “de dentro” do capitalismo sabendo que, por exemplo, diante de empreendimentos corporativos que capitalizam o comum, sempre podemos contrapor a multidão (Primavera Árabe, 15M na Espanha, Occupy Wall Street, os protestos de junho de 2013 e manifestações em todo o Brasil) que vem “hackeando” os sistemas de monetização da vida e se apropriando de suas ferramentas e tecnologias para produzir resistência, turbulências, desvios, invenções (BENTES, 2013, p. 9).

Na época em que fui convocado para trabalhar na PMV, minhas experiências de militância concentravam-se no processo de construção de Assembléias Populares em bairros periféricos da região metropolitana da Grande Vitória, experimentação que desenvolvia junto a militantes de um partido político não-eleitoral, de inspiração marxista-leninista, denominado Consulta Popular (CP), do qual participei durante um curto período após a autodissolução da Brigada Indígena.

O CP surgiu em 1997, impulsionada por militantes de setores populares e de movimentos sociais – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – que “não aceitavam a lógica da política imposta pela esquerda eleitoral”, [93] contentes “com a perspectiva de serem apenas gerentes da máquina administrativa” [94] do Estado.

De acordo com seu sítio eletrônico, [95] a atuação do CP se apóia no “processo de retomada do trabalho de base, da formação e das lutas de massas”, no qual a “organização é uma ferramenta [...] um meio, não um fim”. O motivo da organização existir “não é criar mais uma estrutura de poder, voltada para alimentar uma nova burocracia”, mas ser “uma ferramenta que somente faz sentido enquanto serve para a luta revolucionária [...]. Isso também exige a formação de militantes que não são apenas agitadores e propagandistas, mas construtores nos espaços populares”.

A Assembleia Popular (AP), por sua vez, consistia, basicamente, numa estratégia metodológica para a implementação de fóruns de debate, discussão e articulação de forças sociais na construção de projetos coletivos no local de moradia das pessoas: ruas, bairros, cidades, estados e país. A AP consolida-se como uma ampla estratégia

---

[93] Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>. Acesso em: 6 abril 2014.
[94] Idem.
[95] Idem.

de “trabalho de base” no ano de 2005, num encontro que reuniu cerca de 8.000 (oito mil) militantes de diversas redes e movimentos sociais em Brasília.

Sua experiência embrionária remete à realização da 3ª Semana Social Brasileira, [96] organizada pela Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o tema do resgate das dívidas sociais; num processo que se desenvolveu a partir da criação e capilarização de grupos de reflexão e mobilização por todo o país, conduzido por parte dos setores mais progressistas da Igreja Católica Romana.

Desta Semana nasceu a campanha “O Jubileu Sul”, movimento que ganhou dimensões globais ao reivindicar a anulação da Dívida Externa de países africanos, asiáticos e latino americanos. Os articuladores dessa campanha, por sua vez, organizaram no ano de 2000 o plebiscito sobre a dívida externa e, em 2002, o plebiscito popular sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). [97] Ambas

---

[96] “As Semanas Sociais são parte da ação evangelizadora da Igreja em muitos países. A França já celebrou o centenário na realização de Semanas Sociais. A Itália encerrou a sua 46ª semana social em outubro de 2010. [...] Mesmo com formatos diferenciados, as semanas sociais articulam as forças populares e intelectuais para debater questões sócio-políticas relevantes [...]. A década de 1990 foi marcada pela realização das Semanas Sociais Brasileiras (SSB) advindas de um rico processo de mobilização popular das décadas de 1970-80, onde nasceram e se fortaleceram as pastorais sociais, que juntamente com numerosos movimentos e organizações sociais iniciaram o debate para construir o Projeto Popular para o Brasil”. Disponível em: <http://www.semanasocialbrasileira.org.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 6 abril 2014.

[97] “A ALCA foi uma proposta feita pelo presidente dos Estados Unidos Bill Clinton durante a Cúpula das Américas, em Miami, no dia 9 de Dezembro de 1994, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, exceto Cuba, formando assim uma área de livre comércio, cuja data limite seria o final de 2005. Na reunião de Miami foram assinados a Declaração de Princípios e o Plano de Ação. A estratégia era de gradualmente suprimir as barreiras ao comércio entre os estados-membros, prevendo-se a isenção de tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os países associados. Uma vez implementada, a ALCA se tornaria o maior bloco econômico do mundo - englobando também as áreas do NAFTA (América do Norte) e do Mercosul (América do sul). O bloco representaria um PIB de mais de US$ 20 trilhões, reunindo uma população de aproximadamente 850 milhões de pessoas. [...] Segundo documentos oficiais vazados pelo site Wikileaks em 2011, o governo dos Estados Unidos atribuiu ao governo brasileiro, e mais especificamente ao Itamaraty, a responsabilidade pelo fracasso na criação da ALCA, assim como pelos impasses criados nas negociações (não concluídas) da Rodada de Doha, na Organização Mundial do Comércio. Segundo os documentos do governo americano, o Ministério das Relações Exteriores brasileiro considerava que a ALCA serviria basicamente para facilitar a dominação econômica dos Estados Unidos sobre continente. Ainda de acordo com os relatórios, o Brasil não se empenhava pela ALCA em razão das suas próprias metas políticas "que incluem um papel de liderança na América do Sul com um enfoque vigoroso no desenvolvimento e na agenda social, e que às vezes colidem em sua busca de certos interesses econômicos nacionais". O Brasil, na visão dos Estados Unidos, pretendia, além de exercer uma liderança regional, "ser a força motriz por trás da revigoração do Mercosul" e, para "reforçar os laços regionais", fez acordos com vários países vizinhos - Argentina, Venezuela, Bolívia, Colômbia e Peru -, através do BNDES. Os documentos mostram também que, depois de ensaiar uma estratégia de enfraquecer o Itamaraty, favorecendo setores do governo favoráveis à implementação da ALCA, como o Ministério da Agricultura, os Estados Unidos simplesmente desistiram da ideia”. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81rea_de_Livre_Com%C3%A9rcio_das_Am%C3%A9ricas>.

as atividades constituíram uma ampla experiência de formação política e participação social que envolveu milhões de brasileiros: seis milhões no primeiro plebiscito e dez milhões no segundo.

Desde então, as APs vem sendo realizadas nos territórios de moradia da população mais pobre, multiplicando experiências de diálogo e de construção de novos mecanismos de exercício do poder, ao levantar e exercitar nesses locais a seguinte questão: “é possível pensar em outras formas de se fazer política?”. Problematizando, portanto, a democracia burguesa para além do direito de votar e ser votado.

O núcleo da Consulta Popular-ES, junto ao Movimento Passe Livre (MPL), MPA, MST, Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra (CDDH), Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), Banco Terra e o Fórum de Economia Solidária iniciaram a articulação capixaba desse processo no ano de 2008. As primeiras APs foram constituídas nos bairros Terra Vermelha (Vila Velha), Central Carapina (Serra) e, posteriormente, Moscoso (Vitória) e Braço do Rio (Conceição da Barra – norte do ES).

Participo desse processo fora do horário de trabalho. Nessa época, atuava como psicólogo do Provita-ES e, este, devido a algumas situações e medidas de segurança, não abria possibilidade de exercício de experimentações coletivas com seu “público alvo”. Assim, quando sou convocado pela PMV para atuar num CRAS, visualizo nessa oportunidade uma possibilidade de conectar e aliar os tempos e espaços de vida do emprego e da militância.

A decisão de mudar de emprego efetiva-se, definitivamente, no retorno de um encontro do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) ,[98] ocorrido no ano de 2008, em São Paulo. Nossa delegação, composta por membros do núcleo da

---

Acesso em: 25 abril 2014.

98 “O Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) é um Movimento Social que organiza trabalhadores/as desempregados/as nas periferias urbanas de várias cidades do Brasil, tendo sua origem no Rio Grande do Sul, [...] em maio do ano 2000. Desde seu início, tem como eixos de luta: Trabalho, Terra, Teto e Educação, que são desdobrados em propostas concretas como Assentamentos Rururbanos, Frentes Emergenciais de Trabalho e Créditos Subsidiados para empreendimentos econômicos formados por desempregados/as. Sua forma de organização é em Grupos de Produção entre desempregados/as, que se organizam para o trabalho em diversos ramos, sendo os principais: agricultura urbana, confecção e artesanato, produtos de higiene e limpeza, padarias e confeitarias e industrialização de alimentos em geral.” Disponível em: <lists.indymedia.org/pipermail/cmi-goiania/.../attachment.doc>. Acesso em: 30 abril 2014.

Consulta Popular-ES, participava no intuito de pensar e discutir estratégias de fortalecimento do processo de construção das APs em bairros com elevada concentração de trabalhadores desempregados ou subempregados.

Ocasionalmente, no ônibus em que retornávamos encontrei uma amiga psicóloga que trabalhava num CRAS da PMV. A conversa que tivemos ajudou-me a situar a proposta de organização de APs no âmbito deste equipamento: os objetivos que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) atribui a este equipamento, [99] o "público alvo" ao qual é destinado, [100] sua localização territorial [101] e o fato de encontrar-se num estágio nascente de implementação formaram as coordenadas decisivas para pensá-lo numa posição estratégica para o exercício de experimentações políticas análogas às que vivenciava na construção das APs.

Entretanto, e para tanto, não imaginava embates em terrenos tão duros e desfavoráveis. O fato dos agentes dessas experimentações estarem vinculados diretamente ao Estado passa a lhes expor a uma série de mecanismos de poder, tecnologias de controle e técnicas de contra-insurgência montadas para neutralizar, incitar, produzir e interiorizar em seu modo de funcionamento descendente, hierarquizado e centralizador qualquer invenção política crítica e autônoma.

À medida que esses mecanismos são postos em funcionamento, alguns trabalhadores sentem a necessidade de organizarem-se e assim o fazem em redes autônomas de relações lateralizadas, denominadas *fóruns*. Nesses espaços discutem o próprio trabalho, tecem ocupações táticas e fortalecem apostas em micro-movimentos de luta no limite de suas possibilidades.

---

[99] De acordo com a PNAS (2004), "o CRAS atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário [...]. A equipe do CRAS deve prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania [...]. Promove também o encaminhamento da população local para as demais políticas públicas e sociais, possibilitando o desenvolvimento de ações intersetoriais que visem a sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional do processo de exclusão social, e evitar que estas famílias e indivíduos tenham seus direitos violados [...]" (p. 35-36).

[100] De acordo com a PNAS (2004), o serviço do CRAS "destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (p. 33) .

[101] De acordo com a PNAS (2004), "o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social" (p. 35).

As *experimentações* disparadas por esses coletivos evidenciam *movimentações* que problematizam as engrenagens do aparelho de Estado e que lançam, simultaneamente, indagações sobre as práticas de militância restritas às suas coordenadas espaço-temporais.

As discussões empreendidas nesse tópico foram, assim, realizadas a partir dessas *experimentações* coletivas, processadas nas fissuras abertas pelos trabalhadores da/na Política de Assistência Social.

Como essas *movimentações* criaram passagens para a *experimentação* de outros modos de vida: autônomos, temporários, rebeldes, anti-estatais, resistentes, sabotadores de expectativas e encomendas aos trabalhadores sociais? O que essas *experimentações/movimentações* evidenciavam? Como a máquina do Estado reagiu a elas e que técnicas de contra-insurgência utilizou? Que condições de trabalho e relações de poder sustentam essas técnicas? Como os trabalhadores intervieram nessa malha e quais os efeitos de suas problematizações? Enfim, quais as implicações de uma militância por *dentro* do aparelho de Estado?

3.6 PRÁTICAS ESTATAIS

A tensão entre Estado e sociedade é um tema recorrente na história das Ciências Políticas. No pensamento clássico, por exemplo, o Estado é apreendido como uma instituição transcendente de leis e aparelhos próprios, gestora de um contrato social. Thomas Hobbes e Jean Jacques-Rousseau fundamentam uma teoria que, partindo desta ideia do contrato, legitima a instalação de um Estado absolutista: Leviatã. [102]

[102] "O Leviatã é uma criatura mitológica, geralmente de grandes proporções, bastante comum no imaginário dos navegantes europeus da Idade Moderna. [...] O Livro de Jó, capítulos 40 e 41, aponta a imagem mais impressionante do Leviatã, descrevendo-o como o maior (ou o mais poderoso) dos monstros aquáticos. No diálogo entre Deus e Jó, o primeiro procede a uma série de indagações que revelam as características do monstro, tais como "ninguém é bastante ousado para provocá-lo; quem o resistiria face a face? Quem pôde afrontá-lo e sair com vida debaixo de toda a extensão do céu? [...] Se uma espada o toca, ela não resiste, nem a lança, nem a azagaia, nem o dardo. O ferro para ele é palha, o bronze pau podre" (Bíblia Sagrada, 1957: 656). [...] Leviatã também diz respeito a obra do cientista político e jusnaturalista Thomas Hobbes (Malmesbury, 5 de abril de 1588 — Hardwick Hall, 4 de dezembro de 1679). Em sua obra, Hobbes afirmava que a "guerra de todos contra todos" (Bellum omnium contra omnes) que caracteriza o então "estado de natureza" só poderia ser superada por um governo central e autoritário. O governo central seria uma espécie de monstro - o Leviatã - que concentraria todo o poder em torno de si, ordenando todas as decisões da sociedade." Disponível em:

> A proposta de Thomas Hobbes de um governante soberano definitivo e absoluto, um “Deus na terra”, desempenha papel fundamental na moderna construção de um aparelho político transcendente. O primeiro momento da lógica de Hobbes é a hipótese da guerra civil como estado original da sociedade humana, um conflito generalizado entre atores individuais. Num segundo momento, então, a fim de garantir a sobrevivência diante dos perigos mortais da guerra, os humanos devem concordar com um pacto que atribua a um líder o direito absoluto de agir [...]. A transição fundamental é alcançada mediante contrato – um contrato totalmente implícito, anterior a toda ação ou opção social – que transfere todo poder autônomo da multidão para um poder soberano que se situa acima dela e que a governa (HARDT; NEGRI, 2001, p. 101).

J. J. Rousseau afirma o contrato social como uma operação necessária para a potencialização das ações dos sujeitos, conjugando soberania popular e liberdades individuais. “O ‘republicano absoluto’ de Rousseau não difere”, no entanto, “do ‘Deus na terra’ de Hobbes” (HARDT; NEGRI, 2001, p. 101).

Já o pensamento político marxista-leninista elabora uma visão crítica em relação ao Estado. Friedrich Engels escreve que

> O Estado não é, de forma alguma, uma força imposta do exterior, à sociedade. [...] é um produto da sociedade numa certa fase de seu desenvolvimento. É a confissão de que essa sociedade se embaraçou numa insolúvel contradição interna, se dividiu em antagonismos inconciliáveis de que não pode desvencilhar-se. Mas, para que essas classes antagônicas, com interesses econômicos contrários, não se entre devorassem e não devorassem a sociedade numa luta estéril, sentiu-se a necessidade de uma força que se colocasse aparentemente acima da sociedade, com o fim de atenuar o conflito nos limites da “ordem”. Essa força, que sai da sociedade, ficando, porém, por cima dela e dela se afastando cada vez mais, é o Estado. [...] Como o Estado nasceu da necessidade de refrear os antagonismos de classes, no próprio conflito dessas classes, resulta, em princípio, que o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se torna a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada (apud LENIN, 2007, p. 24-25).

O Estado, nessa perspectiva, é compreendido como “uma força especial de repressão” (LENIN, 2007, p. 35), que mantém a estratificação e a hierarquia de poderes na sociedade. Lênin desenvolve esse pensamento referenciando-o ao método revolucionário de tomada do Estado por meio de uma “revolução violenta” (p. 39), para a instalação de uma “ditadura do proletariado” que “definhará” progressivamente, na medida em que se efetiva o comunismo.

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Leviat%C3%A3_(monstro)>. Acesso em: 25 abril 2014.

A definição de Estado de Max Weber apresenta uma certa simetria com a dos socialistas, sem o conteúdo de classe, porém. Este autor se apropria da frase de Trotsky: [103] “todo Estado se fundamenta na força” (apud WEBER, 2008, p. 55) para elaborar seu próprio pensamento: “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força dentro de um determinado território” (p. 56); “o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida pela violência legítima (isto é, considerada como legítima)” (p. 56).

Apesar dos duros embates que historicamente travaram entre si e que ressaltam diferenças inconciliáveis, os anarquistas se encontram com os comunistas no objetivo-fim de suas propostas: a destruição do Estado. Divergem radicalmente dos socialistas nos métodos de ação política empregados, criticando ferrenhamente a necessidade da ditadura do proletariado como uma etapa intermediária no processo de abolição do Estado. Seu fundamento teórico-político se baseia na criação de uma sociedade sem Estado, pois, argumentam: independente de quem venha a ocupá-lo, a existência dessa máquina significa, em si, a privação dos homens “da liberdade de decidir sobre seu próprio futuro” (WOODCOCK, 1977, p. 22):

> [...] o que caracteriza o estado, além do fato de que está alicerçado na autoridade e na coerção, é a maneira pela qual ele centraliza cumulativamente todas as funções sociais e políticas. E ao fazê-lo, coloca-as fora do alcance dos indivíduos cujas vidas elas determinam (p. 22).

Essa exposição, um tanto apressada, não tem a pretensão de desenhar um panorama geral deste tema no âmbito da Ciência Política, mas apresentar um recorte de elementos sobre os quais pensadores como Foucault, Deleuze e Guattari irão operar suas inflexões teóricas. Foucault (2013), ao invés de discutir uma suposta totalidade centrada na figura do soberano, opera uma inversão afirmando que

> [...] o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita. O que é importante para a nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização da sociedade, mas o que chamaria de governamentalização do Estado (p. 430).

[103] Leon Trotsky, intelectual marxista e um dos líderes bolcheviques da Revolução Russa.

Voltaremos neste ponto mais tarde. O que nos interessa agora é ressaltar a análise que Foucault inaugura, deslocando o tema do governo de um suposto centro irradiador de poder, ou seja, de um poder que transcende as próprias relações sociais. Efetuamos este debate na entrada anterior quando discutimos a Brigada Indígena.

Por sua vez, Deleuze e Guattari (2012) afirmam que o Estado sempre existiu: “tudo não é Estado, justamente porque houve Estado sempre e por toda a parte” (p.128). Retomam a tese de Pierre Clastres para explicar que “as sociedades ditas primitivas não eram sociedades sem Estado [...], mas sociedades contra-o-Estado, organizando mecanismos que conjuravam a forma-Estado, que tornavam sua cristalização impossível” (p.127).

Porém, como conjurar algo que ainda não existe? Para Deleuze e Guattari (2012) o Estado não é uma entidade, mas um modo de funcionamento, uma racionalidade (Foucault fala de uma “razão de Estado”), “um modelo segundo o qual temos o hábito de pensar” (p. 16). E para conjurar a cristalização desse modo, dessa racionalidade, desse modelo, enquanto “pressentimento” de algo que ainda não existe, “é preciso mostrar como o que não existe já age sob uma outra forma que não aquela de sua existência” (p. 16).

Apoiando-se na noologia (estudo das imagens do pensamento e de sua historicidade), os autores declaram que o próprio “pensamento já seria por si mesmo conforme a um modelo emprestado do aparelho de Estado, e que lhe fixaria objetivos e caminhos, condutos, canais, órgãos” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 45). Com isso, ele ganharia uma gravidade que, por si só, jamais teria, “um centro que faz com que todas as coisas, inclusive o Estado, pareçam existir” (p. 46). A forma-Estado, de acordo com os mesmos autores, em troca

> [...] ganha algo de essencial por desenvolver-se assim no pensamento: todo um consenso. Só o pensamento pode inventar a ficção de um Estado universal por direito, de elevar o Estado ao universal de direito. É como se o soberano deviesse único no mundo [...] único princípio que faz a partilha entre sujeitos rebeldes, remetidos ao estado de natureza, e sujeitos dóceis, remetendo por si mesmos à forma do Estado. Se para o pensamento é interessante apoiar-se no Estado, não é menos interessante para o Estado dilatar-se no pensamento, e dele receber a sanção de forma única, universal (p. 46-47).

Partindo, também, das análises de Georges Dumézil sobre a mitologia indo-europeia, Deleuze e Guattari (2012) definem o Estado como um “aparelho de captura” (p.119), um aparelho de “soberania política, ou dominação” (p.12) que possui duas cabeças: a do “Imperador terrível e mágico, operando por captura, laços, nós e redes, e [d]o Rei sacerdote e jurista, procedendo por tratados, pactos, contratos” (p. 119-120). Esses pólos procedem “agarrando” e “ligando” fluxos numa “forma de interioridade”: a própria forma-Estado.

Apresentando a questão em termos de formas e relações, os autores afirmam que o mais importante a se pensar sobre o Estado é que ele

> [...] sempre esteve em relação com um fora, e não é pensável independente dessa relação. A lei do Estado não é a do Tudo ou Nada (sociedades com Estado ou sociedades contra o Estado), mas a do interior e do exterior. O Estado é a soberania. No entanto, a soberania só reina sobre aquilo que ela é capaz de interiorizar, de apropriar-se localmente (DELEUZE; GUATTARI 2012, p. 24).

O “fora” do qual falam os autores aparece em duas direções: mega máquinas mundiais que gozam de grande autonomia com relação ao Estado (grandes companhias, complexos industriais, formações religiosas, multinacionais, transnacionais, etc) e “mecanismos locais de bando, margens, minorias, que continuam a afirmar os direitos de sociedades segmentárias contra os órgãos de poder de Estado” (DELEUZE; GUATTARI, 2012). Nessa relação entre o *fora* e o *dentro* há “tanto tendências que ‘buscam’ o Estado, [...] como movimentos no Estado ou fora dele que tendem a afastar-se dele” (p. 128). Portanto,

> Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, *num campo perpétuo de interação*, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 25).

3.7 BANDOS, MALTAS, CONFRARIAS, ASSEMBLEIAS E FÓRUNS

> Conhecem-se os problemas que os Estados sempre tiveram com as "confrarias", os corpos nômades ou itinerantes [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 36).

> Sempre sobrevêm períodos em que o Estado enquanto organismo se vê em apuros com seus próprios corpos, e em que esses, mesmo reivindicando privilégios, são forçados, contra sua vontade, a abrir-se para algo que os transborda, um curto instante revolucionário, um impulso experimentador. [...] De repente, é como se o corpo dos notários avançasse de árabe ou de índio [...] (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 34).

Já não navegamos mais um rio caudaloso com a *ubá.* O solo que agora habitamos tornou-se árido. Deviemos nômades no deserto e, ao invés de seguirmos por caminhos margeados, construímos itinerários autônomos.

Nesta caminhada não usamos referências como astros siderais ou qualquer outro ponto fixo no horizonte. Nos guiamos, antes, por meio de pistas móveis, correntes de vento e de areia, estímulos táteis, olfativos e sonoros.

Ao longo desta jornada sem fim montamos acampamentos provisórios onde, abaixo apenas de estrelas e seres alados, nos reunimos ao redor de fogueiras para compartilhar histórias, experiências, façanhas do passado, presente e futuro; avaliando, a cada momento, a duração do nosso percurso e suas sucessivas re-orientações.

Nesses espaços efêmeros tecemos táticas de guerra e cultivamos as lutas e suas memórias; criamos épicos, canções, genealogias e lendas que alimentam uma mitologia rebelde. Por alguns instantes (que valem para a eternidade) conquistamos o mundo, produzindo-o a partir de múltiplas intensidades.

***

O presente trabalho pretende alimentar uma mitologia rebelde no mesmo passo que a fomenta. Nossa escrita segue um percurso autônomo, por mais que precisemos nos curvar diante de uma ciência régia.

Ao longo dessa caminhada errante narramos histórias de experiências rebeldes constituindo desejos nômades (uma aposta); discutimos esta aposta diante dos

sentidos que lhes são produzidos e que produz (afirmando um modo militância-experimentação e um modo-movimentação para os processos coletivos de transformação) e apresentamos a lógica de funcionamento da forma-Estado, campo a partir do qual (e contra o qual) essa aposta foi exercitada.

Agora, com um corpo mais flexível (mas nem por isso menos radical), adentraremos nas experiências de militância processadas por *dentro* do aparelho de Estado: acampamentos nômades montados por bandos/maltas/confrarias/fóruns de *funcionários públicos,* [104] coletivos de trabalhadores "direta ou indiretamente encarregados pela operacionalização das funções de Estado" (MONTEIRO; COIMBRA; MENDONÇA FILHO, 2006, p. 10).

***

Apesar de suas características centralizadas e centralizadoras, o aparato administrativo do Estado não constitui uma unidade homogênea. Formado por uma diversidade de agentes sociais, saberes, técnicas e estratégias, essa multiplicidade compõe um universo burocrático movido por relações de poder e saber, procedimentos e rituais executados por um corpo heterogêneo.

Essa heterogeneidade não garante, em si mesma, nenhuma transformação deste aparelho de dominação e soberania política, pois o Estado, como asseguram Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2005), "funciona segundo certas lógicas e [...] ocupá-lo é, na maior parte das vezes, servi-lo na condição de operador de seus dispositivos" (p. 11). Nesta condição, "o operador não muda a máquina, ele a faz funcionar" (p.11), reproduzindo (na maioria das vezes), a lógica distintiva entre dominadores e dominados, entre governantes e governados.

Se não acreditamos na "ilusão de que se possa possuir o poder de Estado para usá-lo de uma outra maneira" (MONTEIRO; COIMBRA; MENDONÇA FILHO, 2005, p. 11) – desviando da especulação que marca um certo modo militância-vanguarda – e nem acreditamos na "possibilidade de reformas através de intervenções nas formulações e implementações de políticas públicas vinculadas ao Estado" (p.11) –

[104] Assim como Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006), utilizaremos o termo funcionários públicos para designar "os agentes direta ou indiretamente encarregados pela operacionalização das funções de Estado, não importando o grau de formalização institucional de seu estatuto" (p. 10).

desviando de um certo modo instituído de movimento social – apostamos, por outro lado, que os operadores desse aparelho podem voltar-se contra sua maquinaria e interferir, mesmo que temporariamente, em sua lógica de funcionamento, produzindo avarias. Deleuze e Guattari escrevem:

> Sem dúvida, os grandes corpos de um Estado são organismos diferenciados e hierarquizados que [...] dispõem do monopólio de um poder ou de uma função [...]. Todavia, parece que em muitos desses corpos, alguma outra coisa está em ação, que não se reduz a esse esquema. Não se trata somente da defesa obstinada de seus privilégios. Seria preciso falar também de uma aptidão, mesmo caricatural, mesmo muito deformada, de constituir-se como máquina de guerra, opondo ao Estado outros modelos, um outro dinamismo, uma ambição nômade (2012, p. 33).

Nossa aposta rebelde – que por intuição era alimentada cotidianamente – ganha, com isso, fôlego teórico e aspirações insurrecionais. Deleuze e Guattari (2012) afirmam que esses "corpos coletivos sempre têm franjas ou minorias" (p. 34), junto às quais afirmamos a possibilidade de agenciamentos coletivos funcionarem como fonte de enlevamentos nômades.

Contudo, é de crucial importância que não sejamos mal compreendidos. Nossa militância por *dentro* da máquina estatal não se move pelo desejo de integrar *movimentos* e *movimentações* numa sociedade "civilizada". Não se trata de um projeto missionário: não falamos de um desejo conectado ao fortalecimento de uma sociedade de soberania na qual todos devem ser catequizados. Deleuze e Guattari nos alertam: "a máquina de guerra é sem dúvida efetuada nos agenciamentos 'bárbaros' dos nômades guerreiros (2012, p. 22).

Dito isto, esperamos que fique claro que nosso debate não tem a pretensão de sugerir métodos, procedimentos e objetivos ou propor mediações, medições, traduções ou regulações para as ambições dessas multidões. Estamos fartos dos efeitos colonizadores dessas práticas de militância "altruístas" e "redentoras". Não queremos articular canais para que essas hordas guerreiras tenham acesso aos espaços de soberania, para que sejam reconhecidas como povo, para que ganhem algumas porções de terra, para que suas lideranças sejam coroadas (e amansadas) com títulos e funções de menor importância.

Nosso debate pretende, isto sim, problematizar um modo de funcionamento que

atravessa o Estado e os próprios movimentos sociais, produzindo burocratização, centralização, exploração, dominação; imprimindo e (re) produzindo movimentos de sedentarização nos quais multidões são apaziguadas e civilizadas, tornando-se politicamente confiáveis e governáveis.

Trata-se mais de um debate que aponta para a possibilidade de agentes (rebelados) no Estado estabelecerem alianças clandestinas, secretas, conspiratórias com esse "lado de *fora"*, sinalizando atalhos por entre os caminhos que compõem os espaços estatais; cavando buracos em seus muros; construindo túneis sob suas cercas; sabotando trancas e cadeados de celas e portões; facilitando fugas e invasões. Ao mesmo tempo, precisamos nos atentar para não sermos capturados em falsas questões, tais como a ação dentro do Estado (reformista) em oposição à ação fora do Estado (revolucionária).

> Esses nômades exercitam a razzia, são corsários, são vírus. Sentem tanto o desejo quanto a necessidade de TAZs, acampamentos de tendas negras sob as estrelas do deserto, interzonas, oásis fortificados escondidos nas rotas de caravanas secretas, trechos de selvas e sertões "liberados", áreas proibidas, mercados negros e bazares underground (BEY, 2011, p. 28).

Nossa proposta de analisar as experimentações desses coletivos de funcionários públicos, os trabalhadores sociais, em suas formas provisórias e mutantes – no entrecruzamento da militância, trabalho e máquina estatal – compõe o desejo de alimentar uma mitologia rebelde, dando visibilidade aos curtos "instantes revolucionários" em que "o Estado se vê em apuros com seus próprios corpos" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 34).

3.8 MOVIMENTOS DE SEDENTARIZAÇÃO – A EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO LOCAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

No primeiro mês de trabalho no CRAS o processo de implementação de uma Comissão Local de Assistência Social (CLAS) se apresentou como uma possibilidade de me aproximar da população do território de abrangência daquele equipamento. Era a oportunidade de iniciar o trabalho com propostas construídas coletivamente e a partir de um maior conhecimento do cotidiano de vida dos ditos usuários.

A CLAS, ainda mais, aparecia como um excelente meio para disparar um processo coletivo de discussão sobre os modos da população daquele território perceber e fazer política, configurando, no meu entendimento à época, um "gancho" para o exercício e a articulação de práticas de militância a partir de minha atuação profissional naquele equipamento estatal.

Deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Vitória (COMASV), [105] a CLAS fora desenhada e normatizada para ser um espaço de participação social e política, de caráter consultivo, composta por representantes do segmento dos "usuários", trabalhadores e lideranças comunitárias.

Escolhidos por meio de processo eleitoral próprio e regulamentado, os membros desta Comissão teriam a função de "sugerir diretrizes, articular, mobilizar, acompanhar e fiscalizar" a Política Municipal de Assistência Social executada nos territórios de abrangência de cada CRAS. [106] A função de presidir essa Comissão era designada exclusivamente, conforme estipulava a resolução, à coordenação destes equipamentos.

***

Éramos uma equipe recém-formada, constituída por trabalhadores recém-ingressados no mercado de trabalho: dois psicólogos e quatro assistentes sociais. Veremos adiante que as condições e relações de trabalho na Política de Assistência Social do município de Vitória, durante o período em que lá atuei, tornavam os

[105] Resolução n° 24, de 24 de junho de 2008, publicada nos atos oficiais da Prefeitura Municipal de Vitória em 03 de julho de 2008.

[106] Naquela época a cidade de Vitória tinha 12 CRAS, cada um responsável por um território geográfico específico do município.

CRAS equipamentos habitados permanentemente por equipes “recém-constituídas”, seja pelo efeito de demissões, remanejamentos, término de contratos temporários, rompimento de convênios, ou pedidos de exoneração ocasionados por uma melhor oportunidade de emprego ou por um cansaço físico-mental. Uma das marcas do trabalho nesses equipamentos era a alta rotatividade de profissionais. As condições de trabalho oferecidas nos CRAS deste município fazem desses equipamentos espaços de passagem, ocupados por trabalhadores até então desempregados, em sua maioria, recém-formados.

Até aquele momento não havia nenhuma intencionalidade de instaurar brechas e/ou fissuras no modo hegemônico como se executava a Política de Assistência Social no município; estávamos a conhecê-la. Nossos debates manifestavam, no máximo (e talvez), o desejo de disparar trabalhos sintonizados com as *movimentações* que ali se processavam.

O modo como a SEMAS conduziu o processo, entretanto, não abriu o tempo para *experimentações*. Fomos “tratorados” por um calendário apertado, determinado de modo verticalizado, sem discussão e planejamento com os trabalhadores, muito menos com os ditos usuários que, nas retóricas oficiais, eram apontados como os principais beneficiários dessa iniciativa “governamental”.

Esse modo de condução da eleição reverberou nos equipamentos produzindo um trabalho mecanizado, executado pela maioria dos trabalhadores como mais uma atividade burocrática. Estes, por sua vez, também pouco se manifestaram. Às poucas críticas manifestas, havia sempre bons “soldados” para contrapor-se e defender a administração, principalmente aqueles que ocupavam funções de chefia no âmbito da administração. Vale ressaltar que, na estrutura do aparelho estatal, estas funções são exercidas por pessoas de confiança dos governantes.

Algumas equipes, por exemplo, para garantir o cumprimento desta tarefa (com êxito numérico), conciliaram a agenda da eleição com as reuniões de grupo sócio-educativo; não para utilizá-los como espaço de compartilhamento de experiências de participação ou conspiração política, mas como forma de atender uma demanda por resultados quantitativos, já que a presença de famílias acompanhadas nesses

grupos era garantida pelo fato de, ao final da reunião, serem contemplados com uma cesta básica. [107]

Os grupos sócio-educativos constituem processos coletivos de acompanhamento familiar, regulares e permanentes, nos quais os profissionais e os ditos usuários desenvolvem experiências conjuntas, estabelecem vínculos, se encontram para conversar e/ou desenvolver alguma atividade. Estes grupos estão na encruzilhada entre o controle e a produção de cuidado visando autonomização. É neste fio de navalha que os trabalhadores sociais vão atuar. Se o grupo é por um lado dispositivo de controle, por outro pode ser espaço de compartilhamento de experiências de conspirar junto algumas lutas. Espaço, portanto, que possibilita o engendramento de processos e práticas de autonomia e liberdade, em que se negam posturas que individualizam e estigmatizam alguns modos de vida.

A utilização do grupo como meio para obtenção de resultados pré-estipulados ou para o alcance de metas pré-determinadas compõem um cenário maior em que as políticas são produzidas e avaliadas com base em instrumentos burocráticos; no qual esses resultados são medidos por instrumentos de quantificação que visam ranquear a produção dos trabalhadores sociais. Cotidianamente, essa política competitiva ganhava vida nas falas comparativas proferidas pelos porta-vozes do Estado, que estabeleciam esses números como régua do nosso trabalho. Evidência de uma lógica produtivista há muito instalada no “serviço público”.

Além disso, práticas clientelistas retoricamente condenadas por gestores e trabalhadores – alguns autodenominados “militantes” dessa “nova” lógica assistencial – mostraram-se arraigadas num certo modo hegemônico de se fazer Política, como elementos naturalizados de um *modus operandi* eleitoral. Ofertas de refeição no Restaurante Popular ou promessas de outros benefícios em troca do voto, promovidas por candidatos dos segmentos dos “usuários” e “lideranças comunitárias”, evidenciavam essas práticas como uma produção que não se restringia a determinados sujeitos, mas que os atravessava e constituía.

No intuito de contribuir para a desnaturalização dessas práticas, nossa equipe encaminhou um relatório para a SEMAS e para o COMASV, compartilhando a

[107] As ditas famílias acompanhadas recebiam uma cesta básica por mês.

preocupação com o modo como se processava a implantação da CLAS no território e os riscos de ampliar o descrédito popular para com os canais institucionais de participação. Nesse momento ainda não havíamos nos organizado em fóruns e preponderava certa ilusão com a possibilidade de se instituir processos de participação social por meio dos instrumentos estatais.

Essa ilusão começou a ser colocada em dúvida assim que nossos questionamentos, ao invés de promoverem uma reavaliação do processo (ou ao menos um diálogo sobre o mesmo), inauguraram, ao contrário, uma trama de conflitos e desqualificações para com aqueles trabalhadores mais críticos. Posteriormente essas práticas se nos revelaram mecanismos de enfraquecimento de *movimentações* indesejáveis – uma sutil e elaborada técnica micropolítica de contra-insurgência – componente desta máquina produtora de heteronomia e repetição.

Esse primeiro estranhamento evidencia uma diferença fundamental entre o tipo de funcionamento transcendente da máquina estatal e outro tipo de funcionamento instalado no corpo de trabalhadores daquele CRAS. Segundo Deleuze e Guattari (2012), “a ciência nômade não tem com o trabalho a mesma relação que a ciência régia” (p. 36).

> Fixar, sedentarizar a força de trabalho, regrar o movimento do fluxo de trabalho, determinar-lhe canais e condutos [...] foi sempre uma das principais funções do Estado, que se propunha vencer uma *vagabundagem de bando*, e um *nomadismo de corpo* (p. 36).

Os autores ilustram a “tensão-limite” dessas duas ciências utilizando-se de estudos sobre a construção de pontes nos séculos XVIII e XIX, elaboradas por Ane Querrien.

“No conjunto das atividades da administração pública responsável pelas *Pontes* e *Vias*”, escrevem, “as estradas são atribuição de uma administração bem centralizada, enquanto as pontes ainda são matéria para experimentação ativa, dinâmica e coletiva”. “Trudaine”, por exemplo, “organiza em sua casa curiosas ‘assembleias gerais’ livres” (DELEUZE; GUATTARI, p. 32), nas quais coletivos de construtores esboçam, rascunham e projetam pontes a partir de uma ciência experimental.

Entretanto, esses experimentos logo se chocam com uma ciência régia e seus atores são condenados, combatidos e suas práticas proibidas. Ou, segundo um procedimento muito freqüente, esses atores são nomeados para cargos na máquina administrativa do Estado, o "que mais inibe a experimentação do que a coroa" (DELEUZE; GUATTARI, p. 32), retirando-lhe toda "capacidade heurística e deambulatória" (p. 31). Ane Querrien, analisando essas relações, se pergunta: será que "o Estado se constrói sobre o fracasso da experimentação?" (p. 32).

A experiência das CLAS nos mostra, por conseguinte, que aos agentes estatais não é permitido experimentar novas formas de participação social, pois as formas de participação instituídas estão dominadas por uma lógica de funcionamento muito bem acoplada às relações de poder constituídas. Qualquer movimentação contrária a essa forma pré-estabelecida é tomada como um ato de rebeldia a ser combatido, seja por novos acoplamentos, seja por eliminação.

Deleuze e Guattari (2012) asseveram: "o Estado não confere um poder aos intelectuais ou aos conceptores; ao contrário, converte-os num órgão estreitamente dependente, cuja autonomia é ilusória" (p. 37). Para o funcionamento de seu aparelho não há necessidade de trabalhos inventivos, mas a "necessidade de um trabalho não qualificado, de uma desqualificação do trabalho" (p. 37). Não à toa a resolução da CLAS se pautava em um sistema representativo, estabelecia sua presidência para um agente de confiança do governo e, ainda por cima, não lhe assegurava poderes deliberativos.

> O Estado não está em obras, suas obras devem ser curtas. Um equipamento é feito para funcionar, não para ser construído socialmente: desse ponto de vista, o Estado só chama para construir aqueles que são pagos para executar ou dar ordens, e que são obrigados a seguir o modelo de uma experimentação pré-estabelecida (QUERRIEN apud DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 32).

Pelo modo como foi conduzida, a criação das CLAS não buscou a implementação de espaços efetivos de participação social, mas ambicionou outros fins, que viemos a compreender mais tarde, com o advento da Conferência Municipal, Estadual e Nacional de Assistência Social. [108] Esta levantava como temática principal a

[108] Convocadas há cada 4 (quatro) anos para avaliar e propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema.

questão: “Participação e Controle Social no Sistema Único de Assistência Social”. Na realidade, a CLAS configurava um produto de vitrine, uma “fachada”, como escrevem Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho, “destinada a fazer crer nas boas intenções do Estado” (2005, p. 2).

Participar dessa experiência nos alertou, assim, para o fato de que, se desejávamos desenvolver qualquer trabalho em sintonia com as *movimentações* do território, nossas experimentações, dali para frente, deveriam se fazer intencionalmente de forma autônoma e clandestina, afastadas o máximo possível desse aparelho de captura e interiorização, de seus mecanismos de controle e regulação.

Poucos meses depois, enquanto a CLAS definhava, estávamos a experimentar a construção de Assembleias Populares, deslocando-nos, paulatinamente, para o espaço-tempo das *movimentações* nômades por dentro do aparelho estatal.

3.9 MOVIMENTAÇÕES NÔMADES E EXPERIMENTAÇÕES REBELDES

> Iniciar a TAZ pode envolver várias táticas de violência e defesa, mas seu grande trunfo está em sua invisibilidade (BEY, 2011, p. 18).

Toda tática de invisibilidade exige uma técnica de camuflagem. No caso da experiência da Assembleia Popular que apresentaremos a seguir, alguns trabalhadores do CRAS utilizaram-se desta técnica para escamotear a criação de uma zona autônoma temporária a partir de uma demanda levantada pela própria Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória: “Como aproximar o CRAS da população local?”.

Para fortalecer, dentro da equipe, a ideia de um processo coletivo-experimental-autônomo, contrapomos o enunciado da SEMAS à construção acelerada das CLAS, abrindo, dessa forma, uma rachadura provisória no modo hegemônico de se entender a Política de participação social (ainda que estes modos também viessem a se atualizar nessas experiências, como veremos adiante). Esta fenda garantiu, durante três meses, legitimidade e tranqüilidade para a prática de experimentações que buscaram flexionar a lógica de captura, controle e regulação inerente ao

funcionamento do Estado. Fazendo emergir, desta forma, o equivalente de uma máquina de guerra.

Duas experiências tornaram-se fundamentais para a elaboração desta proposta de intervenção. Tanto na criação da metodologia a ser experimentada, quanto na decisão do local no qual experimentá-la: a construção das Assembleias Populares nos bairros de Terra Vermelha e Central Carapina e o trabalho desenvolvido nos grupos sócio-educativos.

3.10 A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA POPULAR

A experiência de construção da Assembleia Popular no território em que atuávamos como *funcionários públicos*, profissionais de um equipamento estatal, ilustra bem a possibilidade de criação de rachaduras no Estado a partir de práticas de militância processadas por *dentro* do seu aparelho administrativo, numa luta para não se acoplarem às suas funções de soberania.

As duas experiências acima citadas (trabalho nos grupos sócio-educativos e AP) adubaram o terreno para a construção de uma primeira proposta de ação que consistiu, basicamente, no fomento de um processo de auto-organização da população de um bairro em torno de suas demandas locais.

A metodologia experimentada baseou-se nas experiências, em andamento, das APs. A escolha do bairro no qual experimentá-la se fez a partir da análise de um trabalho desenvolvido nas reuniões de grupo sócio-educativo, no terceiro trimestre do ano de 2008, no qual as famílias acompanhadas puderam discutir o território vivido: [109] partindo de registros fotográficos de alguns temas que consideravam relevantes para o seu cotidiano, as famílias construíram uma percepção compartilhada sobre as potencialidades e limites do local em que viviam e, durante este processo, uma família se destacou por manifestar uma postura mais crítica.

No dia 16 de março de 2009 realizamos uma primeira conversa, nas dependências do CRAS, com esta família. O casal nos contou sua história de vida desde quando

[109] Apenas duas técnicas que vivenciaram este processo trabalhavam no CRAS naquele momento. As outras haviam sido transferidas para outro, recém-inaugurado.

residiam no norte do ES, num assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST); relataram as dificuldades que os levaram a mudar para a capital em busca de melhores condições de trabalho e, principalmente, de serviços públicos de saúde e educação para seus dois filhos pequenos. O "usuário" ainda teceu comentários sobre alguns problemas da região e falou de sua atuação não-remunerada numa cooperativa de alimentos orgânicos, produzidos pela agricultura familiar, se queixando das dificuldades financeiras advindas de uma escolha de vida que não assegurava remuneração adequada para a sobrevivência, mas da qual não gostaria de se desligar. A "usuária" declarou que sustentava a família trabalhando como faxineira.

Após conversarmos sobre a experiência da AP, o casal animou-se a convidar, para uma próxima conversa, pessoas que consideravam referências para a população da região. Este encontro ocorreu no Centro Comunitário, na noite do dia 22 de abril de 2009. [110] Além de dois psicólogos que se engajaram nessa experimentação, outros seis moradores compareceram, em sua maioria, membros da comunidade católica, como a coordenadora da paróquia e a agente da Pastoral da Criança.

Os moradores expuseram a história do bairro e da construção do Centro Comunitário a partir de sua organização e movimentação à época. Reclamaram do "não-envolvimento" da população e lamentaram o número reduzido de moradores frente ao desafio a que se propunham, deliberando, então, a realização de uma nova reunião, ampliada. Um morador se comprometeu a passar no CRAS no dia seguinte para, junto com os técnicos, elaborar um convite e imprimir algumas cópias para posterior distribuição.

Neste ínterim conversamos com a família acompanhada sobre a construção da AP de Terra Vermelha e Central Carapina, bairros nos quais trabalhávamos a mobilização da população em torno da questão do alto preço da energia. De modo a potencializar essa mobilização e vinculá-la a outros focos de experimentação política, informamos que estávamos articulando-a a uma campanha nacional do

[110] Apesar de fora do nosso horário regular de trabalho, compreendido das 8 às 17 horas, todas as reuniões seguintes vieram a ocorrer no período noturno, de modo a contemplar a maioria dos moradores que desenvolviam suas atividades laborativas ao longo do dia. O fato de conseguirmos negociar um banco de horas para essas reuniões evidencia esta aproximação que buscávamos entre a militância e o emprego, por dentro da máquina administrativa do Estado.

Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) , [111] intitulada: “O Preço da Energia é um Roubo!”. [112]

No dia 6 (seis) de maio de 2009 realizamos a segunda assembleia, com a participação de treze moradores. Dentre estes, estiveram presentes a coordenadora da comunidade católica, uma assessora de vereador, o diretor de um time local de futebol, um mestre de capoeira e o vice-presidente da Associação de Moradores.

A proposta de trabalho foi apresentada, resgatando-se a história, o motivo, o objetivo e o sentido daquela reunião. Os moradores conversaram sobre suas expectativas. A maioria das falas sinalizou a distância da prefeitura e da própria Associação em relação aos moradores. Foram muitas as reclamações nesse sentido:

> A população sempre teve que ir até a Prefeitura. Estou surpreso com a presença de vocês aqui no morro!
>
> A Prefeitura nunca veio na comunidade oferecer suporte, só para pedir papel (projetos). Quando reunimos essa papelada, nada acontece. A capoeira mesmo, já está na comunidade há seis anos, sem qualquer apoio!
>
> A população está desacreditada. Se fosse somente a Prefeitura convocando essa reunião, ninguém viria aqui hoje!

Outras falas, porém, apontaram a necessidade de ir além da queixa e de uma postura delegativa. Apontavam para a construção de saídas coletivas, criativas e autônomas. Aproveitando-nos dessas falas sugerimos como ponto de partida para o debate a Campanha Nacional do MAB e falamos sobre o trabalho que vínhamos desenvolvendo em Terra Vermelha e Central Carapina. Entretanto, a proposta não teve ressonância. Posteriormente, entendemos que a maioria dos moradores fazia uso clandestino de energia e temia ser penalizada a partir desta luta.

---

[111] Movimento nacional e autônomo, presente em 17 estados brasileiros, organizado e articulado por famílias ameaçadas ou atingidas direta e indiretamente por barragens construídas para a geração de energia hidrelétrica. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/>. Acesso em: 27 abril 2014.

[112] Em julho de 2006, o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) promoveu uma jornada de lutas por um novo modelo energético, cobrando energia de boa qualidade, com preço justo para a população. Essa campanha começou a sair do campo e das comunidades ribeirinhas e ser direcionada aos bairros periféricos dos grandes centros urbanos, como o objetivo de dialogar com os trabalhadores da cidade. As principais reivindicações da campanha eram: 100 kw de energia grátis para a população de baixa renda; igualdade de preço do kw entre as empresas e a população e o cumprimento imediato de uma decisão judicial que dava direito à tarifa social de energia (desconto de 65% na conta de luz) para aqueles que consumirem até 200kwh/mês. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/817>. Acesso em: 27 abril 2014.

Duas pessoas que se identificaram como sendo da “parte de cima do morro” reclamaram dos encontros serem realizados no Centro Comunitário, localizado, de acordo com os mesmos, na “parte baixa” do mesmo. Apontaram a necessidade de se construir assembleias que contemplassem a localização geográfica que mais sofria com a indisponibilidade de equipamentos e serviços públicos.

Nesta reunião alguns “muros” começaram a se manifestar, tal como entre moradores do alto e do baixo, entre prefeitura e munícipes, entre eleitos e eleitores, o que nos desafiava a construir metodologias de trabalho que - ao mesmo tempo em que não fraturassem o processo de coletivização que emergia - colocasse tais “muros” em questão. No final nos comprometemos a realizar uma reunião na “parte alta do morro”, numa quadra de futebol que nos foi indicada.

Entre esta assembleia e a seguinte, dois moradores participaram do Curso de Formação Política que o núcleo da Consulta Popular-ES e organizações aliadas desenvolviam com moradores de Terra Vermelha e Central Carapina, no intuito de articular lutas comuns.

No dia 20 de maio de 2009 realizamos a quarta assembleia. Fizeram-se presentes 25 (vinte e cinco) moradores, evidenciando o crescimento e legitimidade do processo. Nesse encontro muitas críticas foram dirigidas à diretoria da Associação de Moradores.

Começamos a reunião compartilhando alguns informes sobre uma marcha realizada pelas APs de Terra Vermelha e Central Carapina que, juntamente com o MPA, haviam mobilizado cerca de 150 (cento e cinqüenta) pessoas em frente à empresa de energia do ES, num protesto contra os altos preços da energia elétrica. A mobilização gerou uma reunião com o presidente da empresa e a imediata conquista de descontos nas contas de energia dos manifestantes. [113]

Nesta assembleia a discussão dos problemas da comunidade aprofundou-se, fluindo na direção da elaboração de diagnósticos e organização de enfrentamentos. Levantaram-se questões referentes ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU); necessidade de escadarias; habitações precárias; desocupações forçadas na Área de Interesse Ambiental (AIA) que margeava o território; e a construção de uma rua

[113] Conforme noticiado no panfleto em anexo.

até a “parte de cima do morro”.

> A gente rala para comprar material de construção. Quando compra não tem dinheiro para pagar alguém para ajudar a subir!

A dinâmica desta reunião evidenciou um grupo com vínculos fortalecidos e expressou a emergência de um processo coletivo e autônomo de participação popular na construção da AP. Os moradores tomavam a iniciativa das discussões e se comprometiam com os encaminhamentos.

> Me comprometo a passar de casa em casa para convidar para a próxima Assembleia. Vamos dividir as tarefas!

A quinta assembleia foi realizada no dia 03 de junho de 2009. Participaram dezessete adultos e quatro crianças. A discussão girou em torno de dois temas principais: a rua e a ausência do presidente da Associação de Moradores.

Nesta reunião os moradores elegeram a rua como principal demanda local, argumentando que idosos e deficientes apresentavam muitas dificuldades para se deslocar até a unidade de saúde e, os moradores em geral, para carregar compras e materiais de construção.

Antes do término do encontro um morador se levantou e informou que, certa vez, a rua já havia sido votada no Orçamento Participativo (OP). Porém, “não havia saído do papel”. Nesse momento escutamos algumas falas de desânimo:

> Nesse morro tudo pára! Os moradores se acomodam!

Este foi o disparador do segundo tema: a falta de representatividade da diretoria da Associação. Foram realizadas várias reclamações sobre sua desorganização e irresolutividade; sobre a ausência da diretoria nas assembleias e da não realização de eleições nos últimos 10 anos. Emergiram falas, entretanto, que também responsabilizaram os próprios moradores pela situação:

> Mas quando tem algum problema jogamos tudo para ele (presidente)!

Ao final de uma discussão acalorada, chegou-se à conclusão de que era necessário buscar informações sobre a não construção da rua. Uma comissão de três pessoas se responsabilizou por convidar os delegados do último OP para uma conversa na assembleia seguinte.

No intervalo entre assembleias, o “usuário” do CRAS procurou-nos para conversar. Relatou que a comissão entrou em contato com um engenheiro da prefeitura (que residia na “parte baixa do morro”) e o mesmo confirmou a informação sobre a deliberação do OP. Juntos, caminharam pelo morro refazendo o trajeto de onde a construção desta rua havia sido planejada. Descobriram que, para isso, parte de alguns terrenos teriam que ser desapropriados, pois, desde sua deliberação no OP, algumas destas áreas foram ocupadas. Conversaram com estes moradores em suas próprias residências – “tomamos um cafezinho” – e os mesmos aceitaram a desapropriação caso a isto se destinasse. Juntos, rascunharam três diferentes trajetórias para a rua e combinaram de apresentar na próxima AP.

Nesta caminhada conheceram diversos lugares, tal como barragens abandonadas de captação pluvial da empresa de distribuição de água do ES que, de acordo com eles, poderia servir para futuros projetos de criação de peixes ou de irrigação de hortas comunitárias. Também teceram proposições que poderiam estimular o desenvolvimento da economia local, como demandar da PMV a construção de um mirante para a baía de Vitória, em meio ao bioma da Mata Atlântica. A AP começava, assim, a produzir um outro modo das pessoas habitarem aquele espaço, de se aproximarem e de se relacionarem, de tecerem projetos coletivos.

Na manhã do dia 09 de junho de 2009 o “usuário” compareceu ao CRAS para discutir a assembleia que aconteceria na noite desta mesma data. Estava animado. Declarou que a mesma havia se tornando uma atividade reconhecida e comentada pela população. Disse, ainda, que procurou o estatuto da Associação, regimento interno e ata de posse da última diretoria, confirmando que a última eleição havia ocorrido há nove anos e que o estatuto estabelecia um mandato de, no máximo, dois anos. Demonstrou, porém, preocupação com alguns conflitos que essa informação poderia desencadear, tal como rachaduras internas na AP (entre aqueles que apóiam e não apóiam a Associação) e, visando preservar a “unidade do movimento”, nos solicitou a realização de uma dinâmica para “desarmar o pessoal”.

A ideia de unidade, como discutimos na entrada anterior, parte de uma noção de soberania que tende a privilegiar centros de comando em detrimento de uma multiplicidade e, neste sentido, a demanda pela realização de uma técnica (uma "dinâmica") com o intuito de abafar um conflito (apaziguar uma *multidão*), sinaliza, além do mandato social de um certo modo de fazer psicologia, a emergência de uma lógica de funcionamento estatal a espreitar-se nesta movimentação.

A genealogia da AP, no Brasil, remete a uma apropriação por movimentos sociais e políticos esculpidos numa forma organizativa de tradição socialista que permeia tanto os movimentos sociais quanto os setores mais progressistas da igreja católica. Ambos têm como tradição ancorar suas lutas e cicatrizar seus conflitos no conceito de povo ("povo explorado"; "povo oprimido"; "povo pobre"; "povo de Deus") que, como já vimos, pode servir tanto para legitimar o uso da violência contra uma autoridade soberana vigente (em nome de uma libertação), como autorizar, ao mesmo tempo, o seu uso contra a alteridade desta população.

Perguntamo-nos, hoje, quais os mecanismos de conjuração dessa forma-Estado emergente? Tão focados estávamos no processo de mobilização *popular* que não nos atentamos para a dimensão da relação que construíamos com os participantes da AP, na maioria das vezes, marcada pela intermediação de um único personagem – que até aqui referimos inúmeras vezes como "usuário" do CRAS – em quem centralizávamos todo o processo.

Correto afirmar que, se não fosse este, grande parte dessa mobilização não ocorreria, pois sua liderança – no sentido mesmo de alguém que está à frente, na vanguarda de um processo – era evidente. Talhado nas lutas do MST, sua atuação estava permeada por um certo modo militância-vanguarda que, desapercebidamente, ajudávamos a fortalecer, ao não colocá-la em análise. Ao invés de fortalecermos uma referência ou, de preferência, várias outras, estávamos a compor o processo de construção de uma liderança, como veremos adiante. "(S)ob uma outra forma que não aquela de sua existência" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 16) as engrenagens de uma máquina estatal começavam, sorrateiramente, a funcionar.

Naquela noite, o delegado do OP que detinha as informações sobre a rua (e que

também era o vice-presidente da Associação) não compareceu, alegando ter sido convidado “em cima da hora”. A assembleia foi cancelada e remarcada para o dia 22 de junho de 2009.

Nesse intervalo realizamos uma assembleia na “parte alta do morro”. Doze moradores participaram, em sua maioria, “usuários” do CRAS. O modo como se processou esta reunião foi completamente diferente daquela instituída na “parte baixa”. Na pequena quadra mal iluminada onde conversávamos, crianças jogavam bola e faziam uma saudável algazarra. Sem cadeiras, alguns participantes sentaram-se nas pedras, outros ficaram em pé. Ao ar livre esforçávamos para escutarmos uns aos outros, em meio ao difícil exercício (para nós, talvez) de uma atenção multifocalizada: assuntos da assembleia, bolas chutadas na nossa direção, filhos que brincavam e/ou brigavam. Acerca de 15 (quinze) metros, encostados numa pedra, um grupo de cinco jovens olhavam curiosos ou desconfiados para aquela aglomeração disciplinada à plena luz da lua. As inúmeras queixas dos participantes foram acompanhadas por falas que demonstravam descrédito em qualquer processo de mobilização. Seria assim se tivéssemos pensado em outro modo de intervir naquele espaço? Para cada lugar, uma metodologia diferente deveria ser experimentada.

No retorno, já passado das 20 horas, três moradores solicitaram nossa companhia até a casa do presidente da Associação para convidá-lo para a próxima reunião. Porém, não nos atendeu. Descendo as escadarias – atentos ao trajeto acidentado das ruelas e às conversas – soubemos que alguns partidos políticos começavam a atuar na região, interessados no aparelhamento da *movimentação* que se processava. Um desses moradores que acompanhávamos nos mostrou um pequeno convite impresso, em tamanho e formato análogo ao modelo que sempre distribuíamos, em que um desses agentes convocou, em seu nome e como se fosse o autor da proposta, aquela AP que acabava de se encerrar.

No dia 22 de junho de 2009 realizamos a sexta assembleia. O Centro Comunitário não comportou a quantidade de pessoas. Para poderem participar, algumas ficaram em pé, do lado de fora da sala, encostados à porta. Desta vez, 39 (trinta e nove) adultos e 5 (cinco) crianças estavam presentes. Dentre estes, um servidor de outro equipamento da PMV, interessado no processo de mobilização.

Novamente os diretores da Associação não compareceram. Os moradores indignaram-se com essa nova ausência e a agitação foi capitalizada por agentes político-partidários interessados em ocupar aquele espaço formal. O “usuário” do CRAS falou sobre o estatuto e o debate girou em torno da necessidade de convocação de novas eleições. Criou-se uma comissão eleitoral, composta por cinco pessoas, que se responsabilizou por contatar o Conselho Popular de Vitória (CPV)[114] e se informar sobre os trâmites necessários para a abertura deste processo.

Quase ao final desta assembleia uma moradora trouxe a notícia de que a prefeitura realizaria o OP da região logo na semana seguinte. Os moradores se mobilizaram, se reuniram e, em tempo recorde, participaram massivamente da discussão. Num universo de oito (8) bairros e noventa (90) pessoas presentes, quarenta e três (43) eram do bairro onde se construía a AP. Dos quatorze (14) delegados eleitos, cinco (5) foram deste bairro. Os nove (9) sub-grupos de dez (10) pessoas, formados para discutir as necessidades da região, elegeram a rua “deles” como principal prioridade.

O “usuário” do CRAS nos relatou que nos OPs anteriores os moradores se dividiam nas decisões. Agora todos que participaram haviam votado na rua e, mais do que isso, convencido pessoas de outros bairros com argumentos sólidos e consistentes adquiridos nos debates travados na AP.

Quando tiveram exemplos concretos da possibilidade de influenciar as decisões político-estatais, perceberam que, com mobilização, eram capazes de interferir mais efetivamente nas relações de poder das quais sempre foram alijados. E gostaram. A comunidade passou a se reunir mais frequentemente em assembleias que se realizavam semanalmente. Ouvimos relatos de que quando se percebia que um morador assíduo faltava às reuniões, iam visitá-lo. Nessa dinâmica, se apoiavam nos momentos em que tinham problemas de saúde, financeiros ou familiares.

Até esta assembleia, os técnicos do CRAS ainda coordenavam os encontros,

---

[114] O Conselho Popular de Vitória (CPV) é responsável pelos processos eleitorais das Associações de Moradores de Vitória. “É uma sociedade civil, sem fins lucrativos que tem como objetivos: Congregar as entidades representativas de moradores de Vitória, assegurando a plena efetivação dos direitos de suas filiadas; Contribuir para soluções de seus problemas; Promover o desenvolvimento comunitário, proporcionando aos filiados meios para lutarem por melhores condições de vida social, econômica, política, cultural e ambiental”. Disponível em: <http://www.cpv-es.com.br/pg/6011/o-que-e-o-cpv/>. Acesso em: 28 abril 2014.

conduziam as discussões, faziam inscrições de falas, procuravam fazer a palavra circular e tentavam assegurar um processo democrático e participativo.

Entretanto, precisávamos desertar daquele lugar de poder. Era preciso, começando por nós, intervir nessa lógica distintiva entre os que sabem e que falam (mandam e governam) e aqueles que não sabem e escutam e que, no fim das contas, obedecem e são governados.

Percebemos, a partir daquela assembleia, que este momento havia chegado, pois os moradores que a freqüentavam desde o início e que, em realidade, faziam o processo crescer, conduziam o mesmo com desenvoltura. Isto ficou evidente quando o técnico da Prefeitura tentou direcionar o assunto das discussões para demandas referentes ao seu equipamento. Sem constrangimento algum o "usuário" do CRAS se manifestou dizendo que aquele não era o espaço para discussões de assuntos da PMV e que era preciso escutar a comunidade e construir o processo "com os pés no chão!". A partir deste momento as assembleias seguintes foram coordenadas pelos próprios moradores, sem a nossa presença. Nossa participação resumiu-se a continuar confeccionando e imprimindo os convites, o que envolvia custos que a AP não poderia arcar.

As informações sobre a AP passaram, então, a chegar até nós por meio de burburinhos. Numa dessas ocasiões, soubemos que o "usuário" do CRAS havia articulado com o MPA e com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)[115] - do

[115] "O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem por objetivo incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos, sendo constituído por instrumentos que permitem a estruturação e o desenvolvimento da agricultura familiar. É acionado após a colheita, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com a venda da sua produção a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a mão-de-obra, e lhe permita ter recursos financeiros suficientes para a sobrevivência de sua família com dignidade. Considerado como uma das principais ações estruturantes da estratégia Fome Zero, o PAA constitui-se em mais um mecanismo de apoio à agricultura familiar, a exemplo do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf e do Proagro Mais, seguro específico para os agricultores familiares. Instituído pelo Art. 19 da Lei n. 10.696, de 02 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto n. 6.447, de 07 de maio de 2008, o PAA tem como finalidade precípua o apoio aos agricultores familiares, por meio da aquisição de alimentos de sua produção, com dispensa de licitação. Os alimentos adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas são destinados à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais. A operacionalização do PAA é simples, pois a compra é feita diretamente pela Conab, por preço compensador, respeitando as peculiaridades e hábitos alimentares regionais e a situação do mercado local." Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html>.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – a distribuição de alimentos no bairro, advindos da agricultura familiar: uma vez por mês distribuíam 200 (duzentas) cestas de alimentos orgânicos para as famílias que viviam em situação de insegurança alimentar. Um dos critérios utilizados para a concessão era a participação nas APs e em outras ações que começaram a desenvolver, tais como palestras sobre o efeito nocivo dos agrotóxicos; meio ambiente; água, etc.

Essa distribuição, articulada autonomamente, superava em qualidade e quantidade serviço semelhante desenvolvido no CRAS. Este equipamento distribuía 100 cestas básicas/mês para a população de onze (11) bairros que, em sua maioria, eram mais populosos que aquele em que se realizava a AP. A cesta do CRAS era composta de alimentos industrializados, o que também "alimentava" grandes redes de supermercado e multinacionais do agronegócio (modelo baseado no latifúndio, trabalho escravo, uso de agrotóxicos, grilagem de terras, violência no campo e depredação da natureza). Em muitos casos essas cestas continham produtos de baixa qualidade e, por vezes, prazo de validade vencido. Muitas famílias reclamavam que eram obrigadas a descartar alguns produtos.

As cestas da AP, por sua vez, eram adquiridas da agricultura familiar, produzidas por famílias inteiras que retiravam seu sustento de pequenas propriedades rurais, a partir de um plantio agroecológico[116] (sem agrotóxico, baseado na diversidade de

---

Acesso em: 29 abril 2014.

[116] "A agroecologia consiste em uma proposta alternativa de agricultura familiar socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. O termo pode ser entendido de diversas formas: como ciência, como movimento e como prática. Nesse sentido, a agroecologia não existe isoladamente, mas é uma ciência integradora que agrega conhecimentos de outras ciências, além de agregar também saberes populares e tradicionais provenientes das experiências de agricultores familiares de comunidades indígenas e camponesas. A palavra agroecologia foi utilizada pela primeira vez em 1928, com a publicação do termo pelo agrônomo russo Basil Bensin. O entendimento da agroecologia enquanto ciência coincidiu com a maior preocupação pela preservação dos recursos naturais nos anos 60 e anos 70. Os critérios de sustentabilidade nortearam as discussões sobre uma agricultura sustentável, que garantisse a preservação do solo, dos recursos hídricos, da vida silvestre e dos ecossistemas naturais, e ao mesmo tempo assegurasse a segurança alimentar. [...] Em sentido mais estrito, a agroecologia pode ser vista como uma abordagem da agricultura que se baseia nas dinâmicas da natureza. Dentro delas se destaca a sucessão natural, a qual permite que se restaure a fertilidade do solo sem o uso de fertilizantes minerais e que se cultive sem uso de agrotóxicos. [...] Basicamente, a proposta agroecológica para sistemas de produção agropecuária faz direta contraposição ao agronegócio, por condenar a produção centrada na monocultura, na dependência de insumos químicos e na alta mecanização, além da concentração de terras produtivas, a exploração do trabalhador rural e o consumo não local da respectiva produção. As práticas agroecológicas podem ser vistas como práticas de resistência da agricultura familiar, perante o processo de exclusão no meio rural e de homogeneização das paisagens de cultivo. Essas práticas se baseiam na pequena propriedade,

culturas e no respeito a terra), fortalecendo um modo de produção praticado, principalmente, na região Serrana do ES, na qual a resistência e insistência dos colonos frearam a constituição de grandes latifúndios monocultores (de eucalipto e cana-de-açucar, por exemplo, tão comuns na região norte do ES, como demonstrado na entrada da luta indígena).

Numa outra ocasião fomos convidados para uma festa junina organizada pela nova diretoria da Associação de Moradores. Soubemos que uma chapa havia sido criada a partir do processo de construção da AP (encabeçada pelo "usuário" que iniciou esse processo conosco) e que esta havia ganhado a disputa com outra chapa, encabeçada por um agente político-partidário (apoiado por um deputado estadual). Depois de eleitos, iniciaram alguns projetos, tais como o cultivo de hortas comunitárias em terrenos baldios do bairro e oficinas de dança e beleza afro.

Entretanto, os encontros da AP também se tornaram escassos. Muitos usuários reclamavam que não mais encontravam o presidente da Associação e este reclamava que a população não se envolvia na sua gestão.

Ora, isso veio a nos causar certo estranhamento, pois ocupar a Associação foi uma decisão coletiva, processada de forma ascendente a partir de uma "base" reunida em assembleia. *Algo* havia acontecido. Hoje, nos perguntamos: como as pessoas que ocuparam esse espaço foram donatárias das mesmas queixas que endereçavam a administração anterior? E o que lhes fazia signatários da mesma crítica que a antiga diretoria lhes impingia no instante precedente a essa ocupação (a de que os moradores delegavam todas as decisões)?

Lugar-comum de uma forma hegemônica de se fazer Política, conselhos,

---

na força de trabalho familiar, em sistemas produtivos complexos e diversos, adaptados às condições locais e ligados a redes regionais de produção e distribuição de alimentos. De acordo com Ivani Guterres, vivemos uma crise conjuntural no atual sistema de desenvolvimento capitalista. Essa crise teria sido causada em muito pelo modelo de exploração natural e social do agronegócio, ao impulsionar a mercantilização da terra, as privatizações e a precarização das condições de trabalho no campo. Para a pesquisadora, o resgate de saberes tradicionais e os avanços nos estudos científicos na área da agricultura ecológica alternativa são fundamentais para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis [...]". Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroecologia>. Acesso em: 28 abril 2014.

conferências, grêmios, CAs, DAs, DCEs, associações, sindicatos, partidos, constituem espaços que, desde sua formalização, foram investidos por uma estética estatizante. Ainda que nesses espaços seja possível o exercício de outras práticas, como viemos discutindo, canais e condutos foram-lhe estrategicamente enxertados de maneira a estruturar uma ordenação burocratizante das relações político-sociais.

Muitos "usuários" do CRAS, por exemplo, reclamavam da dificuldade de encontrar o presidente da Associação para obter sua assinatura em documentos requisitados pela PMV para a concessão de benefícios eventuais, tais como auxílio natalidade e auxílio funeral. [117] A assinatura fora uma estratégia criada pela Prefeitura para averiguar a veracidade da informação que o requisitante prestava em relação ao endereço do seu domicílio e, sem ela, este não poderia acessá-lo. O presidente, por sua vez, assumiu uma série de outras "atividades de cúpula" que a função exigia, participando de espaços institucionalizados que lhe garantiam uma "boa relação" institucional dentro do sistema Político em que a Associação estava inserida e "precisava" relacionar-se.

É possível observar que a relação entre presidente e moradores reproduz uma cisão originária da forma-Estado: governante e governado. Deleuze e Guattari escrevem:

> Uma das tarefas fundamentais do Estado é estriar o espaço sobre o qual reina, ou utilizar os espaços lisos como um meio de comunicação a serviço de um espaço estriado. Para qualquer Estado, não só é vital vencer o nomadismo, mas controlar as migrações [...]. Com efeito, sempre que possível o Estado empreende um processo de captura sobre fluxos de toda sorte [...]. Mas são necessários trajetos fixos, com direções bem determinadas, que limitem a velocidade, que regulem as circulações, que relativizem o movimento, que mensurem nos seus detalhes os movimentos relativos dos sujeitos e dos objetos. Donde a importância da tese de Paul Virilio, quando mostra que "o poder político do Estado é *polis*, polícia, isto é, vistoria", e que "as portas da cidade, seus pedágios e suas alfândegas são barreiras, filtros para a fluidez das massas, para a potência de penetração das maltas migratórias, pessoas, animais e bens". Gravidade, *gravitas*, é a essência do Estado. Não significa de modo algum que o Estado ignore a velocidade; mas ele tem necessidade de que o movimento, mesmo o mais rápido, deixe de ser o estado absoluto de um móbil que ocupa o espaço liso, para devir o caráter relativo de um "movido" que vai de um ponto a um

[117] Esses auxílios constituem parte dos benefícios eventuais assegurados pelo artigo 22 da Lei N° 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, alterada pela Lei N° 12.435, de 06 de julho de 2011. São prestados às famílias que recebem menos de ¼ do salário mínimo per capta. Em virtude do nascimento de um novo membro, a família recebe 1 salário mínimo. No caso de falecimento, o município arca com as despesas da funerária, velório e sepultamento. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/beneficios-eventuais-1/beneficios-eventuais>. Acesso em: 28 abril 2014.

> outro num espaço estriado (2012, p. 63-64).

Essa experiência evidencia que, independente das “boas intenções” e da “boa vontade” dos seus participantes, *algo* nesses espaços (sua lógica estatal), os fazia funcionar de uma determinada maneira, induzindo comportamentos, incitando movimentos, absorvendo e capturando a força criativa que emergia dessas experimentações.

Mecanismos de poder que não se constroem, diretamente, de um outro lugar, como num “quartel general inimigo”. O caso da AP, por exemplo, nos mostra que essa forma-associação foi desejada, maquinada, agenciada: “os grupos sujeitados não estão menos nos mestres por eles adotados do que nas massas que os compõem” (DELEUZE apud GUATTARI, 1981, p. 104).

Como construir, então, estratégias que produzissem reveses, escapes, deserções desse modelo que se dilata no pensamento e dele recebe “a sanção de forma única, universal” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 47)? Como despotencializar as “tendências que buscam o Estado” (p. 128)?

> [...] o espaço liso e a forma de exterioridade não têm uma vocação revolucionária irresistível, mas, ao contrário, mudam singularmente de sentido segundo as interações nas quais são tomados e as condições concretas de seu exercício ou de seu estabelecimento (DELEUZE; GUATTARI, p. 65).

3.11 DISPOSITIVOS DE GOVERNO E SEDENTARIZAÇÃO

Maurício Lazzarato (2011), ao analisar a luta dos intermitentes do espetáculo que teve lugar na França entre Junho de 2003 e Abril de 2007, [118] aponta a instituição de um “governo dos comportamentos” a partir de mecanismos de “modulação da precariedade e da insegurança”. Para o autor, esse novo paradigma do capitalismo, “onde os indivíduos passam de um emprego a outro, mudando a cada vez de empregador” (p. 10), será constituído como o dispositivo de uma nova

[118] Trabalhadores temporários do setor cultural, principalmente.

governamentalidade, capaz de sujeitar, em espaço aberto, a conduta dos assalariados.

***

A origem da flexibilização e da precarização do mercado de trabalho remonta à década de oitenta, “quando ainda se sentiam os efeitos da recessão econômica provocada pela crise petrolífera e a ressaca das lutas operárias contra a disciplina de fábrica” (MATOS, acesso em: 28 abril 2014). Frente às oscilações do mercado e a resistência dos operários, estas mudanças possibilitaram às empresas contratar mais empregados quando a procura pelos seus produtos estava em alta e demiti-los quando a demanda estava em baixa, originando novas formas de relação contratual como o trabalho temporário, a subcontratação e o contrato de prestação de serviços.

Um efeito significativo desta mudança processou-se nas lutas engendradas no modo militância-vanguarda, quando a relação de identidade entre indivíduo e trabalho foi estrategicamente rompida, provocando o enfraquecimento das organizações sindicais em que estes trabalhadores encontravam-se, à época, fortemente organizados. Sobre esse efeito, Lazzarato (2011) escreve:

> A gestão diferencial do mercado do trabalho cumpre uma função fundamental que responde a uma questão política muito precisa. Como produzir as polarizações de rendimento e de poder no interior da relação capital-trabalho sem as cristalizar em dualismos políticos irredutíveis? O governo das condutas é um conjunto de técnicas cujo objectivo é a neutralização e a despolitização da “política revolucionária” construída entre o fim do séc. XIX e começo do séc. XX, política que soube transportar estas desigualdades para um combate “de vida ou de morte” entre “operários” e “capitalistas” (p. 27-28).

Os novos vínculos que emergiram nesse cenário caracterizaram-se por baixos salários, horas extraordinárias não remuneradas, más condições de trabalho e ausência de proteção social, favorecendo a submissão e a aceitação, por parte desses trabalhadores, da provisoriedade, da insegurança, da instabilidade, da indefinição e da incerteza. Esse novo paradigma do capitalismo aproximou-se daquilo a que Javier Toret e Nicolás Sguiglia chamaram de “devir migrante do trabalho" (MATOS, acesso em: 28 abril 2014); ou seja, uma extensão progressiva

das condições laborais dos imigrantes, caracterizado pela informalidade, desproteção, temporalidade, etc.

Os funcionários públicos não escaparam dessa lógica. Na realidade específica da Política de Assistência Social do município de Vitória, tomando como referência o período em que lá atuei (2008-2012), cerca de 95% dos profissionais não possuíam vínculos permanentes com a administração municipal. Trabalhadores, por exemplo, que exerciam a mesma função e as mesmas atividades num mesmo equipamento, atuavam sob regimes de contratação diferenciados: efetivo, contratado ou terceirizado; submetendo-os a diferenciações salariais, de benefícios e carga horária. No caso dos terceirizados, a relação de emprego estendia-se a quatro entidades (ONGs) diferentes que executavam serviços e programas de responsabilidade estatal, via convênios de repasse de recurso público.

Apesar do aumento dos investimentos nesta Política promover, em âmbito nacional, um rápido crescimento no número de equipamentos[119] e de seus trabalhadores[120], essa expansão se deu com base no aprofundamento da precarização dos vínculos trabalhistas. Dados apontados pela pesquisa Munic-IBGE (2010)[121] revelaram que os trabalhadores contratados temporariamente para este setor cresceram 73,1% e que aproximadamente metade (44,6%) não possuía vínculo permanente com o SUAS.

Os efeitos de submissão a que os trabalhadores estavam expostos a partir dessa condição evidenciam-se nos registros que fiz à época[122]:

---

[119] No ano de 2003 havia 496 CRAS e 305 CREAS no país. Em 2011 este quantitativo saltou para 7.721 CRAS e 2.155 CREAS.

[120] No que se refere ao número de trabalhadores no SUAS, de 2005 a 2009 ocorreu um acréscimo de 30,7% (139.549, em 2005, para 182.436, em 2009).

[121] Pesquisa Perfil dos municípios brasileiros — suplemento de assistência social, Munic/IBGE (2010).

[122] Os relatos transcritos referem-se a fragmentos de experiência, registros de recortes da vivência profissional num CRAS da Política de Assistência Social do município de Vitória-ES. Na época, esses registros não visavam a presente pesquisa, mas o uso destes dados foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, ao qual este projeto foi submetido e aprovado em 28 de abril de 2014. Os nomes próprios, constantes no registro original, foram substituídos por letras do alfabeto (em negrito), pois nossa intenção não é eleger culpados ou vítimas para os modos hegemônicos de trabalho que vem se produzindo no cotidiano dessa Política. Nosso intuito, ao contrário, é evidenciar experiências de subordinação e, principalmente, de liberação que se processam por *dentro* da máquina estatal, esgarçando essas experiências a ponto de despessoalizá-las. Fazer emergir os vetores políticos de produção de determinadas relações e formas de vida. Trabalhamos com a ideia de subjetividades fabricadas e modeladas no registro do social, dissociada da ideia de indivíduo ou individualidade. Segundo Guattari e Rolnik (1986), a subjetividade não está circunscrita ao indivíduo, mas assumida por indivíduos em suas existências particulares, sendo

> Semana passada **A** me ligou dizendo que havia sido *demitida*. [...] Ao chegar em casa abri um e-mail de **B** dizendo que também havia sido *demitida*. No dia seguinte **C** chegou ao CRAS perguntando se haviam deixado a vassoura em casa, pois as "bruxas estavam soltas". Falou que *mais demissões estavam por vir*. Posteriormente **D** informou que **E** também havia sido *demitida*.
>
> [...] *clima de terror* nos CRAS [fala de **F**, **G** e **H**]. **I** [administrador] liga para CRAS **J** dizendo que vai conversar com **L** e **M**, mas ninguém aparece, o que gera um *clima de medo constante* quanto à "próxima vítima". **N** tem recebido *ameaças* [...]. **O** declara que as pessoas *não querem mais falar* e *se vigiam mutuamente*. E reclama do tratamento desrespeitoso de **P** que faltou lhe chamar de "burra". **Q** declara que presencia inúmeros casos de *assédio moral*.

Estas falas, marcadas pelo desemprego ou pelo medo de encontrar-se nesta situação, exemplificam alguns efeitos da precariedade na produção de insegurança na vida desses trabalhadores. O uso estratégico desta precariedade para a produção de um clima de terror permanente e o exercício autoritário das prerrogativas cristalizadas nas funções de hierarquia do aparelho de Estado constituía um dos mecanismos diretos mais poderosos de governo da conduta desses funcionários, fortalecendo processos de individualização, competitividade, desconfianças mútuas e vigilâncias recíprocas que, estrategicamente, alimentavam lógicas burocráticas, autoritárias e produtivistas no cotidiano dos serviços, ao mesmo tempo em que diluíam resistências por meio de docilizações e cortes nos aliançamentos que se processavam entre os próprios trabalhadores. Como afirma Lazzarato (2011): "da gestão diferencial destas desigualdades libertam-se medos diferenciais que atingem todos os segmentos da sociedade sem distinção e que constituem o fundamento 'afectivo' deste governo das condutas pelas desigualdades" (Lazzarato, p. 27).

Essa condição reforçava, portanto, o assujeitamento dos profissionais aos dispositivos de controle do Estado, facilitando o uso dos mesmos como dispositivos de governo da população na medida em que evitavam se envolver em situações divergentes e conflitantes com os interesses da administração e seu modo de funcionamento. Foucault (2008), discorrendo sobre a governamentalidade, afirma o governo como uma arte e um saber capaz de reger a conduta dos homens, um modo de agir sobre suas ações, utilizando-se de instrumentos estatais. A finalidade

---

expressão de múltiplos agenciamentos produzidos socialmente. Configurações, portanto, situadas sócio-historicamente, frutos de um processo de subjetivação.

dessa arte/saber é organizar todo um campo de relações no qual ações sobre ações surtem efeito. “Governar, diz Michel Foucault, não é o mesmo que ‘reinar’, não é a mesma coisa que ‘comandar’, não é a mesma coisa que ‘ditar a lei’” (LAZZARATO, 2011, p. 81).

> O capitalismo desenvolve, desde o começo, uma outra forma de poder para além da soberania, do direito, das instituições democráticas, um poder que continuamente se refaz, um poder em acto. Ao lado e por baixo das leis e das instituições democráticas, ao lado e por baixo das constituições, age um poder constituinte que não reúne nas assembleias deliberativas, que se exerce de maneira difusa e quotidiana, que constrói, desmonta, fende, passa através das relações globais e das hierarquias gerais, transformando-as e confirmando-as (LAZZARATO, 2011, p. 87).

Assim, por mais progressistas que fossem as falas dos administradores do aparelho de Estado, as relações de poder espraiadas no cotidiano dos serviços evidenciavam que as práticas de governamento dos funcionários encontravam esteio importante na precariedade dos seus vínculos empregatícios, utilizados como moeda de troca para sua não vinculação às movimentações críticas que se processavam em seus espaços de trabalho e territórios de intervenção. Dessa forma, tentava-se capturar os trabalhadores numa burocracia fixadora de tempos-espaços pré-desenhados e desviar suas energias das práticas de experimentação. Como afirma Benites:

> [...] uma das atividades fundamentais das modernas burocracias é o trabalho de vigiar e avaliar os seus próprios agentes, bem como suas próprias ações. No setor estatal, constituíram-se mecanismos pelos quais se engendraram saberes e práticas destinados à seleção e controle daqueles homens cujo trabalho é a regulação e controle dos demais indivíduos da sociedade (2004, p. 284).

A precariedade dos vínculos dos trabalhadores estatais passa também por um uso tático de uma solução histórica que se deu no âmbito do “mercado de trabalho” capitalista, aprofundando e sofisticando mecanismos de controle sobre aqueles que participam concretamente de práticas normalizadoras da população. “Para governar a população, é preciso que o Estado governe-se a si próprio” (BENITES, 2004, p. 286), que controle aqueles que tem a função de controlar.

Na esteira das relações de poder e resistência que se processavam nas experimentações dos trabalhadores do CRAS, uma das primeiras reações da

administração para a desestabilização de um novo modo de funcionamento que ali se constituía foi a substituição da coordenação do equipamento. A segunda foi a transferência súbita de três técnicos da unidade. Paralelamente, práticas de desqualificação, remanejamentos e demissões foram se acentuando, constituindo uma prática de gestão que visava alterar as correlações de força presentes nas equipes consideradas “críticas”, “insubordinadas” ou “rebeldes”. Tal prática produzia efeitos imediatos nos trabalhos desenvolvidos: além da descontinuidade dos serviços, silenciamento e adoecimento dos trabalhadores, evidenciados nos relatos abaixo:

> [...] **U** ficou muito *triste*. Chorou. **V** disse que foi feita uma avaliação entre **X**, **Y** e ele[a] e que decidiram pela sua *demissão*. Ele[a] disse que gostaria de saber o motivo [da demissão] e que gostaria de recebê-lo[a] por escrito. **H** falou que não faria isso. [...] **B** só foi autorizado[a] a retornar para pegar seus pertences. Às 11 horas [do dia seguinte] chegou seu[sua] substituto[a], que disse que foi informado[a] ontem mesmo sobre sua transferência, sem poder finalizar o trabalho que desempenha no CRAS **B**.
>
> [...] O que virá? Nestes momentos fico *apreensivo*, *suo* e tenho *tremores*, prendendo a respiração, minhas mãos ficam geladas, por *pressentir* que virá uma nova *perseguição*.
>
> [...] **B** disse que ficou muito preocupada com a saúde de **C**, já que tem pressão alta e chegou a sonhar com ele[a], pois ele[a] *tremia* e tinha suas feições transformadas [na reunião]. Se não fizermos logo alguma coisa alguém vai adoecer seriamente. Esse final de semana fiquei com torcicolo, tamanha foi a tensão na sexta-feira. Estou com *dores* de cabeça freqüentes, coisa que nunca tive anteriormente.

Fazia-se necessário, então, pensar a condição de submissão dos usuários entrelaçada com a mesma condição de submissão dos trabalhadores. Alianças se fariam possíveis a partir desse entrelaçamento... A articulação necessária entre trabalho crítico, organização dos usuários e organização dos trabalhadores compareceu, então, como uma questão indissociável.

Apesar dessa precarização configurar-se, a primeira vista, como uma “derrota” dos movimentos operários (no silenciamento de suas lutas engendradas num certo modo militância-vanguarda), quais outras possibilidades de militância e de formações guerreiras emergem nesse cenário? Como escapar desse “devir migrante do trabalho” como artifício capitalista de acumulação, jogando esta estratégia de dominação dos fluxos de trabalho pelo capital contra ele mesmo? Como afirmar um devir nômade na construção de zonas autônomas temporárias? Importante,

portanto, não pensar apenas no fechamento do espaço que esses dispositivos operam, mas também nas aberturas provocadas pelas movimentações que buscavam se esquivar desses mecanismos de sedentarização do trabalho e do trabalhador em procedimentos pré-selecionados. Como, nas esquivas e gingados, os trabalhadores inventaram novas formas e estéticas de luta *por dentro* do aparelho de Estado?

Os acampamentos rebeldes por dentro do aparelho de Estado vinculam-se, assim, aos diversos movimentos de ocupação efetuados no Brasil e no mundo afora, operando micro-invenções no campo das lutas, conectadas às experiências globais de resistência efetuadas em redes multitudinárias.

3.12 ACAMPAMENTOS REBELDES “POR DENTRO” DO APARELHO DE ESTADO: ZONAS DE SUBVERSÃO DAS FERRAMENTAS DE TRABALHO

> [...] homens de guerra renascem, com muitas ambiguidades; são todos aqueles que sabem da inutilidade da violência, mas que estão na adjacência de uma máquina de guerra a ser recriada, de revide ativo e revolucionário. Também renascem operários, que não acreditam no trabalho, mas que estão na adjacência de uma máquina de trabalho a ser recriada, de resistência ativa e de liberação tecnológica. (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 89).

> Entre a guerrilha e o aparelho militar, entre o trabalho e a ação livre, os empréstimos sempre se fizeram nos dois sentidos, para uma luta tanto mais variada (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 90).

A experiência da AP evidenciou a possibilidade de agentes (rebelados) no Estado experimentarem a criação de zonas autônomas temporárias a partir de práticas clandestinas de militância.

O afecto nômade indutor desta militância paradoxal - por dentro do aparelho estatal, porém contrário a sua lógica de funcionamento – revelou-se fonte de agenciamentos guerreiros nos quais algumas ferramentas de trabalho (comumente utilizadas para a desqualificação de uma ação livre/experimentativa) puderam ser coletivamente subvertidas e usadas por bandos/maltas/confrarias de trabalhadores, como armas de uma máquina de guerra.

Deleuze e Guattari (2012) argumentam que as armas sempre estiveram articuladas a um agenciamento guerreiro, enquanto que as ferramentas a um agenciamento trabalho, pertencente ao aparelho de Estado (p. 85). As ferramentas, segundo os autores, se encontram diante das forças para vencê-las ou utilizá-las, trazendo a matéria para “um estado de equilíbrio” (p. 77): “Para que haja trabalho, é preciso uma captura da atividade pelo aparelho de Estado” (p. 86). A arma, por sua vez, se encontra diante de revides: precipitações ou mudanças de velocidade que rompem o equilíbrio da matéria, constituindo-se como “fator inventivo e precipitante da máquina de guerra” (p. 78).

De acordo com os autores, as armas e as ferramentas podem ser diferenciadas “segundo seu uso (destruir os homens ou produzir bens)” (p. 77). Mas essa distinção extrínseca, ainda que evidente, tem o demérito de não explicar uma “convertibilidade geral entre os dois grupos” (p. 77), já que “durante várias eras sucessivas, os instrumentos agrícolas e as armas de guerra” permaneceram os mesmos (FULLER apud DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 77).

Deleuze e Guattari (2012) procuram diferenciar esses dois grupos a partir de outras aproximações analíticas. Numa primeira, explicam que “tudo o que lança ou é lançado é em princípio uma arma, e o propulsor é o seu momento essencial. A arma”, portanto, “é balística” (p. 77). Numa segunda aproximação, os autores distinguem a relação destes grupos com o movimento. O caráter projetivo da arma, por exemplo, advém da velocidade que ela inventa, ou, ela mesma, é uma invenção advinda da descoberta da velocidade.

Essa relação com o movimento, no entanto, complexifica a questão, pois a “velocidade não é absolutamente algo específico da máquina de guerra”, haja visto “a história do motor [que] não é apenas militar” (p. 80). Haveria, então, dois modelos motores para as ferramentas e as armas: um relativo ao trabalho e o outro, à ação livre.

> O trabalho é uma causa motriz que se choca contra resistências, opera sobre o exterior, se consome ou se despende no seu efeito, e que deve ser renovado de um instante ao outro. A ação livre também é uma causa motora, mas que não tem resistência a vencer, só opera sobre o próprio corpo móvel, não se consome no seu efeito e se prolonga entre dois instantes. [...] Na ação livre, o que conta é a maneira pela qual os elementos do corpo escapam à gravitação a fim de ocupar de modo absoluto um espaço não pontuado (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 80-81).

Para Deleuze e Guattari (2012), as armas reportam-se ao modelo de ação livre, enquanto que as ferramentas remetem-se ao modelo do trabalho:

> O deslocamento linear, de um ponto a outro, constitui o movimento relativo da ferramenta, mas a ocupação turbilhonar de um espaço constitui o movimento absoluto da arma. Como se a arma fosse movente, auto-movente, ao passo que a ferramenta é movida (p. 81).

As armas e as ferramentas, contudo, só podem ser assim definidas a partir dos agenciamentos que as supõem. Elas "são conseqüências, nada além de conseqüências", escrevem Deleuze e Guattari (2012, p. 82). A lança e a espada, por exemplo, "só existiram desde a idade do bronze graças a um agenciamento homem-cavalo" (p. 83) que prolongou o punho, multiplicou a força e ampliou a velocidade do cavaleiro, tornando obsoletos o martelo e o machado (primeiras armas de infantaria). Uma arma, portanto, não é "nada sem a organização de combate" da qual faz parte (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 82). O que as define é, em suma, o tipo de agenciamento que as compõem e que as dispõem.

Para Deleuze e Guattari (2012) "os agenciamentos são passionais, são composições de desejo" e o desejo, por sua vez, "nada tem a ver com uma determinação natural ou espontânea, só há desejo agenciando, agenciado, maquinado" (p. 83). Assim, "o rendimento de um agenciamento" não existe "sem as paixões que ele coloca em jogo, os desejos que o constituem, tanto quanto ele os constitui" (p. 83).

> Mas se é verdade que todo agenciamento é de desejo, a questão é saber se os agenciamentos de guerra e de trabalho, considerados em si mesmos, não mobilizam paixões de ordem diferente. [...] O regime de trabalho é inseparável de uma organização e de um desenvolvimento da Forma, aos quais corresponde uma formação do sujeito. É o regime passional do sentimento como "forma do trabalhador". [...] Mas o regime da máquina de guerra é antes a dos afectos, que só remetem ao móvel em si mesmo, a velocidades e a composições de velocidade entre elementos. O afecto é a descarga rápida da emoção, o revide, ao passo que o sentimento é uma emoção sempre deslocada, retardada, resistente. Os afectos são projéteis, tanto quanto as armas, ao passo que os sentimentos são introceptivos como as ferramentas (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 84).

Antecedemos a apresentação da experiência forma-Fórum de organização dos trabalhadores discutindo essas relações diferenciais (ferramenta-arma / sentimento-afecto / trabalho-ação livre) porque entendemos tais dinâmicas como partes

constitutivas deste agenciamento guerreiro específico. Ressaltamos, desta maneira, a experiência dos Fóruns de Trabalhadores como uma invenção agenciada por (e agenciante de) afectos nômades; agenciamento projetado como (e projetante de) armas de guerra; experiment(ação livre), subversora, na medida do possível, das ferramentas de trabalho de uma determinada Política estatal. E por isso mesmo, a todo momento, suscetível à capturas e interiorizações no aparelho de Estado.

> [...] não está descartado que as armas e as ferramentas entrem ainda em outras relações de aliança, se são tomados em novos agenciamentos de metamorfose. Ocorre ao homem de guerra formar alianças camponesas ou operárias, mas, sobretudo, ocorre ao trabalhador, operário ou camponês, reinventar uma máquina de guerra. [...] Uma afinidade operário-soldado, arma-ferramenta, sentimento-afecto, marca o bom momento das revoluções e das guerras operárias, mesmo fugidio. Há um gosto esquizofrênico pela ferramenta, que a faz passar do trabalho à ação livre, um gosto esquizofrênico pela arma, que a transforma num meio de paz, de obter a paz. A um só tempo um revide e uma resistência. Tudo é ambíguo (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 89).

3.13 BANDOS, MALTAS, CONFRARIAS DE TRABALHADORES: A EXPERIÊNCIA DO FÓRUM DE PSICÓLOGOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA DE VITÓRIA

> O Velho Antonio dizia que a luta é como um círculo. Pode começar em qualquer ponto, mas nunca terminar.
> (EZLN, 1996 apud GENNARI, 2005, p. 7).

Quando estagiário do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)[123] da Prefeitura de Vitória (ES) – nos anos de 2002 e 2003 – estranhava o modo como alguns profissionais (assistentes sociais e psicólogos) conduziam as reuniões de grupo sócio-educativo. O formato palestra desses encontros e a postura-palestrante desses trabalhadores replicavam “salas de aula” em espaços extra-escolares, nos quais um determinado modo de vida era professorado sobre os demais, numa prática educativo-bancária (FREIRE, 1987).

[123] “O PETI é um dos Programas do Governo Federal que articula um conjunto de ações que visa retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da exploração do trabalho precoce, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos”. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/peti-programa-de erradicacao-do-trabalho-infantil/gestor/gestor-institucional>. Acesso em: 9 abril 2014.

Nos poucos momentos em que os ditos usuários conseguiam se expressar em meio a essas orientações comportamentais e morais (questionando os serviços estatais que lhes deveriam ser, por direito, oferecidos para que pudessem atender as expectativas/orientações daquele modo de vida que lhes era determinado), os espaços institucionalizados de participação social eram prescritos, pelos técnicos, como uma grande panacéia social.

> - Usuário: Não consigo consulta médica...
>
> - Trabalhador: Participe do Conselho de Saúde!
>
> - Usuário: Não consigo vaga na escola próxima da minha casa...
>
> - Trabalhador: Participe do Conselho de Educação!
>
> - Usuário: Meu benefício está atrasado...
>
> - Trabalhador: Participe do Conselho de Assistência Social!
>
> - Usuário: Meu bairro tem esgoto a céu aberto...
>
> - Trabalhador: Participe do Orçamento Participativo!
>
> - Usuário: A prefeitura quer desapropriar minha casa...
>
> - Trabalhador: Faça um abaixo-assinado e entregue para o prefeito! *Mas não diga que fui eu quem o orientou...*

Durante minha atuação no CRAS vi essas práticas se (re) produzirem. Às poucas questões lançadas pelos usuários os trabalhadores apresentavam, de forma quase automática, prescrições participacionistas como fórmulas mágicas para a transformação daqueles modos de vida apequenados pelas intervenções morais.

A desqualificação e o silenciamento desses modos de vida, o não envolvimento dos técnicos na construção dos processos de participação por eles prescritos (postura delegativa), o direcionamento exclusivo desta participação para os dispositivos e instâncias Políticas oficiais, a vivência da CLAS como uma experiência analisadora dessas ferramentas de trabalho (dispositivos estatizantes) e a AP como experiência analisadora das possibilidades de uma ação livre – criadora de zonas autônomas temporárias, ainda que a partir de uma atuação (rebelde) por dentro do Estado - nos forçava a pensar a necessidade dos trabalhadores constituírem espaços coletivos, auto-gestionados e de funcionamento horizontalizado, nos quais pudessem

conversar e analisar seus fazeres cotidianos e realidades territoriais, trocar saberes, conspirar lutas e experimentações críticas.

Necessidade, portanto, da constituição de espaços estratégicos de encontros temporários (acampamentos) para o agenciamento de afectos [124] nômades (militantes), vetor de potencialização das movimentações locais.

***

Se fosse necessário inventar um marco para a instituição do Fórum de Psicólogas e Psicólogos da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de Vitória (FOMPSI), diria que este foi a entrega do documento intitulado "Carta aos Gestores"[125] para o responsável pela administração dessa pasta e os subseqüentes gerentes, em agosto de 2009, mês no qual foi oficialmente instituído.

Seu processo instituinte, entretanto, remonta uma série de movimentações e análises por elas efetuadas que, paulatinamente, ganharam corpo num espaço coletivo já existente: a reunião mensal dos psicólogos dos CRAS de Vitória.

O princípio tático para a criação desta forma organizativa foi o mesmo utilizado para a criação da AP: aproveitou-se de espaços e demandas de Políticas já existentes: (1) discussão do papel do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social; (2) reunião mensal dos psicólogos que atuavam nos CRAS deste município e (3) deliberação da Conferência Municipal de Assistência Social de 2009 para a instituição de fóruns de trabalhadores desta Política, para taticamente fazê-las convergir na constituição de um espaço autônomo no qual corpos rebeldes de funcionários públicos (imbuídos de um afecto nômade) pudessem projetar práticas de militância a partir de seus locais de trabalho, articulando-as sempre que possível.

Para isso, entretanto, foi necessário camuflar este afecto instituinte. Função que a Carta aos Gestores procurou efetivar perante os administradores desta Política municipal; e que reproduzimos abaixo:

---

[124] Deleuze e Guattari distinguem afecto de afetividade (1992). Afecto tem o sentido de afecção. O afeto remete a um objeto, a um sujeito. Já a afecção está vinculada à experimentação, "[...] não depende do vivido e se engendram na ausência da forma-homem [...]" (HECKERT, 2012).

[125] Reproduzido logo abaixo.

Instituída em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), implantou um modelo de gestão que demanda um trabalho pautado na interdisciplinaridade. A partir dessa política, a Norma Operacional Básica – NOB-RH/SUAS elege o psicólogo como um dos profissionais que deve compor as equipes básicas dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, CREAS – Centro de Referencial Especializado da Assistência Social e dos serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Tal fato tem propiciado a crescente inserção de um efetivo considerável de profissionais da psicologia junto à Assistência Social, atuando de maneira interdisciplinar junto a Assistentes Sociais, Pedagogos, Educadores Sociais, dentre outros.

Quando os profissionais contam com a oportunidade de repensar e aprimorar suas ações, com base no conhecimento compartilhado entre diferentes profissões e usuários, realizam trocas de saberes e constroem práticas interdisciplinares realmente colaborativas, ricas e flexíveis.

A prática interdisciplinar é, sobretudo, política, diálogo na busca por leituras, compreensões e atuações consideradas adequadas. Visa abordagens de questões relativas ao cotidiano, pautadas sobre a realidade dos indivíduos em seus territórios. No entanto, a efetiva interdisciplinaridade implica a cada profissional constante avaliação de sua práxis disparada pelo contexto de sua formação ético-profissional na intersecção com as demais profissões com as quais se relaciona.

Uma Psicologia comprometida com a transformação social toma como foco as necessidades, potencialidades, objetivos e experiências do público atendido. Nesse sentido, a Psicologia pode oferecer, para a elaboração e execução de políticas públicas de Assistência Social contribuições no sentido de considerar e atuar sobre a dimensão subjetiva dos indivíduos, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e cidadania. Dessa maneira, as práticas psicológicas não devem *categorizar, patologizar e objetificar* as pessoas atendidas, mas buscar compreender e intervir sobre os processos e recursos psicossociais, estudando as particularidades e circunstâncias em que ocorrem. Tais processos e recursos devem ser compreendidos de forma indissociada aos aspectos histórico-culturais da sociedade em que se verificam, posto que se constituem mutuamente (CREPOP, 2007, p. 22)[126].

Com isso, entendemos que é de suma importância a consolidação de espaços de discussão em busca da reflexão constante acerca das práticas desenvolvidas pelos Psicólogos junto aos usuários e demais profissionais atuantes nos aparelhos públicos da Assistência Social no município de Vitória.

Dessa maneira, o grupo de Profissionais da Psicologia atuantes junto a esta Secretaria, vem por meio desta carta apresentar a proposta de um Fórum de Psicólogos com o intuito de garantir este espaço de discussão das atuais práticas da psicologia dentro da política da Assistência Social. Esta proposta visa o fortalecimento do trabalho interdisciplinar que necessita da construção de uma prática que permita o diálogo sobre pontos de vista diferentes, bem como a discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que subsidiam o trabalho e podem propiciar avanços nas equipes refletindo nos atendimentos/acompanhamentos de usuários e suas famílias.

---

[126] CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS** / Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília, CFP, 2007.

Objetivos

- Promover encontros com o intuito de discutir a prática do psicólogo dentro da Política da Assistência Social;
- Capacitar os psicólogos para trabalhar na área da Assistência Social;
- Fortalecer o trabalho do psicólogo na rede social de atendimento;
- Mapear material bibliográfico e utilizá-los para produzir novas referências a respeito do tema proposto;
- Possibilitar o cumprimento de metas da Comissão de Políticas Públicas, definidas pelo Congresso Nacional de Psicologia;
- Incentivar a inserção e consolidar a atuação dos psicólogos nos serviços, programas e projetos da Assistência Social;

Metodologia

As reuniões serão abertas aos psicólogos (as) que atuam nos equipamentos vinculados a Assistência Social no município de Vitória, além da participação de profissionais convidados (as).

Durante os encontros o grupo elegerá um (a) relator (a) para registro das discussões realizadas. Tais registros serão sistematizados pelo grupo.

Cada encontro contará com a duração média de 3 horas, tendo início às 08:30 h e término às 12h, na sede do Conselho Regional de Psicologia – 16ª Região.

Reuniões mensais, sempre na segunda semana do mês, com os dias da semana alternados, conforme cronograma abaixo: [...].

Com esta justificativa “técnica”, pautada em documentos e discursos oficiais, a forma-fórum foi apresentada aos administradores desta Política como uma ferramenta de trabalho, como uma organização imbuída de *sentimentos* estatais. Contudo, a ser subvertida e usada como arma de guerra.

3.14 FORMA-FÓRUM DE MILITÂNCIA

O termo “Fórum” origina-se do Latim *Fórum,* “local de feira”, “mercado”, tendo um sentido de “reunião, local para discussão pública”. É usado desde 1690, na Europa,

para identificar espaços de comércio e locais de encontro situados nos arredores das cidades. O termo deriva de *Foris*, “no exterior, fora”. [127]

No campo da militância, esta forma organizativa passou a ser amplamente conhecida a partir de 2001, com a realização do primeiro encontro do Fórum Social Mundial (FSM), na cidade de Porto Alegre, tornando-se, desde então, referência para um processo global e permanente de busca e construção de alternativas às políticas neoliberais. Caracteriza-se como um espaço de encontro, debate, reflexão, formulação, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs, que se opõem a qualquer forma de dominação, tendo um caráter não confessional, não governamental e não partidário, marcado pela pluralidade e pela diversidade. [128] Como espaço de encontro, o FSM “se propõe a facilitar a articulação, de forma descentralizada e em rede, de entidades e movimentos engajados em ações concretas, do nível local ao internacional, pela construção de um outro mundo”; sem a pretensão de produzir instâncias representativas.

Trazemos o FSM como cume desta experiência organizativa para apontar o seu uso, pelos movimentos sociais, como parte desse processo de abertura para novos modos e estéticas de luta e militância no contemporâneo, experimentadas desde o final da década de 60 (após o acontecimento de maio de 1968) e que vêm se espalhando mundo afora impulsionados pela criação da Internet, no final da década de 70.

A própria Internet é um produto deste modo de relacionamento de bando (descentralizado e em rede). De acordo com Antoun e Malini (2013), a Internet, que fora criada pelos militares como um dispositivo de monitoramento e controle, “foi tomada de assalto por micropolíticas estranhas, fazendo da rede um meio de vida e uma máquina de cooperação social, por intermédio da multiplicação de grupos de discussão” que a tornaram “um dispositivo de produção de relações, de afetos, de cooperação e de trocas de conhecimentos micropolíticos” (p. 17), de “conversação e relações sociais comunitárias, onde cada um tem sua própria voz sem precisar passar pela intermediação de instituições e discursos oficiais ou comerciais” (p. 18).

---

[127] Ver em: <http://origemdapalavra.com.br/pergunta/pergunta-3016/>. Acesso em: 15 out 2012.
[128] Ver em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1>. Acesso em: 15 out 2013.

Como destacou o filósofo Maurizio Lazzarato, apontando o elemento mais relevante dessa cibercultura:

> Com a Internet, não se trata mais de dispositivos de formação de opinião pública, de compartilhar julgamentos, mas da constituição de formas de percepção comum e de formas de organização e de expressão da inteligência comum (apud ANTOUN; MALINI, 2013, p. 20).

A Internet tem sua genealogia vinculada a processos de experimentação de grupo: foi criada em 1979 por três estudantes da Universidade de Duke e da Universidade da Carolina do Norte (EUA) que, a partir de uma tecnologia que possibilitava a ligação de computadores por meio da linha telefônica, iniciam "um fórum de discussões online sobre os computadores" que logo se torna um "dos primeiros sistemas de conversa eletrônica em larga escala" (CASTELLS apud ANTOUN; MALINI, 2013, p. 19).

O ativismo dessas comunidades virtuais criou o ciberespaço (ambientes virtuais comunitários e participativos dos grupos de discussões) como um território virtual de trocas, ação coletiva e produção comum. Sua emergência fez da web o suporte privilegiado para uma série de ativismos, "ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede interativa" (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 20).

Nesse campo, o ciberativista se aproxima muito daquele militante que viemos discutindo nesse trabalho, que "recusa qualquer noção de poder baseado em alguma forma de mediação, como conselhos, direções, secretariados, para abrir-se a todo tipo de experimentação, cujo valor maior se fixa na frase "faça você mesmo" e em processos colaborativos de trabalho" (ANTOUN; MALINI, 2013, p. 23).

> Essa atuação individual na Internet se tornou uma "zona da impotência" do poder do Estado, como diziam Deleuze e Guattari, para salientar que todo centro de poder tem um aspecto débil, frágil. Uma zona de impotência porque o poder não a conseguiu, a partir daí, controlar nem determinar (p. 24).

***

Estabelecemos como marco fictício para a instituição do FOMPSI (qual marco não o é?), a entrega da Carta aos Gestores. No entanto, seu "pontapé" inicial foram

conversas travadas na reunião de psicólogos dos CRAS e a criação de um grupo de discussão na Internet (portanto, fora do local de trabalho), onde esta Carta foi elaborada a partir de um processo colaborativo.

Após um convite direcionado aos psicólogos que compunham o quadro das diversas gerências desta secretaria para ingressarem nesse fórum virtual, os encontros presenciais passaram a ser realizados mensalmente, discutindo-se e debatendo as experiências desses profissionais nos seus respectivos locais de trabalho, entrelaçando-as criticamente com textos acadêmicos e documentos oficiais produzidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) e pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), [129] órgão vinculado ao Conselho Federal de Psicologia (CFP).

O funcionamento dos diversos serviços (CRAS, CREAS, [130] Centros de Convivência da Terceira Idade, Projovem, Abordagem de Rua, Abrigos, Programa Família Acolhedora) também foi apresentado, discutido e problematizado, efetuando-se uma análise coletiva do que estávamos a fazer das encomendas e demandas que nos eram direcionadas e que também produzíamos. [131]

Esse fórum serviu, ainda, para ressoar outros espaços de debate coletivo, tais como congressos, conferências e seminários com temas pertinentes ao campo de atuação, tornando-se um potente meio de compartilhamento de experiências em que as prescrições do trabalho foram debatidas e apostas sustentadas.

O embate e tensionamento entre modos diversos de pensar/fazer o trabalho do psicólogo no SUAS esteve ali sempre presente, afinal, a psicologia que se queria afirmar era uma prática que rechaçava os especialismos e que visava fortalecer coletivos que pudessem colocar em análise o próprio trabalho, que debatessem criticamente os princípios, diretrizes e funcionamento do SUAS (assim como da própria lógica estatal).

---

[129] "O CREPOP surgiu em 2006, como desdobramento do Banco Social de Psicologia, com objetivo de consolidar a produção de referências para atuação dos psicólogos em Políticas Públicas, por meio de pesquisas multicêntricas coordenadas nacionalmente. (...) O objetivo do Crepop é promover a qualificação da atuação profissional de psicólogos que atuam em políticas públicas por meio de pesquisas e da sistematização e divulgação de informações acerca da prática profissional da categoria nestas políticas". Ver em: <http://crepop.pol.org.br/novo/conheca-o-crepop>. Acesso em: 12 maio 2014.

[130] Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

[131] Acerca da distinção entre encomenda e demanda ver Lourau (2004).

Certamente, este fórum também permitiu o incremento da produtividade e do controle destes programas estatais, pois muitas práticas naturalizavam essa Política e as entendiam como prescrições a serem cumpridas. Entretanto, o que se produziu ali não foi somente a otimização de redes de trabalhadores pautados na implementação das ferramentas disponibilizadas pelo Estado. O fato de se tratar de uma iniciativa e de uma construção autônoma de trabalhadores imbuídos de um afecto nômade também oportunizou a produção de um espaço coletivo de funcionamento horizontalizado, no qual um debate crítico pôde ser travado e em que essas redes de captura foram minimamente desnaturalizadas, a partir da tessitura de outras redes de resistências, abrindo o tempo-espaço do cotidiano para todo tipo de experimentação.

O FOMPSI constituiu, assim, uma pequena zona autônoma temporária, produzida nos arredores do aparelho estatal (*foris*) para a inserção de apostas militantes.

A participação - tanto quantitativa, como qualitativa - dos membros deste fórum na Conferência Municipal de Assistência Social de 2011 marcou o auge e a derrocada deste dispositivo de resistência. Mesmo sabendo dos perigos que permeavam os mecanismos de “controle social” instituídos pelo Estado, avaliou-se estratégico ocupá-lo temporariamente.

Dentre as inúmeras intervenções que ajudamos a construir, pautamos na plenária final, num embate direto com a secretária municipal, a deliberação para a criação do Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS, a funcionar no horário de trabalho.

A demonstração da força crítica e coletiva que já incomodava a administração, por meio das experimentações processadas cotidianamente nos locais de trabalho (principalmente a partir das discussões e articulações propiciadas a partir dos encontros do FOMPSI), acendeu um sinal de alerta na secretaria e produziu ressonâncias na postura autoritária que algumas chefias assumiram e/ou intensificaram nos diversos equipamentos em que esses psicólogos estavam lotados. Certa tensão passou a rondar a participação desses profissionais nas reuniões do fórum, sinalizadas por ausências freqüentes e relatos dos mesmos de que encontravam muitas dificuldades para serem “liberados”.

Os efeitos da condição, da organização e dos processos de trabalho, que antes compareciam nas discussões como “dificultadores” de nossas intervenções “técnicas”, começaram a se evidenciar, assim, como mecanismos de poder, dispositivos criados/mantidos para a desmobilização e submissão dos trabalhadores.

A produção de vacúolos nos espaços instituídos de participação por meio de um enlevamento desses psicólogos expôs o Fórum como uma espécie de acampamento rebelde, fonte de produção e articulação de resistências. A partir do momento que se chocou contra o Estado, tentativas mais evidentes de minar as reuniões deste coletivo foram postas em prática, tornando-se ponto de debate do Comitê Gestor (espaço de articulação dos gerentes desta secretaria), quanto à legitimidade de sua existência.

De maneira a impedir sua dissolução, os psicólogos se reuniram para escrever uma nova Carta aos Gestores e a entregaram para a secretária e seus gerentes, efetuando conversas de sensibilização. Contudo, num movimento posteriormente configurado como uma manobra tática contra-insurgente, este Comitê decidiu ampliar este fórum para todos os trabalhadores, com a ressalva de ser o agente responsável pela sua instalação e gestão. Deleuze e Guattari (2012), ao discutirem a ciência nômade, afirmam que ela “não para de ser ‘barrada’, inibida ou proibida pelas exigências e condições da ciência de Estado” (p. 27) e que esta, por sua vez,

> [...] não para de impor sua forma de soberania às invenções da ciência nômade; só retém da ciência nômade aquilo de que pode apropriar-se, e do resto faz um conjunto de receitas estritamente limitadas [...] ou simplesmente o reprime e o proíbe. É como se o “cientista” da ciência nômade fosse apanhado entre dois fogos, o da máquina de guerra, que o alimenta e o inspira, e o do Estado, que lhe impõe uma ordem das razões. (p. 28).

O Estado, assim, se apropria retoricamente dessa máquina de guerra para, posteriormente, eliminá-la. Seguido dessa manobra, alguns dos psicólogos mais atuantes no FOMPSI foram sumariamente demitidos, evidenciando o modo autoritário do Estado gerir sua real Política de consenso.

***

Na medida em que as condições e as relações de trabalho evidenciam não haver facilidades para se abrir espaços em que se possa falá-lo e vivê-lo de outras maneiras, a experiência do Fórum possibilita a análise de alguns mecanismos de poder que retroalimentam essa condição de submissão dos trabalhadores e incitam determinados modos de vida e *labor*.

As reações autoritárias dos administradores, apoiadas não apenas em manobras de gabinete, ameaças e demissões, mas também em mecanismos sutis de recompensa, afiliação e apadrinhamento, falam de práticas de governo atualizadas com vistas a impedir que as forças disruptivas dessas máquinas de guerra escapem ou se autonomizem, ressoando atuações profissionais protocolares, módicas e avessas a qualquer tipo de conflito.

A experiência deste acampamento rebelde e as reações de extermínio e captura da máquina estatal evidenciam, enfim, não apenas as condições de funcionamento de um amplo circuito contra-insurgente – ancorado na burocracia estatal e na precarização – que tenta fazer dos "funcionários públicos" parte constitutiva e constituinte dos dispositivos de controle e governo da população, mas também, estratégias de resistência forjadas por coletivos nômades, bandos de trabalhadores que escapam desta lógica e produzem, ininterruptamente, experimentações imprevisíveis de zonas autônomas temporárias, nas quais exercitam outros modos de funcionamento que conjuram o próprio Estado, recusando-se a se deixarem governar. Como afirma Lazzarato (2011):

> [...] o governo é também e em primeiro lugar uma relação estratégica entre governantes e governados, na qual os primeiros procuram determinar as condutas dos segundos, e na qual estes últimos desenvolvem práticas para "não serem governados", para serem governados o menos possível, para serem governados de outra maneira, segundo outros procedimentos, segundo outros princípios, segundo outras tecnologias e outros saberes, ou ainda para se governarem a eles-mesmos. A estas estratégias de resistência e de criação, Foucault chama "contra-condutas": elas suscitam processos de subjectivação "autónomos e independentes", possibilidades de constituição de si (p. 93).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA O ESTUDO DE UMA ANTROPOLOGIA REBELDE

A experiência da Brigada Indígena foi um importante analisador das mutações morfológicas das modernas organizações revolucionárias. A análise que operou evidencia um desejo crescente dessas organizações tornarem-se cada vez mais democráticas e divorciadas de formas centralizadas de comando, na qual a figura de autoridade é dissolvida.

A coexistência, no contemporâneo, de inúmeros coletivos organizados a partir de uma diversidade de formas de luta (Redes, Brigadas, Assembleias, Fóruns, etc), fala de uma abertura significativa no tempo-espaço da militância, na qual novas práticas procuram romper com a ideia una, totalitária e transcendente de Revolução.

Vivemos, assim, um tempo prenhe de movimentações inventoras de novos mundos.

Essa pluralidade de coletivos evidencia, ainda, não somente uma (pre) ocupação com formatações organizacionais, mas apresentam estas mesmas formas como expressão de relações sociais fundantes e constituintes destas mutações autopoiéticas, delineadas por princípios táticos de resistência e mecanismos de contra-poder. A configuração autônoma de ecossistemas afetivos no seio dessas experimentações constitui, assim, o esteio da construção de novas relações sócio-políticas, matrizes para a invenção de realidades divergentes no tempo-espaço das lutas do presente.

Acreditamos, assim, que essas experiências rebeldes não manifestam apenas a emergência de formatações desestabilizadoras do que outrora denominávamos movimentos sociais, mas expressam, principalmente, a constituição de dinâmicas relacionais avessas ao surgimento de controles centrais e hierárquicos no âmbito destes coletivos experimentais. Daí nos servirmos tanto do conceito de máquina de guerra de Deleuze e Guattari.

A criação de mecanismos formais e/ou informais, sutis e/ou violentos de inibição da máquina estatal no interior desses coletivos constituem dispositivos poderosos,

capazes de produzir sua própria explosão como último recurso para a inviabilização de qualquer tipo de captura e integração nesta lógica produtora de soberania. Emergem daí “coletivos-bombas”, equivalentes das máquinas de guerra inventadas pelos guerreiros nômades. Deleuze e Guattari (2012) afirmam: “uma máquina de guerra está dirigida contra o Estado, seja contra Estados potenciais cuja formação ele conjura de antemão, seja, mais ainda, contra os Estados atuais a cuja destruição se propõe” (p. 22).

Hakim Bey, ao falar de “uma antropologia natural da TAZ” (2011, p. 23), sinaliza a possibilidade de pensarmos uma antropologia rebelde em que o modelo-família de relação social, “unidade base da sociedade de consenso” (p. 23), é abandonado em prol da potencialização de uma transformação antropológica em curso.

> Cada vez mais fica evidente que a família nuclear se torna uma armadilha, um ralo cultural, uma secreta implosão neurótica de átomos rompidos. E a contra-estratégia óbvia emerge de forma espontânea na quase inconsciente redescoberta da possibilidade – mais arcaica e, no entanto, mais pós-industrial – do bando (BEY, 2011, p. 24).

O autor indica, assim, as relações de bando como uma “estrutura social”, em suas palavras, mais apropriada para a efetuação de zonas autônomas temporárias. Contrário ao modelo da “família nuclear, com suas ‘dores edipianas’, ‘sua escassez e hieraquias impostas’” (BEY, 2011, p. 23), o bando é caracterizado pela abundância e resulta em prodigalidade.

> A família é fechada, geneticamente, pela posse masculina sobre as mulheres e crianças, pela totalidade hierárquica da sociedade agrícola/industrial. Por outro lado, o bando é aberto – não para todos, é claro, mas para um grupo que divide afinidades, os iniciados que juram sobre um laço de amor. O bando não pertence a uma hierarquia maior, ele é parte de um padrão horizontalizado [...] (p. 24).

Na esteira desta antropologia rebelde, Deleuze e Guattari afirmam que as maltas e os bandos “são metamorfoses de uma máquina de guerra, que difere formalmente de qualquer aparelho de Estado, ou equivalente” (2012, p. 22). Os bandos formam, portanto, “grupos do tipo rizoma”, pautado em relações colaborativas, horizontalizadas e acêntricas, típicas dos movimentos sociais contemporâneos, se opondo aos grupos do “tipo arborescente”, pautados em relações hierárquicas e

centralizadoras, típicas de organizações que limitam suas ações aos órgãos formalizados e espaços instituídos pelo Estado: mecanismos de poder estruturantes, como já vimos, das “sociedades centralizadas” e de soberania (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 22).

O estudo dessa mutação antropológica em curso, evidenciada pela multiplicação de estéticas e formas de luta co-existentes, se apresenta, assim, como mais uma arma para a potencialização de um afecto militante que busca introduzir descontinuidades naquilo que existe, subvertendo e bifurcando fluxos, potencializando agenciamentos nômades que escapam e se opõem a uma heterogênese estatal - ainda que por dentro do Estado - se implicando na construção de espaços autônomos, auto-gestionados, em que a vida pode ser inventada de outras maneiras.

As questões que emergem das ações desses coletivos - no entrecruzamento da militância, trabalho e aparelho de Estado - não se encerram por aqui, pelo contrário, dada sua complexidade, são cotidianamente reelaboradas no exercício de experimentações rebeldes que questionam a maquinaria estatal e fazem emergir novas práticas e estéticas de luta no contemporâneo.

5 REFERÊNCIAS

ANTOUN, H; MALINI, F. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

AGÊNCIA de Reportagem e Jornalismo Investigativo. **Um Campo de Concentração Indígena a 200 quilômetros de Belo Horizonte (MG)**. Disponível em: <http://www.apublica.org/2013/06/um-campo-de-concentracao-indigena-200-quilometros-de-belo-horizonte-mg/>. Acesso em: 26 out. 2013.

AS Claras 2012. **Trasparência Brasil.** Disponível em: <http://www.asclaras.org.br/@doador.php?cargo=1&partido=&municipio=1&estado=7&cargo_nome=&partido_nome=&estado_nome=Esp%EDrito+Santo&municipio_nome=&ano=2012&doador=3466361>. Acesso em: 6 abril 2014.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Reforma Agrária. **Movimentos Sociais Realizam Marcha Pela Reforma Agrária.** Disponível em: <http://www.abrareformaagraria.org/index.php/features/item/452-no-esp%C3%ADrito-santo-movimentos-sociais-realizam-marcha-pela-terra-e-pela-vida>. Acesso em: 14 abril 204.

BENITES, L. F. R. A governamentalização do Estado contemporâneo: uma cartografia dos mecanismos estatais de controle. **Sociologias**, n. 12, p. 274-303, 2004.

BENTES, I. Prefácio. In: ANTOUN, H; MALINI, F. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

BEY, H. **TAZ: zona autônoma temporária**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2011.

BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação,** n. 19, p. 20-28, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 2003.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. **Norma Operacional Básica do Suas (NOB/Suas)**. Brasília, 2005.

BRASIL de Fato. **O Preço da Luz é um Roubo.** Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/817>. Acesso em: 27 abril 2014.

CENTRO de Estudos Ambientais. **Ex-Aracruz (atual Fibria) e Arcelor Financiaram 33 candidatos nas Eleições deste ano.** Disponível em: <http://ongcea.eco.br/?p=10874>. Acesso em: 7 set. 2013.

CENTRO de Mídia Independente. **Movimento dos Trabalhadores Desempregados.** <lists.indymedia.org/pipermail/cmi-goiania/.../attachment.doc>. Acesso em: 30 abril 2014.

CENTRO de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Conheça o Crepop.** Disponível em: <http://crepop.pol.org.br/novo/conheca-o-crepop>. Acesso em: 12 maio 2014.

CINE Clube Deserto Verde. **A retomada do Linharinho.** Disponível em: <http://cineclubedesertoverde.org/2012/08/06/a-retomada-do-linharinho/>. Acesso em: 14 abril 2014.

COIMBRA, C. Estratégias de resistência e criação: ontem, hoje. In: GUARESCHI, N. (org.). **Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

COMPANHIA Nacional de Abastecimento. **Programa de Aquisição de alimentos.** Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/paa_o_que_e.html>. Acesso em: 29 abril 2014.

CONSULTA Popular. **Quem Somos.** Disponível em: <http://www.consultapopular.org.br/quem-somos>. Acesso em: 6 abril 2014.

CONSELHO Popular de Vitória. **O que é o CPV**. Disponível em: <http://www.cpv-es.com.br/pg/6011/o-que-e-o-cpv/>. Acesso em: 28 abril 2014.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir. In: **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 1992.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 2**. São Paulo: Ed. 34, 1995.

_____; _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 3**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____; _____. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5**. São Paulo: Ed. 34, 2012.

FASE. **Financiamento de Campanhas.** Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_030416_finamciamento_campanhas.doc.>. Acesso em: 7 set. 2013.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FIBRIA. **Contribuições para Campanhas Políticas.** Disponível em: <http://www.fibria.com.br/rs2012/pt/template?go=desempenho-social/contribuicoes-para campanhas-politicas.html>. Acesso em: 7 abril 2014.

FREIRE. P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FOUCAULT, M. Anti-édipo: uma introdução à vida não fascista. In: **Ditos e escritos, vol. III (1976-1979)**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória Filosófica.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. Uma estética da existência. In: **Ditos e escritos, vol. V**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

GAZETA Online. **Símbolo de Torturas, Presídio de novo horizonte é demolido.** Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/05/noticias/especiais/852917-simbolo-de-torturas-presidio-de-novo-horizonte-serademolido.html>. Acesso em: 04 mar. 2014.

GENNARI, E. **EZLN: passos de uma rebeldia**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

GUATTARI, F. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARDT, M. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica.** São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. [orelha]. In: DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol.5**. São Paulo: Ed. 34, 2012.

HARDT, N.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____; _____. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HECKERT, A. L. C. **Narrativas de Resistências: Educação e Políticas**. Niterói: UFF, 2004.

HECKERT, A. L. C. Xeretar. In: FONSECA, T.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

LABIC. **Volume Doações.** Disponível em: <http://www.labic.net/>. Acesso em: 6 abr.

2014.

LAPASSADE, G. **El analizador y el analista**. Barcelona: Gedisa, 1979.

LAZZARATO, M. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O governo das desigualdades**. São Carlos: Edufscar. 2011.

LENIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LOURAU, R. **Referencias teoricas del analisis institucional**. Madri: Campo Aberto, 1977.

_____. Uma apresentação da Análise Institucional. In: ALTOÉ, S. **René Lourau: Analista Institucional em tempo Integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Objeto e método da análise institucional. In: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: analista institucional em tempo integral**. São Paulo: Hucitec, 2004.

LUDD, N. **Urgência das ruas: Black Block, Reclaim The Streets e os dias de ação global**. Coletivo Sabotagem, 2002.

MACHADO, R. Introdução: por uma genealogia do poder. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

MATOS, J. N. **Precariado: de condicionado a condicionante político**. Disponível em: <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article734>. Acesso em: 28 abril 2014.

MAXIMILIANO, W. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1989.

MINISTÉRIO da Justiça. **Provita.** Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/cgpvta/sistema.htm>. Acesso em: 30 mar. 2014.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social. **Benefícios Eventuais.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/beneficios-eventuais-1/beneficios-eventuais>. Acesso em: 28 abril 2014.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/peti-programa-deerradicacao-do-trabalho-infantil/gestor/gestor-institucional>. Acesso em: 9 abril 2014.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social. **Cras.** Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras>. Acesso em: 30 mar. 2014.

MONTEIRO, Ana et al. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 2, p. 7-12, 2006.

MORAIS, R. O. **TAZ: web e máquinas de guerra**. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/130558943851823455317277348185611675977.pdf>. Acesso em: 06 set. 2014.

MOVIMENTO dos Pequenos Agricultores. **Uma Alternativa de organização do Campesinato Brasileiro.** Disponível em: <http://www.mpabrasil.org.br/mpa-uma-alternativa-de-organizacao-do-campesinato-brasileiro#regiao-menu-principal>. Acesso em: 5 out. 2014.

MUNIC/IBGE. **Pesquisa de Informações Básicas Municipais. Suplemento Assistência Social 2009***.* Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

NUNES, R. O Partido do evento. **Revista Fórum.** Disponível em: <http://revistaforum.com.br/blog/2013/10/o-partido-do-evento/>. Acesso em: 08 dez. 2013.

ONETO, P. D. A nomadologia de Deleuze-Guattari. **Lugar Comum**, v. 1, n 23-24, p.147-161, 2008. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/112703120549Lugar%20Comum%2023-24_completo.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

ORIGEM da Palavra. **Fórum.** Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/pergunta/pergunta-3016/>. Acesso em: 15 out. 2012.

PAITER Surui. **Manifesto Contra Declarações do Presidente da Funai Mercio Gomes que Propõe Limitar o Direito dos Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em: <http://www.paiter.org/manifesto-contra-declaracoes-do-presidente-da-funai-mercio-gomes-que-propoe-limitar-o-direito-territorial-dos-povos-indigenas-do-brasil/> Acesso em: 20 abril 2014.

PASSOS, E.; BENEVIDES de BARROS, R. Clínica, política e as modulações do capitalismo. **Lugar Comum**. n.19-20, p.159-171, 2005.

PREFEITURA Municipal de Vitória. **Feira do Verde.** Disponível em: <http://www.vitoria.es.gov.br/semmam.php?pagina=feiradoverde>. Acesso em: 24 out. 2013.

QUINTA Semana Social Brasileira: Estado Para Quê e Para Quem?. **Historia.** Disponível em: <http://www.semanasocialbrasileira.org.br/quem-somos/historia>. Acesso em: 6 abril 2014.

REPORTER Brasil. **Índios Tupinikim e Guarani Ocupam o Porto da Aracruz Celulose no Espírito Santo.** Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2006/12/ndios-tupinikim-e-guarani-ocupam-o-porto-da-aracruz-celulose-no-espirito-santo/>. Acesso em: 12 abril 2014.

ROCHA, L. **Viagem de Dom Pedro II ao Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 2008.

SAMARCO. **Home.** Disponível em: <http://www.samarco.com.br/modules/system/viewPage.asp?P=1063&VID =default &SID=335664450477786&S=1&A=closeall&C=9094>. Acesso em: 06 out. 2014.

SANT´ANNA. Prefácio. In: WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SILVA, A. J. **A formação do militante anarquista: primeiros movimentos para uma leitura distinta**. Curitiba: UPR, 2003.

SILVESTRE, D.; RODRIGUEZ, M. E. **Eucalipto / Aracruz Celulose e violações de direitos humanos**. Rio de Janeiro: PAD, 2007.

SOUZA, G. S. **Notícia do Brasil**. Lisboa: Alfa, 1989.

SOUZA, N. R. A esquerda militante: entre o engajamento pastoral e os revides locais. **Sociologias**, n. 12, p. 131-146, 1999.

SOUSA, J. R. C. de. In: TUPINIKIM E GUARANI. Comissão de articulação. (CIMI). **Campanha internacional pela ampliação e demarcação das terras indígenas Tupinikim e Guarani**. Aracruz, 1996.

STADEN, H. **Duas viagens ao Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

KASTRUP, V. **A invenção de si e do mundo: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição**. São Paulo: Papirus, 1999.

TEIXEIRAAGORA. **Celulose, Financiamento de Campanhas políticas e Carta Branca para Atrocidades Cometidas por Fibria e Suzano.** Disponível em: <http://teixeiraagora.com.br/celulose-financiamento-de-campanhas-politicas-e-carta-branca-para-atrocidades-cometidas-por-fibria-e-suzano/>. Acesso em: 8 mar. 2014.

WEBER, M. A ciência como vocação. In: WEBER, M. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo.: Cultrix, 2008.

WIKIPÉDIA. **Agroecologia.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Agroecologia>. Acesso em: 28 abril 2014.

_____. **Aracruz.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aracruz>. Acesso em: 12 abril 2014.

_____. **Arcelor Mittal.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/ArcelorMittal_Tubar%C3%A3o>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. **Área de Livre Comércio das américas.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81rea_de_Livre_Com%C3%A9rcio_das_Am%C3%A9ricas>. Acesso em: 25 abril 2014.

_____. **Assembléia Popular.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Assembleia_Popular>. Acesso em: 23 fev. 2014.

_____. **Escracho.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Escracho>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. **Petrobras.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Petrobras>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. **Vale S.A.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vale_S.A.>. Acesso em: 06 out. 2014.

_____. **Hans Staden.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hans_Staden>. Acesso em: 5 out. 2014.

_____. **Gabriel Soares de Sousa.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Soares_de_Sousa>. Acesso em: 6 out. 2014.

_____. **Jean de Léry.** Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Jean_de_L%C3%A9ry>. Acesso em: 6 out. 2014.

_____. **Maximilian Zu Wied-Neuwied.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maximilian_zu_Wied-Neuwied>. Acesso em: 7 out. 2014.

_____. **Auguste de Saint-Hilaire.** Disponível em:<http://pt.wikipedia.org/wiki/Auguste_de_Saint-Hilaire>. Acesso em: 7 out. 2014.

_____. **Curt Nimuendajú.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Curt_Nimuendaj%C3%BA>. Acesso em: 7 out. 2014.

_____. **Brigada.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Brigada>. Acesso em: 7 out. 2014.

_____. **Força-tarefa.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/For%C3%A7a-tarefa>. Acesso em: 7 out. 2014.

_____. **Parkour.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Parkour>. Acesso em: 28 nov. 2013.

_____. **Ordem dos Templários.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ordem_dos_Templ%C3%A1rios>. Acesso em: 4 abril 2014.

_____. **Cruzadas.** Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cruzadas>. Acesso em: 4 abril 2014.

WOODCOCK, G. **Os grandes escritos anarquistas**. São Paulo: L&PM Editores, 1977.

ZOURABICHVILI, F. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, E. (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: Editora 34, 2000.